



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Ana Caroline Czerner Volkart

**IGUALDADE DE GÊNERO, URGÊNCIA HUMANITÁRIA E GESTÃO DA VIDA:
A capitalização delas por eles na HeforShe**

FLORIANÓPOLIS

2019

ANA CAROLINE CZERNER VOLKART

**IGUALDADE DE GÊNERO, URGÊNCIA HUMANITÁRIA E GESTÃO DA VIDA:
A capitalização delas por eles na HeforShe**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestra em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Atilio Butturi Junior

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Volkart, Ana Caroline Czerner
IGUALDADE DE GÊNERO, URGÊNCIA HUMANITÁRIA E GESTÃO DA
VIDA : A capitalização delas por eles na HeforShe / Ana
Caroline Czerner Volkart ; orientador, Atilio Butturi
Junior, 2019.
143 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Discurso. 3. Gênero. 4. Biopolítica.
I. Butturi Junior, Atilio . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística.
III. Título.

Ana Caroline Czerner Volkart

**Igualdade de gênero, urgência humanitária e gestão da vida: A capitalização
delas por eles na HeforShe**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa Cristine Gorski Severo, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa Roselene de Fátima Coito, Dra.
Universidade Estadual de Maringá

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestra em Linguística.

Prof. Dr. Atilio Butturi Junior
Coordenador do Programa

Prof. Dr. Atilio Butturi Junior
Orientador

Florianópolis, 5 de setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para que eu pudesse iniciar e concluir este trabalho, muitíssimo obrigada.

À Universidade pública, gratuita e de qualidade em que pude estudar, agradeço imensamente por esse espaço preenche de gente e a toda gente que o constrói. Que sejamos profanas e corajosas, e que ao fim e tudo estejamos de pé.

À Secretaria de Estado da Educação e ao programa UNIEDU, que cumpriu com sua obrigação institucional de fomento ao acesso e à permanência a instituições de ensino, obrigada pelo pagamento das bolsas.

À mãe e à dinda, que me criaram insubmissa, obrigada. Com as nossas parecenças e diferenças, fui aprendendo que a vida a gente toma com as mãos, e que ela nos toma de corpo inteiro.

Às mulheres, tantas e tão especiais, com as quais reinventar a vida e levantar a bandeira dos bons afetos é um grato exercício, obrigada. Marina, Ana Bea, Ana Carolina, Crys, Cláudia, Bia, Ary, Amanda, Marina, Clara, Isa, Jaci, My, Dani, Tassi, Lari, Nathi, Nati, Lu: não faria sentido sem vocês.

Em especial, gostaria de agradecer à Maíra, essa com quem a vida é tão profunda e tão leve, e isso porque sabe, como ninguém, sobre presença e partilha; à Pri, essa pessoa imensa, de coragem que inspira e com o copo furado que nem eu, com quem todos os momentos são possíveis e especiais; à Camila e a tudo que ela me ensina sobre Foucault, sobre ser forte e seguir sorrindo.

Às professoras e professores que contribuíram com este trabalho durante as disciplinas, na banca de qualificação e, agora, na defesa, muito obrigada.

Em especial, agradeço ao Atilio, que soube ter paciência com minhas mil ideias e depois com as mil enrolações e angústias; que soube orientar e também dar espaço para que eu crescesse, aprendesse; que sabe ser sério e é sempre comprometido, mas pauta a relação na leveza, na graça e na sinceridade. Honestamente, eu não poderia ter tido uma parceria melhor, obrigada e obrigada de novo.

Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso
Eu vos direi no entanto
Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não
Eu canto (BELCHIOR, 1979)

RESUMO

Este trabalho se dedicou a delimitar a rede enunciativa em que emerge a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher como demanda global para as agências de desenvolvimento. O corpus escolhido para análise foi a campanha HeforShe, da ONU Mulheres e os documentos oficiais que lhe dizem respeito (HEFORSHE, [2014]). A perspectiva metodológica assumida é a arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 2015, 2012, 1988). A partir do corpus e do aparato teórico em questão, procurou-se traçar regularidades e identificar tecnologias específicas de saber, poder e subjetivação. A análise do corpus permite que se proponha um dispositivo de igualdade de gênero do qual a rede de enunciados de HeforShe participa. Nesse dispositivo, chamam atenção (i) as relações entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável; (ii) a produção de sujeitos gendrados a partir dos eixos homem-mulher e sexo-gênero-desejo em uma relação desigual, humanitária; e (iii) um regime pornográfico a partir do qual os sujeitos se produzem. A análise do corpus permite afirmar que o dispositivo de igualdade de gênero proposto compõe as tecnologias biopolíticas de nosso tempo, havendo, pois, um uso estratégico da pauta e do apelo à urgência humanitária na promoção do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Igualdade de gênero. Discurso. Biopolítica. HeforShe.

ABSTRACT

This work is dedicated to delineating an enunciative network in which gender equality emerge and the empowerment of women as a global demand for development agencies. The corpus chosen to make an analysis was the HeforShe campaign, UN Women and the documents that referred to respect (HEFORSHE, [2014]). An assumed methodological perspective is a Foucaultian archegenealogy (FOUCAULT, 2015, 2012, 1988). From the corpus and the theoretical apparatus in question, the regular research process and the specific technologies of knowledge, power and subjectivation. The analysis of the corpus allows to propose a device of gender equality for a network of statements of HeforShe participates. In this context, attention is drawn to (i) the relationship between gender equality and sustainable development; (ii) the production of gendra subjects from men-woman and sex-gender-desire in an unequal, humanitarian relationship; and (iii) a pornographic regime from which reports are produced. The analysis of the corpus allows the proposed equality of functions to be composed of biopolitical technologies of our time, and there is therefore a strategic use of the task and the objective of humanitarian urgency in promoting sustainable development.

Keywords: Gender equality. Biopolitical Discourse. HeforShe.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ORGANIZANDO AS FERRAMENTAS	22
2.1	ENUNCIADO	22
2.1.1	Positividade e arquivo	25
2.1.2	Imperativos metodológicos	27
2.1.3	Delimitando a rede e as unidades.....	30
2.2	O CONCEITO DE DISPOSITIVO	33
2.2.1	O Dispositivo da sexualidade, tecnologias heterogêneas e micropoderes.....	36
3	BIOPOLÍTICA.....	40
3.1	GOVERNAMENTALIDADE E RAZÃO LIBERAL	40
3.2	VIDA NA BIOPOLÍTICA, VIDA NUA E O CAMPO COMO PARADIGMA.....	49
3.3	PARADIGMA HUMANITÁRIO	54
3.4	DO IMPÉRIO E DAS ESTRUTURAS NÃO ESTATAIS	58
3.5	A IGUALDADE DE GÊNERO NA ONU E NA HEFORSHE.....	61
3.5.1	Foco no planejamento e resultado	62
3.5.2	A preocupação com a moldura.....	67
3.5.3	Preocupação com a produção.....	71
3.5.4	O papel da solidariedade	73
4	GÊNERO: EMERGÊNCIA E DISPUTA	76
4.1	EMERGÊNCIA DO GÊNERO COMO CATEGORIA SOCIAL	76
4.2	DIFUSÃO E DISPUTA DA CATEGORIA	82
4.2.1	O campo de saber	84
4.2.2	Representação e relações de poder: mulheres e periferias do mundo.....	87
4.3	HOMENS E MULHERES – E SÓ	91
4.3.1	Produção jurídica a partir do eixo sexo-gênero-desejo	92
4.4	HOMENS DE BEM	100

5	TECNOLOGIAS	103
5.1	AUTORIA	103
5.1.1	O autor-autoridade.....	104
5.1.1.1	A ligação com o absoluto	105
5.1.1.2	A comunidade discursiva	107
5.1.2	O autor ético.....	110
5.1.2.1	A historicidade das tecnologias de si	110
5.1.2.2	Autoria e prática de si na contemporaneidade.....	113
5.2	REGIME DE VISIBILIDADE.....	117
5.2.1	Produzir-se HeforShe.....	123
5.2.2	O efeito de enxame	124
5.2.3	Enfim, autores?.....	127
5.2.4	“Eu não estou nem aí”.....	130
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICE A – DOCUMENTOS ANALISADOS	143

1 INTRODUÇÃO

Em 2017, iniciei esta pesquisa a partir de uma desconfiança. Era recente, de 2015, a emergência de um movimento virtual que ficou conhecido como *Primavera Feminista*; ativistas e veículos de mídia afirmavam então que, em um curto período e sob o alicerce da multiplicação do dizer trazida pela internet, havia se multiplicado os espaços de discussão e clamor por igualdade de gênero. As mulheres, enfim, teriam canais de co-construção em que sua existência e suas demandas pudessem ser tematizadas. A despeito desses dizeres, outros enunciados seguiam uma direção diferente, afirmando o acirramento das desigualdades econômicas e a forma como prejudicam populações inteiras e, conseqüentemente, grupos inteiros de mulheres à margem da sociedade.

Parti das descontinuidades entre colocações desse tipo para assumir que há uma superprodução de enunciados e enunciações sobre gênero e feminismos e que, conseqüentemente, aí havia algo em disputa que possibilitaria a presente pesquisa.

Idos os anos e estando entre eles o emblemático 2018, em que, no Brasil, elegeu-se Jair Bolsonaro como presidente e, no mesmo golpe, uma equipe que (se) ocupa de espaços institucionais para enunciar que os termos “menino” e “menina” estão associados a cores e que turismo sexual é aconselhável só se se tratar do agenciamento de mulheres, parece-me que a hiperprodução e o uso de “gênero” no seio da disputa política contemporânea se torna cada vez mais evidente.

Mais especificamente, as representações de gênero se oferecem como uma disputa a partir da qual é possível traçar relações entre poder, saber e subjetividade de nosso tempo. De que mulheres, afinal, tratam os blogs feministas? As políticas públicas antes e depois de 2018? Essa questão, a da representação e suas implicações políticas, já se coloca há bastante tempo.

Em 1984, com o artigo *Under Western Eyes*, Chandra Mohanty revisa a produção intelectual feminista que denomina ocidental¹ marcando “[...] a necessidade urgente da

¹ Em 2002, ao revisitar o texto, a autora se propõe, entre outras colocações, a explorar noções à primeira vista bastante monolíticas que criticou: “I engage with some useful responses to the essay in an attempt to further clarify the various meanings of the West, Third World, and so on; to reengage questions of the relation of the universal and the particular in feminist theory; and to make visible some of the theses left obscure or ambiguous in my earlier writing.” (MOHANTY, 2002, p. 500). Será minha preocupação, no segundo capítulo, trazer essas discussões e a explorar os perigos analíticos dos termos que adoto, como norte global e sul global.

investigação das implicações políticas de nossos princípios analíticos” (MOHANTY, 2003, p. 314). A análise de Mohanty, que será retomada ao longo desta dissertação, assenta-se em três eixos analíticos: como se constrói a categoria Mulher, como se constroem as categorias universais e as mulheres terceiro mundistas, as “Outras mulheres”².

É necessário, dadas as décadas que nos separam desse texto, guardar certa distância de alguns termos como “terceiro mundo”; entretanto, a reflexão sobre relações de saber-poder-subjetivação na produção feminista e fora dela segue sendo pertinente e necessária, isso porque essa produção de saber segue se oferecendo como parâmetro regulatório da vida e das relações entre sujeitos.

Hoje, entretanto, a disputa pelas categorias de representação se dá em outros termos, o que exige que levemos em conta, pelo menos, (i) uma globalização que se impõe também em meios digitais, modificando as formas de apelo dos dispositivos e de produção de si (PRECIADO, 2018; HAN, 2018), modificando a topologia dos dispositivos e de construção de si; (ii) a radicalização de uma economia moral específica, o humanitarismo (FASSIN, 2012, 2014), na qual o reconhecimento do outro como meu igual (ontologicamente) e como alguém carente de igualdade (socialmente) constrói uma relação desigual que, coadunada com as formas de governabilidade e nosso tempo, tem implicações na geopolítica do mundo.

Tomando como exemplo a forma de enunciar a igualdade de gênero na Organização das Nações Unidas, por exemplo, a necessidade de uma agenda global é justificada por estratégias bastante específicas. À *Primeira Conferência Mundial sobre a Mulher*, no México em 1975, cujo mote era *Igualdade, Desenvolvimento e Paz*, se seguiram outras três; a igualdade de sexos consta como demanda na *Declaração do Milênio* (ONU, 2000) e, no documento que os revisa, que estabelece uma *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, a igualdade de gênero é o quinto entre os 17 objetivos (ONU, 2015).

A demanda, claro, só se justifica mediante uma necessidade ou dificuldade, também tematizada em termos mundiais. O *Global Gender Gap Report* de 2016, por exemplo, do Fórum Econômico Mundial, enuncia que:

All things held equal, with current trends, the overall global gender gap can be closed in 83 years across the 107 countries covered since the inception of the Report—just within the statistical lifetime of baby girls born today. However, the most challenging gender gaps remain in the economic sphere and in health. At the current rate of change,

² O artigo em questão, na avaliação de Cláudia de Lima Costa (2017, p. 355), insere-se e contribui para as discussões feministas dos anos 80, que se preocuparam com o etnocentrismo e com os efeitos colonizadores/descolonizadores da produção de saber feminista.

and given the widening economic gender gap since last year, it will not be closed for another 170 years. The economic gender gap this year has reverted back to where it stood in 2008, after a peak in 2013. On the other hand, on current trends, the education-specific gender gap could be reduced to parity within the next 10 years. The currently widest gender gap, in the political dimension, is also the one exhibiting the most progress, narrowing by 9% since 2006. On current trends, it could be closed within 82 years. The time to close the health gender gap remains undefined. Formally the smallest gap, it has oscillated in size with a general downward trend. Today, the gap is larger than it stood in 2006, in part due to specific issues in select countries, in particular China and India. (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016)³.

Constrói-se a evidência que, em um mundo tão desigual em termos de gênero, travem-se batalhas pela superação dessa mazela. As iniciativas abundam: em 2014, em uma declaração oficial por ocasião da *58ª Comissão sobre o Status da Mulher*, a partir da qual se realinharam os Objetivos do Milênio, a diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, afirmou:

Em particular, os Estados-Membros enfatizam a pandemia de violência que afeta a mulheres e meninas em todo o mundo. Além disso, a Comissão ressalta a necessidade urgente de assegurar plenamente o acesso das mulheres a oportunidades e recursos, incluindo uma educação de qualidade, o controle e propriedade de terras e outros bens produtivos, bem como saúde sexual e reprodutiva das mulheres e dos direitos reprodutivos, e recomenda a tomada de medidas, incluindo algumas especiais e temporárias, para alcançar a plena participação das mulheres na tomada de decisões nos setores público e privado.

A segurança, os direitos humanos e o empoderamento das mulheres são pontos fundamentais no debate pós-2015. A ONU Mulheres sente-se encorajada pelo requerimento expresso por um grande número de Estados-Membros para instauração de um objetivo de desenvolvimento sustentável independente e que considere estas questões. Isto exigirá vontade política e o apoio de recursos consistentes. A Comissão assinala, acertadamente, que os fundos destinados a amparar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres continuam sendo inadequados. Por este motivo, devem-se aumentar os investimentos a favor das mulheres e meninas. Isso, conforme

³ Em tradução livre e grifos meus: “Sendo todas as coisas mantidas iguais, com as tendências atuais, o hiato global de gênero pode ser fechado em 83 anos nos 107 países cobertos desde o início do relatório – ainda dentro do tempo de vida estatístico das meninas nascidas hoje. No entanto, as brechas de gênero mais desafiadoras permanecem na esfera econômica e na saúde. [Nessas áreas] na atual taxa de mudança, e dada a crescente disparidade econômica de gênero desde o ano passado, ela não será fechada por mais 170 anos. A diferença econômica entre os gêneros neste ano voltou a ser o patamar de 2008, depois de um pico [de aumento] em 2013. Por outro lado, com base nas tendências atuais, a diferença de gênero específica para educação poderia ser reduzida à paridade nos próximos 10 anos. A diferença de gênero atualmente mais ampla, na dimensão política, também é a que apresenta o maior progresso, diminuindo em 9% desde 2006. Sobre as tendências atuais, ela pode ser encerrada em 82 anos. O tempo para fechar a brecha de gênero em saúde permanece indefinido. Formalmente, a menor lacuna oscilou em tamanho com uma tendência geral de queda. Entretanto, hoje, a diferença é maior do que em 2006, em parte devido a questões específicas em países selecionados, em particular, China e Índia”.

indicam os Estados-Membros, terá um efeito multiplicador sobre o crescimento econômico sustentável. (HEFORSHE, [2014]c).

Conjura-se, portanto, um *perigo* a ser afastado por meio do empoderamento feminino até a igualdade de gênero. Nessa direção, campanhas promovidas pela ONU Mulheres, como Mundo 5050 e a HeforShe são apresentadas, como instrumentos de mudança em prol de objetivos alinhados às agendas citadas.

Essa abordagem, como já antecipei, emerge em um contexto específico e, para examiná-lo, entendo que seja necessário afastar-me de uma relação positivista de história e de relacionar enunciados em uma dicotomia de verdadeiro vs. falso, bem como das noções de progresso vs. atraso pareadas aos termos feminismo e resistência. Assim dou sentido à minha afirmação de que há uma hiperprodução de enunciados envolvendo gênero e, assumindo que a proposta de uma agenda global que inclua o termo é emblemática em nosso tempo, me proponho a analisá-la.

Há, a partir dessa assunção, três eixos de análise fortemente imbricados neste trabalho, que é necessário apresentar já: a produção de sujeitos no topos específico das redes sociais; a produção de “gênero”, “homem” e “mulher” enquanto categorias de inteligibilidade dos sujeitos em seu jogo de produção e regulação; o solo biopolítico em que esses eixos emergem e seus efeitos de difusão da *ratio* liberal e de um modelo de sociedade pautada na produção e no consumo.

Para construir minha análise, me aproximarei de certas noções de poder, a fim de analisar de que forma se institui o jogo em que emergem as categorias de que trato historicamente. Nessa direção, cabe recuperar que, em *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988), uma investigação arquegenealógica procurou demonstrar que, para além de disputas narrativas sobre sujeitos reprimidos no seio da família ou das sociedades capitalistas, o que estava em jogo era a noção do sexo e da sexualidade como a verdade do sujeito: essa relação produziria, em vez de uma sociedade de reprimidos, uma que colocava a sexualidade no centro da produção de sujeitos e como agenciador de relações de poder-saber:

Desde o século XVIII, o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para o seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos

mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a proximidade que nossa civilização exigiu e organizou. (FOUCAULT, 1988, p. 32)

Ainda nesse volume, Foucault desenvolve o conceito de dispositivo da sexualidade, relacionando, nos últimos capítulos, à vontade de saber – que tem o sexo como centro de suas interrogações – os regimes de diferenciação de grupos sociais e da espécie (um modelo de população), em que o corpo “são”, parâmetro instituído dentro de um regime de saber-poder, funciona como signo e prática de diferenciação e uma espécie modelo instituído.

Aderindo, então, ao postulado de que o poder se dá no nível dos corpos, mas que as relações de saber-poder-subjetividade são móveis, entenderei que seguimos em um regime de subjetivação que emerge no capitalismo industrial centrando nossa vontade de verdade se centra no “sexo”, mas que, hoje, é necessário pensar um desdobramento conceitual a partir da categoria de “sujeitos gendrados” (BUTLER, 2016) e um semiótico (HAN, 2018), deslocando a prática da confissão e do exame para a da pornografia. Defendo que, como um preenchimento estratégico do dispositivo da sexualidade, podemos falar em um dispositivo de igualdade de gênero: mecanismo que coloca as identidades de gênero as sexualidades e as relações pautadas por elas como centrais na constituição de sujeitos e da cena pública. Nos termos de Judith Butler (2016), é o sujeito inteligível a partir do gênero, e o gênero produzido por um apelo e coerção ao ótico (HAN, 2018) que pauta uma certa forma de organização sujeito-sociedade.

A partir desses eixos de análise, orientados pela noção de poder produtivo, defendo que seja possível fazer emergir a historicidade da demanda por igualdade de gênero em sua relação com economias específicas de saber-poder-subjetividade. Assim, pretendo localizar as produções de saber em seu imbricamento com uma governabilidade específica de nosso tempo.

Centrando meu interesse na relação entre humanitarismo, mídias digitais e representações de gênero, decidi, nesta pesquisa, pensar a demanda global pela igualdade de gênero e sua presença em agendas globais de desenvolvimento (ONU, 2000, 2015), presença que não constitui uma novidade, mas ganha fôlego e configurações diferentes, como procurei defender.

A partir dessas primeiras colocações, justifica-se a relevância e meu interesse acadêmico em investigar este arquivo (FOUCAULT, 2012): **meu objeto** serão os estudos de igualdade de gênero em agendas globais. Para a delimitação do corpus, atentei que a ONU

Mulheres, organização criada em 2010 e cuja proposta é “[...] garantir os direitos humanos das mulheres no mundo” (ONU MULHERES, [2010]a) lançou, em setembro de 2014, a HeforShe, movimento definido pelo órgão como “[...] um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade” (HEORSHE, [2014]j) . A HeforShe me interessa porque, como venho tentando argumentar, insere-se no discurso de “esforço global”, cujas estratégias de produção de saber reforçam relações históricas e sua difusão se oferece, entretanto, em um *topos* outro, o das redes digitais.

A estratégia do movimento é fazer parceirinhas no mundo inteiro com governos, empresas e indivíduos que se alinhem aos objetivos da campanha: igualdade de oportunidades para homens e mulheres. Como procurarei demonstrar adiante, esse esforço global parece se justificar porque igualdade de gênero implica em uma justiça “natural”: tanto é que a via do convencimento, do “fazer ver a importância da causa” é a principal estratégia da campanha. Estabelece-se, afinal, uma relação entre igualdade e verdade: a igualdade de gênero é isso que existe se não permitimos que conceitos e hábitos retrógrados não “atrapalhem”: aí a noção de desenvolvimento. Ainda, a HeforShe implica uma estratégia de penetração do corpo social bastante particular: é uma campanha sobre mulheres cujo foco são os homens enquanto agentes de mudança, o que traz consequências para a construção dos sujeitos jurídicos “homens” e “mulheres” e suas relações político-discursivas.

Postular homens como participantes das discussões sobre igualdade de gênero poderia, em um primeiro momento, trazer o caráter relacional do termo (SCOTT, 1995) como imprescindível. Entretanto, seria preciso questionar – será preciso – os limites de produção de seus objetos (homens, mulheres) e dos seus enunciados de luta e de resistência, de igualdade de gênero. De todo modo, HeforShe é um nome com outro efeito imediato: delimita, afinal, quais as identidades inteligíveis a partir do gênero. Ainda em Butler (2016), a construção e mesmo o deslocamento, eventual multiplicação dessas identidades inteligíveis a partir do gênero fazem parte de uma mesma matriz cultural, são efeitos de uma prática reguladora (BUTLER, 2016, p. 66). Nessa direção, um esforço global que institui a igualdade como meta, no mesmo golpe, define o que ela significa e estabelece os parâmetros de feminilidade, de masculinidade e sua economia como “normais”. Trata-se, afinal, de um movimento tático com fins políticos específicos e ambiguidades da ordem do governo dos corpos e das subjetividades.

Para realizar a pesquisa, e tendo em vista que a HeforShe se materializa sobretudo em estratégias on-line, **o corpus de análise deste trabalho** será composto especificamente: pela

seção do site ONU Mulheres que apresenta o projeto; pelo site institucional em inglês e português e documentos anexados a ele. Farão parte do corpus também as redes sociais (Facebook e Instagram) e um recorte discursivo de postagens realizadas entre 20 de setembro de 2014, data do lançamento oficial da campanha, e 10 de março de 2018, abrangendo assim o período de “ação”, inserido no *Plano Estratégico da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres 2014-2017* (ONU, 2013a), e o primeiro trimestre posterior.

O **problema** a ser investigado será: **qual o regime de verdade sobre igualdade de gênero que a HeforShe procura instituir e quais os efeitos de saber, poder e subjetivação que produz?**

O problema será tomado a partir dos seguintes eixos, ou **objetivos secundários**:

- investigar por que regularidades discursivas se constrói o *saber* sobre igualdade de gênero no *corpus* escolhido;
- delimitar um arquivo em que o *corpus* emerge e se insere: propor uma economia específica para o que escolhi chamar dispositivo de igualdade de gênero, questionando em *que a priori* histórico ele é possível e qual seu regime de positividade;
- partir do par objetivação-subjetivação para fazer emergir o espaço da dispersão: refletir de que forma se resiste a esse dispositivo.

Para responder ao questionamento feito e alcançar o objetivo proposto, optei por uma organização que não separe artificialmente a reflexão teórica da prática analítica. Os capítulos desta dissertação serão os seguintes:

O primeiro deles, *ORGANIZANDO AS FERRAMENTAS*, delimita os conceitos de enunciado e de dispositivo, a partir dos quais classifico meu corpus e proponho que a demanda por igualdade de gênero se insere em um dispositivo gendrado.

O capítulo seguinte, *BIOPOLÍTICA*, explora a relação entre igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável, que tomo como uma forma de gestão da vida.

Então, o capítulo *GÊNERO: EMERGÊNCIA E DISPUTA* é dedicado a delimitar de que forma a noção de Gênero na HeforShe produz e dispõe socialmente sujeitos gendrados.

Por fim, *TECNOLOGIAS* discute as tecnologias de subjetivação e objetivação específicas da campanha que analiso: a relação com a autoria – e, portanto, produção e difusão de saber, e o caráter pornográfico que marca a relação subjetivação-objetivação na HeforShe.

2 ORGANIZANDO AS FERRAMENTAS

2.1 ENUNCIADO

O capítulo *Definir o Enunciado*, da *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2012), é dedicado a situá-lo como (i) “unidade atômica” do discurso; (ii) em coerência com o aspecto anterior, de caráter material; (iii) sua materialidade, no entanto, não corresponde a critérios linguísticos/estruturais, embora exista a partir de unidades da língua. Foucault se preocupou em mostrar a relação entre os enunciados e as proposições, frases e *speech acts*, evidenciando que não há correspondência biunívoca entre essas unidades, mesmo que às vezes coincidam e que os enunciados dependam da materialidade da língua para existirem.

Ainda sobre a caracterização dada ao enunciado no referido capítulo, (iv) essa “não correspondência relacional” do enunciado com as unidades sógnicas evidencia o seu caráter material e de acontecimento relacional – pois funcional. São quatro as características da função enunciativa, entendida enquanto condição de existência e de possibilidade dos enunciados, enunciadore (função-sujeito) e enunciação. A primeira delas é a relação singular do enunciado com o que enuncia, com seu correlato. O correlato do enunciado é o domínio em que este é possível, novamente diferenciando-o de uma proposição ou frase, em que se procura, respectivamente, um referente e um sentido:

[o enunciado] está antes ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades” ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e a seu nível lógico: através da relação com esses diversos domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade. (FOUCAULT, 2012, p. 110-111).

Assim é, por exemplo, que uma tag como #8M, mais do que possuir ou não valor sintático ou proposicional, funciona enquanto enunciado que se relaciona a mobilizações sociais de oito de março, instituído como dia internacional das mulheres, ou com os discursos sobre gênero e feminismo (e suas resistências) que têm lugar em práticas diversas. No que diz respeito a quem enuncia, não há uma relação de origem, causa ou intenção com o enunciado: o status

que se dá ao sujeito (escritor, filósofo, cientista) varia também de acordo com as leis de possibilidade que regem o enunciado em questão.

É em relação ao sujeito que enuncia que Foucault traça a segunda característica. O primeiro movimento é o de afastar a noção de sujeito gramatical da reflexão – não se está falando, afinal, do enunciado enquanto unidade gramatical – e refletir sobre a relação possível entre quem “profere os signos linguísticos”. É, pois, uma relação referencial que muda conforme o regime de positividade em que o enunciado emerge e mesmo no interior dele:

[a dissociação do sujeito que enuncia do autor da formulação] é absolutamente geral na medida em que o sujeito do enunciado é uma função determinada, mas não forçosamente a mesma em um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. (FOUCAULT, 2012, p. 113).

A terceira característica da função enunciativa diz respeito ao domínio, ou campo de que é constituinte, e essa noção atualiza a definição de unidade atômica do discurso, pois a singularidade do enunciado não implica em individualidade absoluta: se uma frase pode ser gramatical e uma proposição verdadeira ou falsa, o enunciado, ao contrário, se coloca sempre na relação com outros: “[...] não há enunciado que, de uma forma ou outra, não reatualize outros enunciados” (FOUCAULT, 2012, p. 119); essa relação gera o que Foucault chama de efeito de contexto (e podemos pensar, também, em efeitos de unidade que compõem os objetos, as disciplinas) e constitui a trama, ou rede, ou cadeia enunciativa de que o enunciado participa:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja.[...] o enunciado, longe de ser o princípio de individualização dos conjuntos significantes (o “átomo” significativo, o mínimo a partir do qual existe sentido), é o que situa essas unidades significativas em um espaço em que elas se multiplicam e se acumulam. (FOUCAULT, 2012, p. 120-121).

A função enunciativa caracteriza-se, enfim, pelo elemento da materialidade. O aspecto material do enunciado, destaque-se, não é “uma parte dele”, a realização de uma formulação prévia; trata-se de entendê-lo como constituído pela materialidade da língua, mas não restrito

ao limite de suas unidades: embora não corresponda sempre às unidades linguísticas da frase e da proposição, é a partir delas que o enunciado se realiza e, no limite, pode ser retomado e repetido.

Há outras reflexões relevantes sobre enunciado a serem recuperadas, por fulcrais para o presente trabalho: além dos quatro aspectos que compõem o enunciado (unidade de análise, material, não gramatical, funcional), na *Arqueologia do Saber*, a identidade do enunciado é pensada ainda em termos de limite. O primeiro ponto de dois dessa definição diz respeito à **reproduzibilidade**: para existir, o enunciado precisa de “[...] uma substância [linguística], um suporte, um lugar e uma data” (FOUCAULT, 2012, p. 123), sendo entendido que, se por um lado, é possível pensar nas várias tiragens de um livro como um enunciado, porque esses elementos se mantêm, não se pode falar em um mesmo enunciado quando, por exemplo, um pedaço do livro é repetido em uma situação cotidiana de fala. A instituição está, portanto, ligada ao regime de materialidade repetível do enunciado. Nisso, diferem-se enunciado e enunciação: esta é sempre única em sua dimensão espaço-temporal, ainda que a materialidade (proposição, frase...) seja a mesma.

Além do limite relativo à repetibilidade, fortemente ligado à instituição que “legítima” o dizer como um texto primeiro ou um comentário, há outro aspecto que compõe a identidade do enunciado, relacionado ao primeiro, que é o **princípio de variação**. Procurando esquematizar e, portanto, simplificar, esse princípio se assenta em dois eixos. O primeiro deles diz respeito ao que Foucault (2012, p. 126) chamou de **campo de estabilização**:

A afirmação de que a Terra é redonda ou de que as espécies evoluem não constitui o mesmo enunciado antes e depois de Copérnico, antes e depois de Darwin; não é que, para formulações tão simples, o sentido das palavras tenha mudado; o que se modificou foi a relação dessas afirmações com outras proposições, suas condições de utilização e de reinvestimento, o campo da experiência, de verificações possíveis, de problemas a serem resolvidos, ao qual podemos remetê-las.

Trata-se da composição do domínio, do correlato do enunciado em relação a outros enunciados. A rede em que se insere um enunciado é seu campo de estabilização e determina sua relação com os outros de seu domínio, mas esta modifica-se a partir da emergência de outros dizeres ao longo de processos históricos de acúmulo específicos de seu domínio. Como consequência, o funcionamento, o status de um enunciado e sua relação com outros no interior de um domínio pode não ser o mesmo sempre.

Essa mesma força estabilizadora, no entanto, pode “garantir” que uma formulação erudita seja posta em termos mais simples, ou traduzida de uma língua para outra, e constitua o mesmo enunciado. Foucault diz que esse funcionamento se dá pelo **campo de utilização** em que dado enunciado está inserido.

Ainda cabe destacar que, *Ordem do Discurso*, muito embora Foucault se ocupe mais de organizar os mecanismos e procedimentos que tornam possíveis os discursos existirem e o esquadramento em sua aparição e circulação, explora, ao final da aula (FOUCAULT, 2014, p. 65), a ideia de que uma investigação genealógica de um dado discurso diz respeito a como ele “constitui domínios”, de que forma se dá sua positividade.

Esse caráter rizomático da função enunciativa, portanto, que emerge em um regime heterogêneo e cuja relação com o saber e com o poder vai variar conforme a positividade em questão, não deve ser olhada, em uma perspectiva de análise de enunciados conforme propõe Foucault, procurando-se uma relação com a verdade e com a origem, mas questionando o estatuto e os efeitos que os discursos e os enunciados pretendem produzir.

2.1.1 Positividade e arquivo

Ainda na *Arqueologia do Saber*, Foucault se preocupa bastante com o tratamento a ser dado pela materialidade a ser analisada; daí a inversão de método que o faz afirmar que os documentos serão tratados como monumentos. Mas, afinal, monumentos de quê? De seu tempo e das relações de saber-poder que possibilitaram sua emergência e seu funcionamento. Ainda que, neste trabalho, eu opte por fazer uso do dispositivo como ferramenta metodológica, retomo brevemente duas noções a partir as quais é possível pensar as relações entre enunciados a partir e sua singularidade histórica.

No volume em questão, aparece o termo **positividade**. Esta constitui o que Foucault (2012) vai chamar de **arquivo**. Este, por sua vez, diz respeito a uma forma específica de articular os enunciados em sua dimensão histórica e tendo em vista sua condição de existência. Foucault define que, enquanto uma história das ciências tradicional opera segundo “o signo da totalidade e da pletora” (FOUCAULT, 2012, p. 145), a análise dos enunciados e das formações discursivas “[...] quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados. Busca estabelecer uma lei de raridade”

(FOUCAULT, 2012, p. 146); procura, também, liberar os enunciados de um centro subjetivo, uma interioridade ou intenção que comporia o modo de funcionar toda a história: “[...] não é mais preciso situar os enunciados em relação a uma subjetividade soberana, mas reconhecer, nas diferentes formas da subjetividade que fala, efeitos próprios do campo enunciativo.” (FOUCAULT, 2012, p. 149).

Desprovidos de um significado agrupador e de uma subjetividade central, a forma de remanescência, o acúmulo dos enunciados não se dá tampouco pelo despertar, mais tarde, do sentido adormecido de um livro, de um manual que os agruparia: não há retorno possível para o sentido nem relação possível, portanto, com a verdade. Aqui, afinal, as definições se aproximam do que já pus em discussão ao delimitar a noção de enunciado a ser adotada; o que a análise enunciativa se propõe a recuperar são formas específicas de acúmulo; esses três princípios ou movimentos, **raridade, exterioridade e acúmulo**, delineiam o movimento metodológico da análise dos enunciados proposta e compõem o que Foucault vai chamar de positividade.

Cada discurso, posto que não há um centro, intenção ou sentido para todos, terá seu próprio regime de positividade. Uma dada positividade constitui, então, o campo em que enunciados heterogêneos são postos em jogo e podem emergir (com todas as características já descritas): constitui um **a priori histórico**, o regime específico que designa a condição de realidade, de relação dos enunciados e sua dinâmica de funcionamento (FOUCAULT, 2012, p. 155). O nome, que à primeira vista é controverso, visto que se procura romper com a transcendentalidade da história, é posto nos seguintes termos:

A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse a priori deve dar conta dos enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho. [...] Além disso, o a priori não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam a prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e, se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transformam em certos limiares decisivos. O a priori das positivities não é somente o sistema de uma dispersão temporal; ele próprio é um conjunto transformável. (FOUCAULT, 2012, p. 155-156).

Portanto, a regularidade específica, ou regime, de um dado discurso constitui seu **domínio**, sendo estes compostos e componentes de uma história específica, densa, heterogênea:

composição de termos na qual fica mais interessante pensar o enunciado como acontecimento [possível] e como materialidade desse/nesse a priori histórico. Resumidamente e retomando como consta na *Arqueologia*, **arquivo** pode ser definido da seguinte forma:

[...] Entre a língua que define o sistema de construção das frases possíveis e o corpus que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. [...] É o sistema geral da formação dos enunciados. (FOUCAULT, 2012, p. 159)

Metodologicamente, minha intenção é conseguir descrever parte⁴ do arquivo que torna possível a pauta por igualdade de gênero em uma agenda que se propõe global. A partir dos enunciados, elementos materiais que possibilitam a investigação de relações de saber-poder, identificar o regime de positividade, ou parte dele, em que emerge e se insere a HeforShe, produzindo também efeitos de saber, poder e subjetividade.

2.1.2 Imperativos metodológicos

Partindo dessa perspectiva, a de que um enunciado precisa ser pensado na rede que constitui, assumo neste trabalho também o que, em *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988), foi chamado de imperativos metodológicos, ou prescrições de prudência, a partir das quais é possível delimitar o olhar para essa rede. A primeira delas é a regra de imanência, que remete à constituição dos objetos na própria dinâmica de saber-poder. Essa prescrição implica que se negue a exterioridade, que haja algo, a priori, que o poder venha a reprimir ou oprimir.

Sobre a segunda, a regra das variações contínuas, consta:

[...] buscar o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. As "distribuições de poder", e as "apropriações de saber" não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de aumento simultâneo dos dois termos. (FOUCAULT, 1988, p. 94).

⁴ Posto que, conforme Foucault (2012, p. 160), não é possível falar da totalidade de um arquivo do qual fazemos parte. O exercício de descrição do arquivo marca justamente um limite: “o afastamento de nossas próprias práticas discursivas”.

As regras um e dois estão intimamente relacionadas. É preciso olhar um pouco para trás e entender que correlações, em um dado local em diferentes tempos, tornaram possível o objeto enquanto tal e de que forma foram produtivas: deslocaram, inverteram, afrouxaram ou aumentaram determinados pontos de aplicação.

No que tange a esta pesquisa, ao tomar a pauta da igualdade de gênero, então, questiono quando e como eles emergem e em que relações passam a constituir uma demanda, uma espécie de bandeira que compõe uma agenda global. Caberá descrever mais especificamente como igualdade de gênero se constitui como urgência em HeforShe (que tem, portanto, estratégias específicas) para nossas sociedades nos diferentes campos em que assim se constituiu – biopolítico, social, econômico, subjetivo.

Pensar “mudanças” nas relações de poder-saber implica assumi-las como móveis e em sua articulação em diferentes níveis. É a isso que se refere a terceira regra, do duplo condicionamento. Ao afirmar, na *Vontade de Saber*, que pensar as construções de saber-poder sobre o sexo implicaria “pensar o sexo sem a lei e o poder sem o rei”, Foucault (1989, p. 87), não se propunha a negar que haja um sistema jurídico atuante ou estratégias hegemônicas; o que, sim, afirma e adota como perspectiva é que a produção de relações mais gerais de poder (mais totalizadoras e articuladas) é a consequência da articulação relações mais imediatas e mais locais, não a causa. Da mesma forma, as revoluções e movimentos de resistência seriam possíveis na articulação de focos de resistência.

Porém, tal relação se dá com “[...] nenhuma descontinuidade, como seria o caso de dois níveis diferentes (um microscópico e outro macroscópico) mas, também, nenhuma homogeneidade (como se um nada mais fosse do que a projeção ampliada ou a miniaturização do outro)” (FOUCAULT 2014, p. 95). Há, claro, articulações com mais força coercitiva e que podem realinhar, por exemplo, relações locais – assim como o inverso.

A quarta e última precaução metodológica é a polivalência tática dos discursos. Um movimento descuidado de análise dos enunciados pode vir a ser o de tomá-los como retrato (ou como tela, nos termos que pôs Foucault) de relações que se dão em outro plano, exterior e originário. Assim, enunciados sobre igualdade de gênero seriam, por exemplo, “do” feminismo, sofrendo eventual apropriação de outras agências, domínios etc.

Aí, além de estarmos incorrendo em considerar que há exterioridade por parte do poder e relações de origem e verdade em relação ao saber, estaríamos ignorando o aspecto metodológico que toma os discursos como articuladores de saber-poder (FOUCAULT, 2012, p. 96): a polivalência tática dos discursos é o movimento metodológico de entender o discurso

como campo de disputa para diferentes objetivos, para diferentes estratégias. Uma vez que os saberes reforçam ou deslocam relações de poder, seu papel é de instrumento e de efeito. Ainda, a partir dessa noção, a importância da genealogia em face da ontologia emerge.

Para utilizar um caso contemporâneo, conforme Butturi Junior, Sevegnani e Caixeta (2017) abordam, a possibilidade de usuários de aplicativos de encontro voltado para gays (aplicativos fast foda, nos termos dos autores) publicarem o status de sorologia emerge como um enunciado em um espaço de polivalência discursiva:

[...] assiste-se a um incremento das formas de prevenção e cuidado e, ao que parece, são justamente os homossexuais masculinos aqueles sobre os quais a adesão recai. Ao mesmo tempo, o discurso estatístico assevera o risco que volta a envolver as práticas homossexuais. No mesmo cadinho, a biomedicina oferece uma série de enunciados pautados na relação entre adesão às terapias e impossibilidade de transmissão. Entre os vértices possíveis, os homossexuais masculinos, porém, parecem restritos ao poder racializante do dispositivo sexual, muito embora os discursos de adesão, de cuidado de si e das subjetividades indetectáveis surgiram resistências, pontos de confronto e de tensionamento do dispositivo. (BUTTURI JUNIOR; SEVEGNANI; CAIXETA, 2017, p. 244)

As prescrições três e quatro, que parecem ter direções contrárias, de fato, podem ser articuladas na construção das investigações genealógicas, em que o discurso não deve aparecer como produto, mas como partícipe das relações de saber-poder-subjetividade:

Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força [...] não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo de que teoria implícita derivam, ou que divisões morais introduzem, ou que ideologia – dominante ou dominada – representam; mas, ao contrário, cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos). (FOUCAULT, 2012, p. 97).

Nesse quarto movimento, portanto, que carrega em si as outras três regras por sua capacidade de modificar os vetores (entre poder e resistência), cabe perguntar a partir de quais relações o discurso sobre igualdade de gênero pôde emergir e quais põe em jogo. Os caminhos de investigação exigem que a rede de enunciados seja agenciada a partir de outra noção central, a de dispositivo, cujo conceito será apresentado nas próximas páginas para que eu possa desenhar o que entendo que componha o dispositivo de igualdade de gênero que proponho.

Antes, entretanto, delimito o que entenderei por enunciado neste trabalho e a rede de enunciados que analisarei.

2.1.3 Delimitando a rede e as unidades

A HeforShe, campanha de solidariedade em prol da igualdade de gênero formulada pela ONU Mulheres, foi lançada em setembro de 2014; o movimento se justifica, institucionalmente, a partir de documentos normativos construídos em Assembleias Gerais e convenções sobre mulher, sobre paz, sobre segurança e sobre desenvolvimento de países menos adiantados, eventos nos quais pautou-se a *igualdade de gênero e o empoderamento da mulher* enquanto objetivo a ser alcançado. A lista completa dos documentos normativos e planejadores analisados consta no Anexo A deste trabalho, mas destaco a importância da 4ª Conferência da Mulher, que culminou na *Plataforma de Ação de Pequim*, em 1995, *A Declaração do Milênio*, feita nos anos 2000, A instituição da ONU Mulheres, em 2010, o *Programa de Ação em favor dos países menos adiantados para o decênio 2011-2020*, publicado em 2011, e o *Plano Estratégico UNW 2014-2017*.

Nesses documentos e em outros que lhes fazem referência, a definição do que é entendido por gênero, por igualdade, por empoderamento, sua relação com a noção de desenvolvimento é estabelecida; é a partir dessa rede, que, nos dois capítulos que se seguem, procurarei afirmar que a igualdade de gênero na HeforShe aparece como uma proposta de gestão a vida que toma e constrói sujeitos jurídicos (homens e mulheres) a partir e parâmetros específicos.

Uma vez estabelecida a rede, passo a delimitar o que tomarei como enunciado para a pesquisa. Cabe, para isso, que eu faça referência ao documento *Visão Geral* da HeforShe. Na seção *Histórico*, consta:

Durante décadas, os movimentos feminista e de mulheres têm liderado a reivindicação política pela igualdade de gênero. Embora importantes avanços obtidos em favor dos direitos e o bem-estar das mulheres com relação à saúde e à educação e, em menor escala, na participação política e econômica, a igualdade de gênero fundamental ainda precisa ser alcançada em todo o mundo. O progresso estagnou e está distante da promessa de alcance completa da igualdade de gênero, direitos humanos das mulheres e o seu empoderamento.

Este momento na história representa uma oportunidade única para posicionar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no centro da agenda global. São vários processos históricos de incidência política: a revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; as deliberações sobre o quadro de desenvolvimento pós-2015 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e o vigésimo ano de revisão e avaliação da Declaração e da Plataforma de Ação de Pequim.

A dinâmica destes processos históricos fornece uma oportunidade única para envolver os homens como parceiros para a solução de algumas das maiores violações de direitos humanos deste tempo: a desigualdade de gênero. Conforme descrito nos princípios fundamentais do Plano Estratégico da ONU Mulheres 2014-2017, parágrafo 33 C, “alcançar a igualdade de gênero requer uma abordagem inclusiva, que reconheça o papel essencial dos homens como parceiros na busca pelos direitos das mulheres”. Estes princípios têm como base as conclusões aprovadas na 48ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação das Mulheres, realizada em 2004, que solicita que os homens desempenhem papéis e responsabilidades mais representativos na busca pela igualdade de gênero. (HEFORSHE, [2014]l, p. 1, grifos meus)

A Organização defende que há uma tensão: por um lado, uma transformação social estagnada em termos de avanço e, por outro, um movimento histórico-político que já existe por parte da ONU de colocar a “igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no centro da agenda global”. Esses dois elementos justificariam mais um movimento, o de envolver homens na pauta em questão, que, destaque-se, é posta como uma violação de direitos humanos. No tópico seguinte do mesmo documento, *A Oportunidade*, lê-se:

Como as Nações Unidas estão mudando dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015, há uma oportunidade sem precedentes para remodelar o diálogo sobre os direitos das mulheres e acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero. **Isto será conseguido através de uma reformulação da igualdade de gênero, fazendo que esta deixe de ser uma questão feminina para se tornar uma questão que exige a participação de homens e mulheres**, beneficiando toda a sociedade - social, política e economicamente. **A campanha ElesPorElas (HeForShe) tem a oportunidade de acelerar o avanço em busca da igualdade de gênero:** [...] gerando solidariedade; [...] envolvimento dos homens; [...] envolvimento dos jovens. (HEFORSHE, [2014]l, p. 2-3, grifos meus)

As proposições em destaque exemplificam o esforço de inscrever a HeforShe em uma rede específica com fins de modificá-la: a ONU Mulheres procura atribuir ao movimento HeforShe como um todo a potência de desestabilizar o campo de enunciação (FOUCAULT, 2012, p. 126) da luta por igualdade de gênero, instituindo-o como um enunciado-acontecimento.

O texto, de início, faz referência a um campo de luta instituído e identifica as líderes históricas da pauta, os “movimentos feminista e de mulheres” (HEFORSHE, [2014]l); ao discursivizá-lo, a ONU procura instituir-se como conhecedora do campo, de suas pautas e demandas.

A partir da condição de saber que assume, traça um juízo, uma avaliação, que justifica sua intervenção: há uma estagnação nas conquistas. A proposta é, então, de

potencializar/desestagnar a luta reinscrevendo a demanda por igualdade de gênero em um outro campo, o dos direitos humanos. Tal reinscrição tem como estratégia “[...] a participação de homens e mulheres” (HEFORSHE, [2014]l) na pauta e tem como consequência, já de início, a assunção da ONU Mulheres como instituição legítima para instituir o movimento. Interessa, nesse funcionamento, notar que o papel de deslocamento, estranhamente, não cabe às mulheres: a estagnação da agenda igualitária só ganha movimento e novidade quando, paradoxalmente, os homens são incluídos como “agentes” da transformação – o que veremos repetido como um modo particular desses discursos.

Assumo, então, a campanha HeforShe como um enunciado que se coloca em pelo menos dois campos, associando-os: o da igualdade de gênero e o dos direitos humanos. Dessa perspectiva, o **correlato** (FOUCAULT, 2012) da campanha HeforShe é a necessidade de igualdade entre todos os seres humanos; a **função-autor** é desempenhada pela ONU, que se coloca assumindo a liderança da pauta ao afirmar que suas ações institucionais “mexem” em um cenário estagnado; a **rede** de enunciados em que se insere é a de demandas por direitos das mulheres, direitos humanos e políticas da ONU e, por fim, a **materialidade** desse enunciado-acontecimento seriam os documentos e peças publicitárias das redes sociais, campo de ação e de inscrição principais da campanha. Nos próximos capítulos, assumindo essa delimitação da campanha HeforShe enquanto enunciado, explorarei o regime de positividade em que ela emerge e se insere, propondo ampliações e deslocamento nas características que descrevi agora como caracterizando sua função enunciativa.

Precisarei utilizar, no entanto, a noção de enunciado em sua heterogeneidade. Os textos da campanha: *Visão Geral*, documentos de apresentação, de prestação de resultados, kits de ação para empresas, para universidades e para governos, específicos da HeforShe, colocam-se em relação aos documentos normativos da ONU que citei; além disso, rizomáticos, baseiam-se em dados produzidos pelo Fórum Econômico Mundial avaliando-os, trazendo proposições a partir deles. Precisarei estar atenta às descontinuidades entre os documentos, o que exige que para além de tomar a campanha como um enunciado, eu tome seus documentos como tal.

Há, ainda, algumas proposições no corpus que me propus a analisar que se repetem. Nos documentos oficiais, destaco o uso de *igualdade de gênero e empoderamento da mulher*; nas redes sociais, há tags, como #iamheforshe, #areyouheforshe e #senãovocêquem, que são estrategicamente formuladas para circular em maior escala, dissociadas textualmente dos textos-base da HeforShe, mas fazendo-lhes referência. Ainda que esses elementos possam ser entendidos como enunciados nos termos até aqui discutidos, preferirei tomá-los como

regularidades discursivas e, por esse viés, analisar como eles funcionam no interior dos enunciados e enunciações que compõem a HeforShe, na modalidade de um dispositivo gendrado.

2.2 O CONCEITO DE DISPOSITIVO

Antes de iniciar a discussão sobre dispositivo, faço uma breve ressalva: me afastarei de um conceito que compõe a arqueogenealogia foucaultiana, o de formação discursiva⁵; faço isso porque, ao investigar a rede de enunciados em que a HeforShe se inscreve, precisarei dar conta de elementos heterogêneos e não bastará que eu trace relações entre enunciados; assim, o conceito de dispositivo se apresenta mais adequado para esta pesquisa. Entretanto, há algumas páginas fiz questão de apresentar os conceitos de positividade e de arquivo, duas noções presentes na *Arqueologia do Saber* e que, embora tenham sido propostas junto com a de FD, contribuem para meu olhar neste trabalho. Há, pois, uma descontinuidade conceitual que exige explicação.

Entendo que é preciso ter cuidado parear termos de pesquisas arqueológicas e genealógicas, que, como o próprio Foucault em *Microfísica do Poder* (2015, p. 262) coloca, são empreendimentos diferentes. Nessa direção, partir de Butturi Junior (2008, p. 106), é possível entender que, entre arqueologia e genealogia há “[...] se não uma ruptura, certamente

⁵ Na *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2012, p. 64-66) **discurso** é entendido como um conjunto descontínuo de enunciados, que, entretanto, relacionam-se uns aos outros por uma dada regularidade, emergindo como acontecimento a partir de condições de possibilidade e regime de existência específicos. A chamada heterogeneidade constituinte do discurso diz respeito ao “funcionamento” de conjunto que se constitui a partir de feixes de relações que os enunciados operam. Há, portanto, o paradoxo conceitual de uma unidade constituída pela dispersão; esse conceito exige, em distinção a análises estruturalistas e exegeticas, que se neguem enunciados e enunciações como síntese ou função unificante do sujeito e que se assumam a descontinuidade entre os enunciados; esses se relacionam, nessa perspectiva, pela prática discursiva. Reinscreve-se, assim, o discurso: deixa de ser um fenômeno de expressão e passa a ser “um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2012, p. 66); passa a ser “[...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e a descontinuidade em relação a si mesmo”.

No mesmo volume, é **entendido que os discursos funcionam no interior de formações discursivas**. A noção de formação discursiva é potente para pensar os objetos e de que forma são possíveis enquanto tais: como opera o saber médico, o saber científico, por exemplo. Entretanto, é um conceito que não será usado neste trabalho como ferramenta metodológica porque, como já foi reiterado, os enunciados sobre igualdade de gênero emergem e funcionam em mais de um domínio discursivo e, mais que em termos de emergência, a descontinuidade entre os enunciados precisa ser observada em termos de disputa e de agonística.

uma diferença entre os níveis de análise”; entretanto, proponho, estrategicamente, uma articulação entre as tarefas. Primeiro, porque tanto arqueologia quanto genealogia podem ser entendidas em relação de ruptura aos saberes modernos, em relação uma a outra e ao arquivo que constituem/em que são constituídas; depois, diversos autores entendem que os conceitos de positividade, de arquivo e de dispositivo procuram dar conta de um problema que será retomado na trajetória foucaultiana (AGAMBEN, 2009; BUTTURI, 2008; DELEUZE, 1988), ainda que com um desenho um pouco diferente: a preocupação com as correlações de força de que participam os enunciados. Eis que esta reaparece, genealógicamente marcada, no conceito de **dispositivo**, ao qual me dedico agora.

Começo retomando o percurso que faz Agamben (2009, p. 11), que define dispositivo como “conceito operativo de caráter geral”⁶ em Foucault e recupera as relações da noção de positividade conforme proposta na *Arqueologia*, e a de dispositivo, mais desenvolvida a partir dos estudos sobre biopolítica. De início, aponta que positividade, em Hegel, diz respeito à dimensão da história/cultura que “age” sobre o sujeito, ou seja, é uma força de coerção/coação. *Oikonomia*, por sua vez, é um termo grego cuja tradução seria administração da casa, mas em uma dimensão pragmática: “[...] trata-se, como disse Aristóteles, não de um paradigma epistêmico, mas de uma práxis, de uma atividade prática que deve de quando em quando fazer frente a um problema e a uma situação particular.” (AGAMBEN, 2009, p. 11).

O termo passou a fazer parte da teologia cristã em um momento que a instituição teve de lidar com a Trindade sem abrir mão da ideia de um único deus; a *oikonomia* passou a dizer respeito à administração⁷ da história dos homens e sua salvação e, mais tarde, o termo em tradução latina seria dispositivo.

Em Foucault, uma fonte bastante citada para definir o termo é a da entrevista à revista *Ornicar*, publicada em 1977 e presente em *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 2015). Lá, há, de início, três aspectos, relacionados entre si, atribuídos aos dispositivos. O primeiro deles é a definição de dispositivo enquanto **conjunto heterogêneo**, verbal e não verbal, institucional e não institucional, que se ligam em uma rede determinada. Essa relação obedece a **uma certa gênese**, uma “natureza de relação”, que é o segundo aspecto. Até aqui, há bastante semelhança com o que foi desenvolvido na *Arqueologia do Saber* a respeito dos regimes de positividade que constituem o arquivo. Assim, na *Vontade de Saber*, as técnicas de confissão, o saber

⁶ O que não implica pensar em universais.

⁷ No próximo capítulo, desenvolvo com um pouco mais de fôlego os deslindes de “administrar” e “governar” que, na modernidade, vão compor a biopolítica.

científico, a instauração de um modelo de corpo são que impunha valor à família burguesa, são os elementos heterogêneos entre si que serviram à vontade de fazer falar o sexo, foram constitutivos do que Foucault chamou, como já colocado na introdução, de dispositivo da sexualidade.

O terceiro aspecto destacado sobre os dispositivos, no início da referida entrevista, explora a afirmação de que eles correspondem a uma urgência, a uma necessidade histórica: os dispositivos são contingenciais; têm, assim, sua gênese sempre relacionada a um objetivo estratégico. Daí, Foucault (2015, p. 365) define um duplo processo de desdobramento, que pode ser pensado quase como dois movimentos nos feixes de saber-poder. A **sobredeterminação funcional** diz respeito à relação de um efeito de saber-poder com outros e aos ajustes que isso gera constantemente no funcionamento de uma rede. Nessa direção, Deleuze fala em linhas de força:

[...] Pareceria que estas foram situadas nas linhas precedentes de um ponto singular a outro; de alguma maneira, elas “retificam” as curvas anteriores, traçam tangentes, envolvem os trajetos de uma linha com outra linha, operam idas e vindas entre o ver e o dizer e inversamente, agindo como setas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras, que não cessam de conduzir à batalha. A linha de forças produz-se “em toda a relação de um ponto a outro” e passa por todos os lugares de um dispositivo. Invisível e indizível, esta linha está estreitamente mesclada com outras e é, entretanto, indistinguível destas. É a linha que corresponde a Foucault e cuja trajetória ele volta a encontrar também em Roussel, em Brisset, nos pintores Magritte ou Rebeyrolle. Trata-se da “dimensão do poder”, e o poder é a terceira dimensão do espaço interno do dispositivo, espaço variável com os dispositivos. Esta dimensão se compõe, como o poder, com o saber (DELEUZE, 1990, p. 157).

Trata-se, afinal, da observação feita sobre o termo a priori histórico: ele quem possibilita a emergência dos enunciados, e isso não exclui a historicidade que o constitui nem o exime das mudanças causadas pelos efeitos de poder-saber que emergem dele. Há ainda o processo de **preenchimento estratégico**, também profundamente ligado à historicidade dos elementos e aos efeitos de saber e de poder: se uma dada técnica, saber, instituição etc. emerge como resposta a uma necessidade, seus efeitos de saber e de poder, produtivos por excelência, serão novos elementos “não intencionais”, mas que produzirão reajustamento de estratégias, que serão reaproveitados. Ainda nessa entrevista, Foucault é levado a se posicionar com relação ao **linguístico e não linguístico dos dispositivos**:

[...][Foucault:] O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. E isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles. Em *As Palavras e as Coisas*, querendo fazer uma história da epistême, permanecia em um impasse. Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a epistême. Ou melhor, que a epistême é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos.

Jacques-Alain Miller: O que você coloca como dispositivo certamente é mais heterogêneo que o que você chamava epistême.

M.F.: Certamente. [...] J.-A.M.: Com os dispositivos, você quer ir além do discurso. Mas estes novos conjuntos, que reúnem muitos elementos articulados, permanecem neste sentido conjuntos significantes. Não vejo bem em que medida você englobaria o não discursivo.

M.F.: Para dizer: eis um dispositivo, procuro quais foram os elementos que intervieram em uma racionalidade, em uma organização...

[...] Guy Le Gaufe: Mas para voltar ao não discursivo, além dos enunciados, o que existe em um dispositivo que não seja "instituição"?

M.F.: Geralmente se chama instituição todo comportamento mais ou menos coercitivo, aprendido. Tudo que em uma sociedade funciona como sistema de coerção, sem ser um enunciado, ou seja, todo o social não discursivo é a instituição.

J.-A.M.: A instituição está evidentemente ao nível do discursivo.

M.F.: Como quiser, mas em relação ao dispositivo, não é muito importante dizer: eis o que é discursivo, eis o que não é. Entre o programa arquitetural da Escola Militar feito por Gabriel e a própria contração da Escola Militar, o que é discursivo, o que é institucional? Isto só me interessará se o edifício não estiver conforme ao programa. Mas não creio que seja muito importante fazer esta distinção, a partir do momento em que meu problema não é linguístico (FOUCAULT, 2015, p. 367-368).

Esse trecho reitera os argumentos de que dispositivo é um operador teórico muito potente cuja heterogeneidade permite pensar a língua e a história em sua indissociabilidade.

2.2.1 O Dispositivo da sexualidade, tecnologias heterogêneas e micropoderes

Objeto privilegiado da genealogia foucaultiana, o dispositivo da sexualidade é proposto no volume *A Vontade de Saber* e oferece um exemplo de olhar que faz emergir a heterogeneidade, descontinuidade e os micropoderes que constituem um objeto de saber-poder.

O sexo, lá, é um objeto de saber-poder que, em nossas sociedades “[...] se confessa de uma forma muito particular” (FOUCAULT, 1989, p. 60) e que, no século XIX, se consolida intersecção de práticas de confissão cristãs e de um discurso científico sobre a sexualidade humana. Está em questão, aí, uma vontade de saber marcada por um jogo de provocação e elisão: os exames médicos incitam, por exemplo, “a crise de histeria” feminina elidindo-a, controlando-a⁸.

⁸ Tais proposições marcam um momento específico da produção foucaultiana, que resgato porque se relacionam à emergência histórico-tecnológica da governabilidade biopolítica. É importante marcar que há uma distância

A obsessão pela verdade do sexo, nesses termos, teria se consolidado em quatro áreas, quatro conjuntos estratégicos, para usar os termos foucaultianos, que comporiam um domínio específico: o do dispositivo da sexualidade. *A histerização do corpo* da mulher se apresenta como um desses conjuntos estratégicos:

[...] tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização. (FOUCAULT, 1989, p. 99)

Além dessa área, há a *pedagogização do sexo da criança*, processo em que a criança precisa ter sua libido (produzida enquanto natural e antinatural ao mesmo tempo) coibida, vigiada por todos porque representa um perigo individual e social: o perverso, afinal, é um perigo para a espécie. Daí, a cargo dessa vigília, há todo um campo de saber-poder por parte dos pais, professores, pedagogos, psicólogos que devem saber identificar o sexo e seu perigo latente.

Compõe o domínio do dispositivo da sexualidade também a *psiquiatrização do prazer perverso*, em que um saber médico sobre as anomalias biológicas e psicológicas produz o perverso como um perigo e desenvolve tecnologias de tratamento e cura para elas; e a *socialização das condutas de procriação*, que diz respeito a tecnologias de controle populacional com incidência nas famílias: a procriação passa a ser incentivada ou desincentivada a partir e necessidades do corpo social, passando, assim, a haver uma responsabilização do casal em relação ao corpo social (FOUCAULT, 1989, p. 99).

Tendo em vista as precauções metodológicas que orientam o olhar de análise de *A vontade de saber* e deste trabalho, assumo que as redes de saberes que criam o sexo como objeto e controlam-no não têm um porquê, mas um como e consequências específicas. Foucault afirma

teórica, entretanto, das considerações sobre produção de si em Foucault, quando a verdade da confissão - e mesmo a que se produz na análise, por exemplo - precisam ser tomadas menos em termos de extração e mais como produção. o “dizer a si mesmo” (FOUCAULT, 1989, p. 26) passa a ser redesenhado como “produzir a si mesmo”. Uma produção, claro, regulada. Butler, por exemplo, trata dessa regulação em termos de *molde* e com efeito no mundo (positividade) e nos sujeitos.

que, historicamente, o dispositivo da sexualidade suplanta o código de alianças, aquele dos arranjos familiares e hierarquias, sem, no entanto, desfazê-lo: o apelo ao normal suplanta aquele feito ao convencional. Nesse movimento, entretanto, a célula familiar segue central:

O que se passou desde o século XVII pode ser decifrado do seguinte modo: o dispositivo de sexualidade, que se desenvolvera primeiro nas margens das instituições familiares (na direção espiritual, na pedagogia), vai se recentrar pouco a pouco na família: o que ele podia comportar de estranho, de irredutível, de perigoso, talvez, para o dispositivo de aliança — a consciência desse perigo se manifesta nas críticas tão frequentemente dirigidas contra a indiscrição dos diretores espirituais, em todo o debate, um pouco mais tardio, sobre a educação pública ou privada, institucional ou familiar das crianças — **é tomado em consideração pela família** — uma família reorganizada, com laços mais estreitos, intensificada com relação às antigas funções que exercia no dispositivo de aliança. **Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo "psicologizar" ou "psiquiatrizar" as relações de aliança.** [...] Nasce, então, uma demanda incessante a partir da família: de que a ajudem a resolver tais interferências infelizes entre a sexualidade e a aliança; e, presa na cilada desse dispositivo de sexualidade que sobre ela investira de fora, que contribuíra para solidificá-la em sua forma moderna, lança aos médicos, aos pedagogos, aos psiquiatras, aos padres e também aos pastores, a todos os "especialistas" possíveis, o longo lamento de seu sofrimento sexual. Tudo se passa como se ela descobrisse, subitamente, o temível segredo do que lhe tinham inculcado e que não se cansaram de sugerir-lhe: ela, coluna fundamental da aliança, era o germe de todos os infortúnios do sexo. **Ei-la desde a metade do século XIX, pelo menos, a assediar em si mesma os mínimos traços de sexualidade, arrancando a si própria as confissões mais difíceis, solicitando a escuta de todos os que podem saber muito, abrindo-se amplamente a um exame infinito.** A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo (FOUCAULT, 1989, p. 103-104).

Nesse ínterim, a partir da defesa de Foucault, os saberes médicos da psicanálise também têm um papel importantíssimo para manter a família como foco e poder: se, por um lado, a anormalidade é motivo para, por exemplo, retirar um doente do seio da família e interná-lo para que se cure, a explicação do desvio fará, ancorada nas proposições da psicanálise, o caminho de volta para a família já que, afinal, todo problema teria origem das relações pai-filho.

Tais táticas, tais “comos” nos quais o sexo é tido tanto como questão formadora do sujeito quanto como estruturante da sociedade instauram-se de maneira não homogênea nem contemporânea: primeiramente, teria se dado com fins eugênicos - Foucault vai dizer que a burguesia obsessiva-se com o próprio corpo, procurando instituí-lo como modelo absoluto de *saúde*.

Quanto às classes populares, as preocupações com o sexo teriam se dado primeiro com relação ao saberes contraceptivos que possuíam, depois com o foco na família canônica

enquanto mecanismo de controle político e social e, por fim, com legislações que visavam ao controle da perversão enquanto perigo social. Em outras oportunidades, Foucault também vai traçar relações entre a demografia as classes populares e a questão do trabalho (FOUCAULT, 2015); ainda na *Vontade de Saber*, a relação do sexo com uma forma específica e governabilidade, a biopolítica, será pautada, ainda que pouco desenvolvida⁹. O que interessa para este capítulo é marcar que o *dispositivo da sexualidade* é uma proposição teórica que faz emergir relações de saber-poder-subjetividade de um dado período histórico; essas relações têm como eixo a coadunação de saberes médicos a técnicas de confissão, mas Foucault (1989) nega seu status repressivo e propõe, que ao contrário, esse encontro marca a criação da sexualidade enquanto objeto e tática de poder *produtivo*:

Vê-se claramente: a genealogia de todas essas técnicas, com suas mutações, seus deslocamentos, suas continuidades e rupturas, não coincide com a hipótese de uma grande fase repressiva inaugurada durante a época clássica e em vias de encerrar-se, lentamente, no decorrer do século XX. Houve, ao contrário, inventividade perpétua, produção constante de métodos e procedimentos, com dois momentos particularmente fecundos nessa história prolífica: por volta da metade do século XVI, o desenvolvimento dos processos de direção e de exame de consciência; no início do século XIX, o aparecimento das tecnologias médicas do sexo (FOUCAULT, 1989, p 113).

Acontece que esse saber médico, e aqui procuro instituir um elo entre o dispositivo da sexualidade foucaultiano e a noção de gênero, produziu mais do que o sexo. Conforme tematizam muitas feministas e há bastante tempo, os gêneros feminino e masculino também foram produzidos por saberes médicos ao longo do século XX. Mais do que isso, houve uma produção discursiva específica, que pode ser denominada de biologização do sexo, que faz emergir o gênero como uma questão social. A emergência desse objeto de saber se dá, ainda, a partir de um a priori histórico que tem como ponto central governabilidade específica, a biopolítica. O imbricamento desses dois eixos constitui o que assumo aqui como dispositivo de igualdade de gênero, e os próximos dois capítulos apresentam os conceitos de gênero e de biopolítica – a partir do qual é possível falar em igualdade.

⁹ Aqui, as discussões sobre biopolítica serão traçadas no próximo capítulo.

3 BIOPOLÍTICA

Na Introdução, afirmei que a HeforShe participa de um dispositivo de igualdade de gênero, e que parte dessa emergência e funcionamento pode ser lido a partir do conceito de biopolítica, no qual está em questão a gestão da vida, dos corpos. Para defender essa afirmação, é necessário que eu explore como a governamentalidade se tornou uma questão de Estado, ou, em outros termos, como a gestão da vida se tornou central para os Estados modernos, inaugurando um modelo de poder denominado biopolítica. Início definindo governamentalidade e de que forma a racionalidade liberal se consolida nas sociedades modernas ocidentais, funcionamento em que a gestão da vida é o modelo de poder.

3.1 GOVERNAMENTALIDADE E RAZÃO LIBERAL

No curso *Segurança, Território e População*, ministrado em 1981, Foucault explora o conceito que chamou de governamentalidade, explorando como o governo dos homens pôde passar a ser uma questão do Estado, imprimindo à palavra um sentido político, não moral ou administrativo como em outros tempos.

Na aula de 8 de fevereiro, passa a explorar as acepções de governo, delimitando que há, antes dos séculos XVI e XVII, na Europa¹⁰, definições de cunho material/físico, em que governar representa seguir um caminho ou fazer seguir, de administrar; e definições de ordem moral, em que a noção de dirigir-se ou a alguém diz respeito à conduta (FOUCAULT, 2008a, p. 162-164), atendo-se, então, a esse modo de entender governar, destaca que quem são governadas são as pessoas. Em seu entendimento, esse sentido de governo não é próprio das culturas clássicas, mas das relações pastor-rebanho das culturas hebraicas:

O pastorado é um tipo de relação fundamental entre Deus e os homens, e o rei de certo modo participa dessa estrutura pastoral da relação entre Deus e os homens. Um hino assírio diz, dirigindo-se ao rei: "Companheiro resplandecente que participas do pastorado de Deus, tu que cuidas do país e que o alimentas, Ó pastor da abundância." Evidentemente, foi sobretudo entre os hebreus que o tema do pastorado se desenvolveu e se intensificou". Com este particular que, entre os hebreus, a relação pastor-rebanho é essencialmente, fundamentalmente e quase exclusivamente uma relação religiosa. As relações entre Deus e seu povo é que são definidas como relações

¹⁰ Nessa aula e nas seguintes do mesmo curso, o filósofo defende que o poder pastoral desenvolve-se separadamente de uma concepção de política conforme os gregos tinham e das teorias administrativas/políticas até o século XVIII (FOUCAULT, 2008a, p. 204-205); são diferenciações nas quais, aqui, não me atenho.

entre um pastor e seu rebanho. Nenhum rei hebreu, com exceção de Davi, fundador da monarquia, é nominalmente, explicitamente designado como pastor". O termo é reservado a Deus", Simplesmente, certos profetas são vistos como tendo recebido das mãos de Deus o rebanho dos homens, que a ele devem devolver"; e, por outro lado, os maus reis, os que são denunciados como tendo traído sua missão, são designados como maus pastores, nunca individualmente aliás, sempre globalmente, como os que dilapidaram o rebanho, dispersaram o rebanho, os que foram incapazes de lhe dar seu alimento e de levá-lo de volta à sua terra", A relação pastoral, em sua forma plena e em sua forma positiva, é portanto, essencialmente, a relação entre Deus e os homens. (FOUCAULT, 2008, p. 168)

Essa relação, denominada poder pastoral, vai guardar então algumas características: diz respeito a uma multiplicidade em movimento; é um benfazejo que denota sua função de existir; uma forma e garantir a salvação, a existência o rebanho - não só do pastor, desse que governa. Enfim, Foucault destaca que há, nesse movimento de cuidado do rebanho, um de individualização: são, afinal, dois pontos que também estarão presentes na biopolítica, de que pretendo tratar nesta seção:

[...] é verdade que o pastor dirige todo o rebanho, mas ele só pode dirigi-lo bem na medida em que não haja uma só ovelha que lhe possa escapar. O pastor conta as ovelhas, conta-as de manhã, na hora de levá-las à campina, conta-as à noite, para saber se estão todas ali, e cuida delas uma a uma. **Ele faz tudo pela totalidade do rebanho, mas faz tudo também para cada uma das ovelhas do rebanho.** É aqui que chegamos ao célebre paradoxo do pastor, que adquire duas formas. Por um lado, o pastor tem de estar de olho em todos e em cada um, *omnes et singulatim*, o que vai ser precisamente o grande problema tanto das técnicas de poder no pastorado cristão, como das técnicas de poder, digamos, modernas, tais como foram introduzidas nas tecnologias da população de que lhes falava. *Omnes et singulatim*. E, depois, de maneira ainda mais intensa, no problema do sacrifício do pastor em relação ao seu rebanho, sacrifício dele próprio pela totalidade do rebanho, sacrifício da totalidade do rebanho por cada uma das ovelhas. (FOUCAULT, 2008a, p. 172)

Há um desdobramento histórico dessa forma de governo, que é tomado por Foucault pelos termos “crise interna do pastorado” (FOUCAULT, 2008a, p. 267); conforme afirma o filósofo, contracondutas, ou seja, resistências a essa forma de governo modificaram-na. Tais modificações serão internas a essa governabilidade, e Foucault enumera-as: a ascese, as comunidades, o sacramento do padre e a eucaristia. Tais tecnologias modificaram o dimorfismo clérigos vs leigos que compunha o poder pastoral, desestabilizando e alterando, por consequência, a economia da salvação, da obediência e da verdade em que este se pautava (FOUCAULT, 2008a, p. 270).

Nesse ínterim, Foucault admite que um marco de deslindamento da pastoral das almas para o governo dos homens se dá por volta do século XVI, e que a Reforma, a Contra-reforma, revoltas camponesas e, mais tarde, a Revolução Francesa seriam “expressões radicais” desse deslinde; o período em questão, de todo modo, é marcado menos pelo desaparecimento do poder pastoral e mais por sua difusão tanto no que diz respeito à religiosidade quanto no cotidiano das pessoas.

Emerge, assim, um objeto de saber específico, um interesse por se pensar o como se governa e como se deve governar, posto do seguinte modo:

[...] em que medida quem exerce o poder soberano deve encarregar-se agora de tarefas novas e específicas, que são as do governo dos homens? Dois problemas de imediato: primeiro, de acordo com que racionalidade, que cálculo, que tipo de pensamento será possível governar os homens no âmbito da soberania? **Problema do tipo de racionalidade**, portanto. Em segundo lugar, problema do **domínio e dos objetos**: o que, especificamente, deve ser objeto desse governo dos homens, que não é o da Igreja, que não é o do pastorado religioso, que não é de ordem privada, mas que é da incumbência e da aleada do soberano e do soberano político? Pois bem, hoje eu gostaria de lhes falar da primeira questão, a saber, do problema da racionalidade. Ou seja: de acordo com que racionalidade o soberano deve governar? E para falar em latim, vocês sabem que gosto de falar latim, direi: por contraste com a *ratio pastoralis*, qual deve ser a *ratio gubernatoria*? Bem, então, a razão governamental [está em questão] (FOUCAULT, 2008a, p. 311, grifos meus).

Foucault recorre então aos escritos desse período (séculos XVI e XVII) para defender que, dessa preocupação, tenha-se definido que o papel do soberano, mais do que “exercer a soberania”, ou seja, gerir/administrar seu território e povo como deus rege a natureza, passa a ser o de governar a *res pública* aplicando um domínio sobre os povos. Acontece que, mais do que “passar a existir”, esse domínio passa a ser a **razão de ser** e de permanecer de um soberano e de um Estado, o que coloca e justifica, afinal, a razão de Estado, a forma de governo como a questão central a partir desse tempo (FOUCAULT, 2008a, p. 316-320. Recorrendo a teóricos da época, o desenho foucaultiano do que vem a ser a razão de Estado é o seguinte:

Essa definição de Palazzo, confirmada por outros, como Chemnitz e vários teóricos da razão de Estado, apresenta imediatamente, como vocês estão vendo, características muito visíveis. Primeiro, nada **nessa definição da razão de Estado se refere a outra coisa senão ao próprio Estado**. Vocês não têm nenhuma referência a uma ordem natural, a uma ordem do mundo, a leis fundamentais da natureza, nem mesmo a uma ordem divina. [...] Em segundo lugar, vocês veem que essa razão de Estado está fortemente articulada em torno da relação essência-saber, **A razão de Estado é a própria essência do Estado, e é igualmente o conhecimento que possibilita, de certo modo, acompanhar a trama dessa razão de Estado e obedecer a ela.** [...] Em terceiro lugar, vocês estão vendo que a razão de Estado é essencialmente uma coisa...eu ia dizendo conservadora, digamos **conservatória**. Trata-se essencialmente, nessa razão de Estado, por essa razão de Estado, de identificar o que é necessário e

suficiente para que o Estado exista e se mantenha em sua integridade, se preciso for, caso seja necessário e suficiente para restabelecer essa integridade, se ela vier a ser comprometida. [...] Trata-se, dirá o Marques du Chastelet na segunda metade do século XVII, de alcançar uma "justa mediocridade?". Enfim - e é este sem dúvida o traço mais característico -, nessa razão de Estado vocês estão vendo que **não há nada que diga respeito a algo como uma finalidade anterior, exterior ou até ulterior ao próprio Estado**. Claro, vai se falar da felicidade. Está no texto de Chemnitz. Claro outros textos também falarão da felicidade. Mas essa felicidade, esta perfeição, a que são atribuídas e a que se deve relacioná-las? Ao próprio Estado. Lembrem-se da maneira Como São Tomás falava do que era a república e do que era o governo real. [...] no fim das contas, a arte de governar, a arte de reinar de São Tomás estava sempre voltada para esse fim extraterreno, para esse fim extra-estatal, eu ia dizendo extra-republicano, fora da *res publica*, e era para esse fim que a *res publica* devia estar em última instância voltada. Aqui, não temos nada disso. O fim da razão de Estado é o próprio Estado, e se há algo como uma perfeição, como uma felicidade, será sempre [aquela] ou aquelas do próprio Estado. Não há último dia. Não há ponto final. Não há algo como uma organização temporal unida e final. (FOUCAULT, 2008a, p. 344-345, grifos meus)

A era histórica que se apresenta, portanto, como a da governabilidade indefinida (FOUCAULT, 2008a, p. 355) vai pôr em questão para o Estado sua soberania e preservação. Em outros termos, cai uma narratividade do soberano como quem vem instituir a paz perpétua e garantir a salvação dos seus e emerge a noção de Estados soberanos e concorrentes entre si: encerra-se um modelo de soberania com preocupação escatológica e inicia-se um modelo de governo preocupado em seguir existindo e que, para isso, coloca no centro de suas preocupações a correção de forças entre Estados e a produtividade interna.

A correlação em questão se trata da necessidade de condições de competição entre Estados e de um equilíbrio que garanta que desigualdades advindas da competição não culminem na extinção de alguma nação. Há, então, dois conjuntos tecnológicos que vêm a garantir o funcionamento dessa nova *ratio*, o sistema diplomático-militar e o de polícia, que têm como função a segurança, em sua dimensão de manter uma correlação de forças e de garantir/promover o crescimento interno de cada uma delas¹¹.

Aos poucos, no período histórico que compreende os séculos XVI a XVIII, esse novo objeto de saber e de preocupação, a razão de Estado faz emergir um novo modelo de poder,

¹¹ Mais à frente, retomarei em especial o papel da polícia na consolidação de um poder biopolítico; procurarei mostrar de que forma Agamben (1995) vai deslocar a afirmação foucaultiana de que a cidade é o locus e o modelo da biopolítica para a noção de campo, em que a exceção é regra e as vidas são tomadas não a partir de uma dimensão de sujeitos políticos, mas de vida nua.

tematizado por Foucault no último capítulo da *Vontade de Saber*, que tem por preocupação a gestão dos corpos e se utiliza de técnicas disciplinares e de um poder cada vez mais invisível¹².

Esse é, afinal, o **biopoder**, que herdará do poder pastoral a governabilidade das pessoas nas diversas áreas da vida. Para entender como esse modelo se consolida na modernidade, ainda é necessário retomar uma série de reflexões sobre como, já no íterim da governamentalidade como questão, desenvolve-se a racionalidade liberal e seu desdobramento neoliberal, isso porque, nessa racionalidade, emerge a centralidade do mercado como preocupação e, a partir dela, formas específicas de gestão a vida que podem ser pensadas ainda hoje. Nos próximos parágrafos, me pauto nas colocações do *Nascimento da Biopolítica*¹³, curso de 1978-1979 (FOUCAULT, 2008b).

Haveria, nos liberais do século XVIII, um ponto de fratura em relação a reflexões anteriores sobre governo e soberania: o mercado, o espaço da competição entre as nações e dentro delas, será um elemento central das sociedades e sobre o qual o Estado deve interferir muito pouco ou quase nada; para garantir sua competitividade em termos de nação “[...] o objeto governamental é o que os alemães chamam de ‘die soziale Umwelt’, o ambiente social” (FOUCAULT, 2008b, p. 200). Essa colocação, bastante estranha à primeira vista, posto que “Estado mínimo” parece ser uma bandeira liberal, precisa ser explicada a partir de da retomada de alguns pontos: a relação do mercado com a verdade; o *homo oeconomicus* e *homo juridicus*, sociedade civil e o papel dos governos nesse íterim, que foi denominado afinal como criação de moldura.

Sobre a constituição do mercado como centro das teorias econômicas, ela se assenta nesses processos históricos de que tratei nas últimas páginas e que instituem o Estado como unidade administrativa dotada de razão, e uma razão que deve assumir o compromisso de crescer o máximo possível sem dominar outros Estados a ponto de extingui-los nem ser fraco

¹² Passarei apressadamente as técnicas disciplinares neste trabalho, não me alongando em sua definição e descrição. Entretanto cabe destacar que elas são, em se tratando de uma governabilidade biopolítica, em seus objetivos de dulcificação dos corpos, ordenamento e disposição com vistas em maximizar sua produção, difusas: não funcionam apenas no interior de instituições fechadas; a dimensão panóptica, da mesma forma, compõe as sociedades para além dos espaços institucionais.

¹³ Nesta retomada, negligenciei propositalmente a descrição minuciosa de autores e polos de produção que são desenvolvidas no volume em que me baseio. Nele, os enunciados são melhor situados em seu jogo descontínuo e de superposição que, em todo caso, articulam-se formando o domínio no qual defendo que a campanha da ONU Mulheres, HeforShe, está inserida e é possível.

o suficiente para deixar-se dominar¹⁴. Esse caráter relacional implica que, da fronteira para fora, haja limites na organização estatal; em contrapartida, a imposição da prosperidade/produção gera a necessidade de interferir ilimitadamente no interior do território em prol da maior produtividade possível. Aí, a importância dos dois conjuntos tecnológicos: o diplomático-militar e o de polícia.

Há, ainda, um saber que interfere nesse *ratio* e produz o mercado como um espaço privilegiado e no qual o Estado não deve interferir diretamente: a economia política é a área que, do interior do Estado, procura organizar sua racionalidade. Diferentemente, então, do direito praticado em outros tempos, que se opunha ao soberano “de fora”, limitando-lhe a ação, agora, os limites do Estado vão passar a ser questão do próprio Estado e, nelas, certas regularidades serão tomadas como a evidência de que há certa natureza que se deve respeitar. É nesse ínterim que a noção e o papel do mercado mudam. Nos séculos XVI e XVII, o termo é entendido da seguinte forma:

O mercado, no sentido bastante geral da palavra, tal como funcionou na Idade Média, no século XVI, no século XVII, creio que poderíamos dizer, numa palavra, que era essencialmente um lugar de justiça. [...] Primeiro, claro, era um lugar dotado de uma regulamentação extremamente profícua e estrita: regulamentação quanto aos objetos a levar aos mercados, quanto ao tipo de fabricação desses objetos, quanto à origem desses produtos [...] Logo, um lugar dotado de regulamentação – isso era o mercado. Era também um lugar de justiça no sentido de que o preço de venda estabelecido no mercado era considerado, aliás tanto pelos teóricos quanto pelos práticos, um preço justo [...] Enfim, era um lugar de justiça na medida em que o que devia ser essencialmente assegurado no mercado, pelo mercado, ou, antes, pelas regulamentações de mercado era o quê? [...] era a ausência de fraude. Em outras palavras, era a proteção do comprador. [...] Digamos que o mercado era um lugar de jurisdição (FOUCAULT, 2008b, p. 42-43).

A mudança que se estabelece **no século XVIII** é a seguinte:

[...] apareceu como, de um lado, uma coisa que obedecia e devia obedecer a mecanismos “naturais”, isto é, mecanismos espontâneos, [...] tão espontâneos que quem tentasse modificá-los só conseguiria alterá-los e desnaturá-los. De outro lado, – e é nesse sentido que o mercado se torna um lugar de verdade –, não só ele deixa aparecer os mecanismos naturais, como esses mecanismos naturais, quando os deixam agir, possibilitam a formação de certo preço que Boisguilbert chamará de preço ‘natural’, que os fisiocratas chamarão de ‘bom preço’ [...] A importância dessa teoria

¹⁴ Essas afirmações relacionam-se à emergência da Europa enquanto ente jurídico-político. As relações dos países europeus com os outros territórios do mundo terá o objetivo de dominação, são as chamadas relações coloniais que, até hoje, compõem a geopolítica de nosso tempo.

econômica – quero dizer, dessa teoria que foi edificada no discurso dos economistas e que se formou na cabeça deles -, a importância dessa teoria da relação preço-valor vem precisamente do fato de que ela possibilita que a teoria econômica indique uma coisa que agora vai ser fundamental: que o mercado deve ser revelador de algo que é como uma verdade. [...] o que se descobre nesse momento, ao mesmo tempo na prática governamental e na reflexão dessa prática governamental, é que os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, **vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas** (FOUCAULT, 2008b, p. 44-45, grifos meus).

Ao longo desses dois séculos, então, o deslocamento de *local de jurisdição* para *lugar da verdade* institui o mercado como centro das relações político-econômicas, essas pautadas por um naturalismo autorregulatório que justifica a não intervenção, o *laissez-faire* e é a descontinuidade que a racionalidade liberal traz à razão de Estado: o mercado como questão.

Depois, **no século XX**, o neoliberalismo não vai apenas ser um prolongamento ou uma intensificação dessa racionalidade, vai introduzir deslocamentos específicos: o mercado consolida-se enquanto lugar (virtual) de concorrência, mas esse contexto de concorrência e desigualdade não é tido mais como um espaço onde o *laissez-faire* emerge e funciona naturalmente, mas uma situação que precisa ser garantida por um “privilégio formal”, constituir um objetivo e, portanto, exigir uma “política infinitamente ativa” por parte do Estado (FOUCAULT, 2008b, p. 164). Ainda, e em consequência do deslocamento anterior, não haverá mais a noção separada de onde o mercado age e onde é o espaço do Estado: “[...] a economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais.” (FOUCAULT, 2008b, p. 164-165).

Há, aí, pelo menos dois desdobramentos que me interessam: a função dos governos não diminui a partir desses deslocamentos, mas é alterada; além disso e paradoxalmente a esse papel que lhe é delegado, a noção de que há uma naturalidade, uma sabedoria nos processos econômicos acaba por deslegitimar o Estado como capaz de entender os processos de mercado: no neoliberalismo desloca-se a preocupação com a racionalidade do governo para o sujeito, sujeito esse que Foucault denomina *homo oeconomicus*, figura que emerge descontinuamente a partir das colocações de ordoliberais alemães e neoliberais americanos¹⁵.

¹⁵ A primeira noção de *homo oeconomicus* é formulada a partir da visão de políticas sociais dos ordoliberais alemães na metade do século XX, diz respeito a um panorama que privilegia uma relação individual do sujeito com o trabalho e de autogestão das necessidades de sobrevivência. Eles defendiam uma política social não que procurasse promover o amplo acesso da população a bens de consumo, mas que se preocupasse em estabelecer condições econômicas para que todos pudessem sanar suas necessidades (FOUCAULT, 2008, p. 197). Esse processo coloca o indivíduo na posição de empresa de si e dos seus e, por essa lógica, entende o crescimento econômico como forma mais eficiente de política social. O cenário, aí, é evidentemente privatista com relação aos

Por uma via ou por outra, o paradoxo do *homo oeconomicus* no neoliberalismo se coloca da seguinte maneira: ele é posto na centralidade dos processos sociais, objetivado; por outro lado, a única preocupação social com esse indivíduo diz respeito à sua relação com a produtividade econômica, posto que o mercado continua sendo o eixo central da economia. Os pensadores neoliberais, negando o naturalismo, defendem que as condições de concorrência devem ser garantidas e, entretanto, propõem-no tendo em vista a existência e salubridade do mercado, não dos indivíduos; é nessa lógica, ou racionalidade, como chama Foucault (2008b), que as ações estatais seguem algumas direções.

É nesse ínterim, em que o *homo oeconomicus* é central nas teorias econômicas e políticas públicas e, entretanto, o é na medida em que é útil, sendo também posta em xeque a capacidade Estatal de entender o mercado, cada vez mais central, que a afirmação de que o alvo das intervenções deva ser o *ambiente social*¹⁶ faz sentido. É justamente nesse ponto que, parece,

serviços básicos e institui “a multiplicação da forma da empresa no interior do corpo social” (FOUCAULT, 2008, p. 203).

A noção do *homo oeconomicus* dos neoliberais americanos, por sua vez, tem como ponto de partida as reflexões sobre trabalho, tido por eles como um elemento afinal negligenciado pelas políticas econômicas liberais de até então, e desloca a de capital. Tomando como tarefa analisar certa racionalidade do comportamento humano, se preocupam em pensar como os trabalhadores organizam e dispõem de suas habilidades e recursos (FOUCAULT, 2008, p. 307-308). Desse ponto de vista, capital é tudo aquilo que o trabalhador possui, material e simbolicamente, que possa lhe trazer renda. Há, também nesse viés, uma relação diferente com o investimento e com a produção que penetra em relações a princípio não-econômicas: uma mãe que tem condições de permanecer em casa e criar seu filho, por exemplo, está dando-lhe possibilidades de desenvolver competências e aumentar o capital humano da criança; essa mãe por sua vez, tem como retorno a satisfação, esse é “o produto” de seu capital investido na criação do filho. Também o consumo traria como retorno a satisfação, tida como produto por esses teóricos.

¹⁶ Ações reguladoras e ações ordenadoras, em se tratando de ordoliberais, deveriam compor as frentes de intervenção estatal: as primeiras, centrais ou primordiais, garantem condições econômicas de mercado, dizem respeito ao controle da inflação. Uma vez que, como dito, não assumem o mercado como algo natural, mas que se regula e funciona “naturalmente” se houve condições para isso, se fazem necessárias as ações ordenadoras, as que dizem respeito a condições estruturais. São chamadas **políticas de moldura** e, em Foucault (2008), o exemplo tomado é o cenário agrícola europeu, que, na época em que se formulam as necessidades dessas políticas (1952), não funciona conforme uma economia de mercado:

[Euken diz que] Será preciso agir sobre o quê, portanto? Não sobre os preços, não sobre determinado setor, assegurando o apoio a esse setor pouco rentável – tudo isso são intervenções ruins. As boas intervenções vão agir sobre o quê? Pois bem, sobre a moldura. Isto é, em primeiro lugar, sobre a população. A população agrícola é numerosa demais – pois então será preciso diminuí-la por meio de intervenções que possibilitem transferências de população, que possibilitem uma migração etc. Será preciso intervir também nas técnicas, pondo à disposição das pessoas certo número de ferramentas, pelo aperfeiçoamento técnico de certo número de elementos relacionados aos adubos etc.; intervir pelas técnicas também pela formação dos agricultores e pelo ensino que lhes será proporcionado, que lhes possibilitará modificar de fato as técnicas agrícolas. Em terceiro lugar, modificar também o regime jurídico das terras, tentar

se constituem as políticas da ONU para as mulheres e, mais precisamente, a HeforShe: por um lado, no embaralhamento constitutivo entre políticas estatais e políticas de mercado; depois, por uma crença no viés econômico de transformação dos direitos; por fim e não menos importante, pela centralidade da categoria mulher como agente alvo de governo, na modalidade de um capital humano que é preciso libertar, emancipar, fazer produzir.

A biopolítica constitui-se, portanto, como um modelo de poder; nele, a gestão vida da com a política é questão central da razão de Estado¹⁷. Entretanto, as tecnologias desse biopoder não se restringem a políticas de governo ou institucionais, e é aí que as noções de dispositivo em sua heterogeneidade e de micropoderes vêm a contribuir: em Foucault, essa gestão vai se consolidar com a criação e uma área específica de saber que se insere e modifica as relações de poder e a subjetividade: o sexo. O dispositivo da sexualidade, de que falei brevemente há algumas páginas, é a um só tempo possível na e tática da biopolítica:

[...] é que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. Mas vemo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série

encontrar os meios de fazer intervir a legislação, as estruturas, a instituição de sociedade por ação da agricultura, etc. Em quarto lugar, modificar na medida do possível a alocação dos solos e a extensão, a natureza e a exploração dos solos disponíveis. Enfim, no limite, é preciso intervir sobre o clima (FOUCAULT, 2008, p. 193).

¹⁷ Conforme pontua Espósito (2017), o termo biopoder não é cunhado por Foucault; entretanto, este utiliza-o a sua maneira, tendo possibilitado que, mesmo depois de algumas décadas, se apresente como um termo potente para lermos a contemporaneidade. A potência emerge, inclusive, nas fissuras as proposições foucaultianas: a tensão entre biopolítica e tanatopolítica, por exemplo, compõe um ponto mal resolvido sobre o qual Espósito se debruça para propor o paradigma imunitário.

de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações (FOUCAULT, 1988, p. 136).

Espero ter conseguido descrever de que forma Foucault defende que a biopolítica seja uma questão de governamentalidade e que, no desenvolvimento da razão liberal, tenham se articulados saberes e técnicas (disciplinares, médicas, de governo) de caráter totalizante e, ao mesmo tempo, de penetração em práticas cotidianas.

Isto posto, me concentro em apresentar como, nesse ínterim, deu-se “[...] a entrada da vida na história”, como, em um dado momento da modernidade ocidental, “[...] o biológico reflete-se no político” (FOUCAULT, 1988, p. 132-133), argumento que embasa a célebre inversão de que o direito de matar ou de deixar viver do soberano foi substituído pelo poder de fazer viver ou deixar morrer.

3.2 VIDA NA BIOPOLÍTICA, VIDA NUA E O CAMPO COMO PARADIGMA

No último capítulo da *Vontade de Saber*, Foucault introduz e sintetiza a mudança de que faz com que a vida se torne uma questão e elenca brevemente suas consequências. É uma transformação, afinal, do modelo de poder e de seu objeto:

Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte. [...] [entretanto] O soberano só exerce, no caso, seu direito sobre a vida, exercendo seu direito de matar ou contendo-o; só marca seu poder sobre a vida pela morte que tem condições de exigir. O direito que é formulado como "de vida e morte" é, de fato, o direito de causar a morte ou de deixar viver. Afinal de contas, era simbolizado pelo gládio. E talvez se devesse relacionar essa figura jurídica a um tipo histórico de sociedade em que **o poder se exercia essencialmente como instância de confisco, mecanismo de subtração, direito de se apropriar de uma parte das riquezas: extorsão de produtos, de bens, de serviços, de trabalho e de sangue imposta aos súditos**. O poder era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la. [...] Ora, a partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O "confisco" tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las. Com isso, o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas **exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos**. Essa morte, que se fundamentava no direito do soberano se defender ou pedir que o defendessem, vai aparecer como o simples reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, mantê-la ou desenvolvê-la (FOUCAULT, 1989, p. 128).

Eis a definição mais simples de biopolítica nos escritos foucaultianos: ela desloca a relação de dominação do território para gestão da vida. Mudança esta que implica em uma mudança nas técnicas e estratégias de poder, menos a repressão, a apreensão, o assassinato-espetáculo, mais a disciplina¹⁸. Aí a importância que ganha a norma em relação ao gládio:

A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. Não quero dizer que a lei se apague ou que as instituições de justiça tendam a desaparecer; mas que a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são sobretudo reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida (FOUCAULT, 1989, p. 134).

A instituição do normal e da produção de uma vida que se coloque nesse paradigma, em suas consequências biopolíticas e de colonialidade, conforme pontua Foucault, não implica em menos violência; ele afirma, com efeito, que a governabilidade biopolítica é marcada pelo crescimento do número de mortes e de violência. Essa aporia, a de um poder que se ocupa da vida e que provoca morte incessantemente, é a tensão dos termos biopolítica e tanatopolítica (FOUCAULT, 1999) e, para entendê-la, é preciso reforçar qual vida é tomada como questão na biopolítica.

Para isso, além da afirmação de que a vida se tornou objeto de luta política (FOUCAULT, 1989, p. 135), a **vida nua** que Giorgio Agamben (2002) discute no primeiro volume e *Homo Sacer* se faz necessária. Retomo, pois, suas colocações.

O italiano parte de uma divisão grega da vida, as categorias de *bíos* e de *zoé*. Elas delimitavam uma vida qualificada e uma marcada apenas pela existência, a vida nua, a partir de uma qualificação, que é a participação e acesso ao público, ao político:

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se e dois termos, semântica e morfológicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: *zoé*, que exprimia o simples fato de viver

¹⁸ No primeiro capítulo de *Vigiar e Punir*, o episódio do suplício de Damians, marcado pela ostentação do castigo e, menos de meio século depois, a crítica desse modelo de punição em prol de um encarceramento que educasse os corpos por uma rotina rígida de trabalho marca a ruptura dos dois modelos ainda que, nesse momento, Foucault esteja tratando de modelos disciplinares em espaços fechados, em se tratando da biopolítica, as técnicas disciplinares serão mais difusas, não se restringirão às instituições.

comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e *bíos*, que indicava a forma ou a maneira de viver própria e um indivíduo ou de um grupo. [...] Não que o mundo clássico não tivesse familiaridade com a ideia de que a vida natural, a simples *zoé* como tal, pudesse ser em si um bem. [...] é, porém, excluída, no mundo clássico, da *pólis* propriamente dita e resta firmemente confinada, como vida reprodutiva, ao âmbito o *oikos* (AGAMBEN, 2002, p. 9-10).

Retoma, ainda, uma figura antiga, emblemática tanto em seu tempo porque constituía uma exceção jurídica quanto nas discussões de teóricos estruturalistas porque haveria uma ambiguidade constitutiva a envolvendo, o *homo sacer* (AGAMBEN, 2002, p. 79-119).

Essa figura oferecia um desafio às leis da antiguidade, ocupando um lugar jurídico de exceção. Elidindo aqui a longa apresentação de Agamben, é possível definir como *sacer* alguém que, tendo uma certa conduta de transgressão, não podia ser julgado conforme o direito dos homens, não sendo isso, entretanto, algo “positivo”, porque o status não passava a ser sagrado; há, portanto, uma topologia de dupla exceção: nem a lei dos homens, nem a lei dos deuses (que era, afinal, aquela à qual todos os homens estariam ordinariamente submetidos).

Há, ainda, um paradoxo em questão: excluído do aparato jurídico, a inscrição enquanto *sacer* é prevista nesse aparato. Há, portanto, uma exclusão via inclusão¹⁹. Simetricamente oposto, o soberano também seria uma figura que, prevista na lei, coloca-se fora dela caso necessário, podendo instaurar, caso se faça necessário, a exceção.

Apresentadas essas figuras, o desafio a que se propõe Agamben é o de pensar como, nas nossas sociedades, elas podem funcionar. Esse esforço de analogia e de deslocamento se deve à sua perspectiva de que as divisões entre *bíos* e *zoé* grega podem ser pensadas a partir de alguns deslocamentos e tanto soberania quanto *sacri* compõem um funcionamento específico de nosso tempo, que é um estado de exceção generalizado: o paradigma do campo. Procurarei pontuar cada uma dessas afirmações.

De início, no volume em questão, Agamben (2002, p. 12) afirma que a modernidade tem como marca, na instituição do paradigma biopolítico, “[...] o ingresso da *zoé* na esfera a *pólis*, a politização da vida enquanto tal”²⁰. Essa “biotização da *zoé*”, o deslocamento da vida

¹⁹ Essas colocações tomam como questão o bando e as figuras – o *homo sacer* e o soberano – que se situam à margem dele, cada um à sua maneira.

²⁰ Entretanto, esse movimento implica também na desqualificação da *bíos* enquanto vida qualificada, porque a biopolítica compõe uma forma de governo em que o campo se institui como modelo: os direitos estão, o tempo todo, passíveis de serem suspensos.

nua do campo do *oikos* e sua assunção como preocupação do Estado, paradoxalmente, reduz todas as vidas à vida nua, porque é sua existência que é gerida pelos Estados. Essa é, portanto, a forma como a vida aparece no paradigma biopolítico. Mas, mais do que “fruto” desse paradigma, a vida nua se constitui como tal na tensão da biopolítica com a tanatopolítica:

No mesmo passo em que se afirma a biopolítica, assiste-se, de fato, a um deslocamento e a um progressivo alargamento, para além dos limites do estado de exceção, da decisão sobre a via nua na qual consistia a soberania. Se, em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se decisão sobre a morte, e a biopolítica pode deste modo converter-se em tanatopolítica, tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas zonas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, o sacerdote (AGAMBEN, 2002, p. 128).

Há, portanto, alguns deslocamentos ao que apresentei na seção anterior: a soberania é tomada não como o poder de tirar a vida, mas como o poder de instaurar a exceção, de suspender o direito. Esse deslocamento implica que a biopolítica não seja o declínio da soberania, mas sua difusão: os saberes sobre a vida que lhe impõem um status de vida nua não se concentram mais na figura do rei, mas na do especialista.

Embora a vida como tomada na biopolítica seja nua, não necessariamente será sacra. figura do *homo sacer*, por sua vez, vai compor uma figura no limite da sociedade cuja vida perde o valor jurídico:

Por um lado, os Estados-nação operam um maciço reinvestimento da via natural, discriminando em seu interior uma vida por assim dizer autêntica e uma vida nua privada de todo valor político (o racismo e a eugénica nazista são compreensíveis somente se restituídos a este contexto) [...] Mais interessante, na nossa perspectiva, é o fato de que à soberania do homem vivente sobre a sua via corresponda imediatamente a fixação de um limiar além do qual a via cessa de ter valor jurídico e pode, portanto, ser morta sem que se cometa homicídio. [...] É como se toda valorização e toda politização da vida (como está implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, e é então somente “vida sacra” e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus “homens sacros” (AGAMBEN, 2002, p. 139-146)²¹.

²¹ O filósofo toma o refugiado como signo da soberania moderna porque este deflagra um processo dessa soberania: o refugiado escapa ao direito que ata quem vive ao Estado na qualidade de cidadão. Embora vivo, aquele longe de sua pátria não tem acesso a direitos, à cidadania, deflagrando uma crise na construção jurídica que ata a vida nua à política por meio do Estado. Essa crise da noção de cidadania é composta por dois movimentos de poder-saber historicamente marcados: primeiro, as declarações dos direitos que se centram nos direitos individuais a partir de discussões político-filosóficas sobre o que é ser filho de uma pátria. Tomar essas categorias como objeto de discussão institui, afinal, uma linha que separa os cidadãos dos que não o são. O outro elemento dessa crise, conforme Agamben, será a desnaturalização de pessoas nascidas em um país porque cometeram crimes contra a

O rearranjo das categorias *bíos*, *zoé* e *sacri* em nosso tempo, portanto, faz com que toda via seja tomada a partir de um aparato jurídico que a ordena e, no limite deste, a sacralidade impõe uma vida sem valor, matável.

Outro ponto discutido no primeiro volume de *Homo Sacer* é o campo como *nomos*, como modelo espaço-institucional de nosso tempo. O campo de concentração é tomado em seu caráter e exceção (e, aqui, Agamben faz referência a experiências “de campo” anteriores ao holocausto), como esse funcionamento, que suspende o direito individual, pode ser acionado para a defesa da segurança pública (do povo, do coletivo, do bando, do corpo-espécie). É, com efeito, no período do nazismo alemão que esse estado de sítio toma os contornos de regra; a partir disso é que Agamben (2002, p. 175-181, grifos meus) delinea o campo a partir de um funcionamento jurídico, institucional e espacial, cuja topologia desloca a proposição foucaultiana (FOUCAULT, 2008a) de que a cidade, em seu funcionamento panóptico, seria o *topos* biopolítico. O campo é colocado, pois, nos seguintes termos:

[...] o campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra. Nele, o estado de exceção, que era essencialmente uma **suspensão temporal** do ordenamento com base numa situação factícia de perigo, ora adquire uma **disposição espacial permanente** que, como tal, permanece, porém, estavelmente fora do ordenamento normal. [...] O nascimento do campo em nosso tempo surge então, nessa perspectiva, como um evento que **marca de modo decisivo o próprio espaço político da modernidade**. Ele se produz no ponto em que o sistema político do Estado-nação moderno, que se fundava sobre o nexo funcional entre uma determinada localização (o território) e um determinado ordenamento (o Estado), mediado por regras automáticas de inscrição da vida (o nascimento ou nação), entra em crise duradoura, e o Estado decide assumir diretamente entre as próprias funções os cuidados da vida biológica da nação.

Esse funcionamento marca a mobilidade da linha que separa as vidas nuas “legítimas” e as “destituídas de valor político” (AGAMBEN, 2002, p. 139): o que situa os corpos de um lado ou de outro dessa divisão é a “situação factícia de perigo” que, em nosso tempo, se faz uma estratégia constante.

pátria. Esses processos marcam a mobilidade da linha que separa *bíos* e *zoé* na contemporaneidade nas categorias político e humanitário, que se evidencia também quando as periferias do mundo são tomadas apenas em sua dimensão de vida nua.

Entretanto, a sacralidade de certas vidas é marcada historicamente. Como coloca Foucault (2008b), a formação de uma razão de Estado liberal, que “cria” a Europa como espaço de competição toma, também o restante do mundo como mercado ser conquistado e essa relação, colonial e depois de colonialidade organiza hierarquicamente os corpos. Hoje, e como desdobramento dessa forma de tomar a vida e da geopolítica moderna, os migrantes e as populações carentes de ex-colônias (FASSIN, 2012; CANDIOTTO, 2019) são as personagens *sacri* a partir das quais o poder biopolítico pode ser tematizado. Nas próximas páginas, apresentarei brevemente o paradigma humanitário que propõe Fassin, tomando-o como uma estratégia contemporânea, de caráter moral, do biopoder. Para os objetivos desta pesquisa, de todo modo, trata-se de pensar o lugar do humanitarismo das políticas para as mulheres da ONU, que aqui investigo, como espaço de produção de diferença e exceção: a algumas mulheres, o direito, a voz e a gestão de si mesmas; a outras, os regimes humanitários que colocam em xeque a própria condição humana dessas vidas, das quais é preciso se apartar.

Depois, assumindo que a exceção, cuja epítome é o campo, é “um exercício de soberania sem soberano”, recorrerei ao que propõem Hardt e Negri na virada do século XX-XXI sobre o Império. Por essas vias, meu objetivo é o de apresentar a ferramentas a partir das quais a HeforShe pode ser lida na contemporaneidade.

3.3 PARADIGMA HUMANITÁRIO

As colocações do antropólogo Didier Fassin centram-se em como se dá a cisão entre as vidas mais ou menos qualificadas em nosso tempo, fazendo-o a partir principalmente da institucionalidade: sob que justificativa são feitas e que efeitos geram políticas públicas de acolhimento aos refugiados, a ação de organizações humanitárias mundo afora etc.

No artigo *Compaixão e Repressão: A Economia Moral das Políticas de Imigração na França*, Fassin (2014) foca nas políticas públicas para refugiados na França nas últimas décadas. Afirma que, historicamente, quando o pedido por asilo político, que garante o acesso pleno a direitos na França, foi amplamente requerido, diversas políticas foram articuladas de forma a deslegitimar esses requerentes, vindos em sua maioria de países pobres e ex-colônias, relegando-lhes a insegurança jurídica de refugiados. Esse quadro vai ao encontro do status do imigrante em Agamben (2002), que representa justamente esse sujeito sacrificável de nosso tempo porque não é contemplado pelo eixo nascimento-Estado, que enuncia que todo aquele que nasce em determinado território é dotado de direitos nesse mesmo território.

O que Fassin vai destacar é que, nesse ínterim em que a condição de *bíos* (em princípio garantido pela Declaração de Genebra) é negada a determinadas populações, essas vidas são tomadas a partir de sua condição de *zoé*. Isso pois os refugiados têm mais chances de serem acolhidos quando têm doenças graves; sua entrada na França é justificada, então, por razões humanitárias. Há, pois, uma potencialização do saber médico enquanto legitimador de uma vida e uma economia moral da piedade; os refugiados, portanto, e sendo, como destaquei, das periferias do mundo, ficam no entrelugar entre *zoé* e *sacri*, sua condição de *bíos* é, via de regra, negada. Esse funcionamento comporia, segundo o antropólogo, a biopolítica do nosso tempo em termos de políticas públicas. Em *Humanitarian Reason, a moral history of the present* nomeará esse funcionamento contemporâneo, o dos governos que desenvolvem políticas/práticas calcadas nessa economia dos corpos, de governos humanitários:

I will therefore use the expression “humanitarian government” to designate the deployment of moral sentiments in contemporary politics. “Government” here should be understood in a broad sense, as the set of procedures established and actions conducted in order to manage, regulate, and support the existence of human beings: government includes but exceeds the intervention of the state, local administrations, international bodies, and political institutions more generally. Similarly, “humanitarian” should be taken in an extended meaning, as connoting both dimensions encompassed by the concept of humanity: on the one hand the generality of human beings who share a similar condition (mankind), and on the other an affective movement drawing humans toward their fellows (humaneness). (FASSIN, 2012, p. 1-2).

É, com efeito, nesse volume de 2012 que o antropólogo aprofunda a noção de razão humanitária; afirma que a retórica do sofrimento como mote para ação ou intervenção institucional vem se difundindo:

Humanitarian government derives from this premise: **it is a politics of life and a politics of suffering**. The two are not exactly aligned with one another. This book commences with the latter, as it is displayed in the listening centers, and closes with the former, as it plays out in zones of conflict. In fact, the whole volume is organized around this duality, which is also a complementarity. Equivalence of lives, equivalence of suffering: clearly this is the central issue in France’s humanitarian justification for granting residence to immigrants suffering from serious illness, in the humanitarian exception declared in Venezuela wherein the poor and the wealthy were presumed equal in the face of natural disaster, in humanitarian psychiatry during the Second Intifada with the attempt to place the victims on both sides on the same level, and in the humanitarian organizations’ decision to stay in Iraq, exposing their members to the bombing just as the inhabitants of Baghdad were exposed (FASSIN, 2012, p. 248).

Cabe que eu destaque este texto, porque, nele, o autor afirma que esse caráter humanitário diz respeito tanto às linhas que separam *bíos* e *zoé* no interior dos territórios europeus quanto nas relações centro-margem do mundo, justificando as intervenções humanitárias. Como procurarei defender em algumas páginas, entendo que o esforço da HeforShe por implementar a igualdade de gênero como global coloca-se também nesses âmbitos: um biopoder que gere as vidas dentro dos territórios e procura expandir infinitamente esse funcionamento. Fassin (2012), com efeito, situa a emergência dessas relações contemporâneas, justificadas discursivamente pela igualdade que a humanidade nos confere, na modernidade. Portanto, o humanitário se apresenta como um elemento da biopolítica:

Historically, but also genealogically, humanitarian reason thus defined is embedded in a Western sociodicy. Historically because its key episodes— from the abolitionist movement in Britain two centuries ago to the U.S. interventionism of the past two decades, from the founding of the RedCross to the birth of Médecins Sans Frontières— belong to the history of Europe and North America. And genealogically because the ethos from which it proceeds has its source in the Christian world— in terms of both the sacralization of life and the valorization of suffering— although, of course, there are other traditions of compassion and charity, from Islam to Confucianism to Buddhism. The two dimensions, historical and genealogical, are clearly conjoined in contemporary humanitarian expansionism. We need to grasp the anthropological implications of this expansionism (FASSIN, 2012, p. 248).

O paradigma humanitário que propõe Fassin, nascendo do mesmo cadinho que a biopolítica como proposta por Foucault, trata-se, no entanto, de um elemento moral com implicações biopolíticas, como o autor faz questão de destacar. O humanitarismo pauta políticas públicas intra e interestatais, ações não governamentais, as relações interpessoais de grupos sociais diferentes etc. O autor resume-o da seguinte forma:

The central hypothesis that holds these various worlds together is that they are inscribed in the same humanitarian governing process, whether it deals with the poor and the undocumented in the North or Aids orphans and flood victims in the South, with comparable moral categorizations and judgments, analogous developments of moral communities and exclusions, and equivalent consequences in terms of negation of voices and histories. Examining these distant scenes through the same lens is indispensable to comprehending the larger issues at stake in our **moral economies** [...] In contemporary societies, where inequalities have reached an unprecedented level, humanitarianism elicits the fantasy of a global moral community that may still be viable and the expectation that solidarity may have redeeming powers. This secular imaginary of communion and redemption implies a sudden awareness of the fundamentally unequal human condition and an ethical necessity to not remain passive about it in the name of solidarity— however ephemeral this awareness is, and whatever limited impact this necessity has. (FASSIN, 2012, p. xi-xii).

Essa economia moral, com efeito, funciona relacionando afetos e valores e inscreve-se em uma aporia: a compaixão, que, diferentemente da caridade, exige identificação, reconhecimento, associa-se a uma relação desigual da precariedade do outro, coloca alguns em posição de ajudar outros. Isso, na esteira de tradições judaico-cristãs, da noção de “homem” do iluminismo/humanismo e do apelo à solidariedade global que, afirma Fassin, se fortalece nas últimas décadas.

Apesar de o antropólogo, como já destaquei, deixar claro que não reduz a economia moral humanitária a um aspecto da biopolítica nem os considera sinônimos, o forte imbricamento entre uma moralidade que traça linhas entre vidas precárias e não precárias e políticas contemporâneas que se propõem a salvar vidas precárias é uma chave de leitura importante para pensar a criação de moldura para sociedades liberais.

E, assim como a biopolítica é inseparável da tanatopolítica, o humanitarismo, tendo a identificação, a humanização e o laço entre pessoas via sofrimento do outro como tema, produz também seu reverso:

A remarkable paradox deserves our attention here. On the one hand, moral sentiments are focused mainly on the poorest, most unfortunate, most vulnerable individuals: the politics of compassion is a politics of inequality. On the other hand, the condition of possibility of moral sentiments is generally the recognition of others as fellows: the politics of compassion is a politics of solidarity. This tension between inequality and solidarity, between a relation of domination and a relation of assistance, is constitutive of all humanitarian government. (FASSIN, 2012, p. 3)

Tentando amarrar os tópicos desenvolvidos neste capítulo até agora, cabe dizer que (i) nosso tempo é marcado por um modelo de poder biopolítico, no qual a gestão da vida está em questão; embora a razão de Estado liberal seja fulcral nesse funcionamento, os elementos que compõe a biopolítica são, por excelência heterogêneos e difusos; (ii) a gestão dos corpos se dá de forma que implica em sua hierarquização, relegando grupos e territórios à condição de *sacri*, de matáveis impunemente e outras a serem tomados apenas enquanto vida nua; essa delimitação é, afinal, um exercício difuso de soberania; (iii) uma das tecnologias desse funcionamento é moral (FASSIN, 2012, 2014); é paradoxalmente via identificação que a razão humanitária contemporânea justifica a discursivização de populações em conflito ou fragilizadas e políticas de intervenção que se inscrevem na tensão biopolítica-tanatopolítica. Cabe, a partir desse

desenho, que eu pense o papel das organizações governamentais e não governamentais no exercício dessa soberania difusa, topologia do HeforShe.

3.4 DO IMPÉRIO E DAS ESTRUTURAS NÃO ESTATAIS

Diante das transformações da biopolítica neoliberal, o livro *Império*, de Hardt e Negri (2001), na virada do milênio, aborda os contornos globais da biopolítica no começo do século XXI. O volume acabou se tornando paradigmático ao propor um deslocamento na dinâmica de poder contemporânea: de um imperialismo, um poder institucionalizado e centralizado nos polos econômicos/ideológicos dos EUA na segunda metade do século XX, teríamos hoje um poder difuso; teríamos ido do imperialismo ao império²². Os autores centram essa transformação na segunda metade do século XX e afirmam que, a partir de três processos, a descolonização, a descentralização da produção e a difusão de um regime disciplinar, o mercado global tenha se rearranjado (HARDT; NEGRI, 2001, p. 266). Esse rearranjo diz respeito, nos autores, à difusão de governos disciplinares em que a produção assume mais e mais a centralidade e planifica as relações em todo o globo. Uma disciplinariedade que, então, não estará presente só nas fábricas, mas em toda forma de produção de trabalho, que incluirá, por exemplo, a informatização da produção e das relações; trata-se do trabalho imaterial, central na contemporaneidade.

Tomando como ponto de partida essa forma de *globalização*, propõem que, do imperialismo, uma estrutura moderna, tome-se Império como conceito de análise geopolítica:

[...] É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram num arco-íris imperial-global. [...] A construção dos caminhos e limites desses novos fluxos globais tem sido acompanhada por uma transformação dos próprios processos produtivos dominantes, com o resultado de que o papel da mão-de-obra industrial foi restringido, e em seu lugar ganhou prioridade a mão-de-obra comunicativa, cooperativa e cordial. Na pós-modernização da economia global, a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro. (HARDT; NEGRI, 2001, p. 13)

²² Faço essa retomada a título de apresentação, ciente de que essa leitura da dinâmica de poder se afasta da que assumi neste trabalho. Faço uso dos autores porque, justamente, eles propõem que a contemporaneidade é marcada pelo poder microfísico e, nessa direção, ajudam a compreender a complexa dinâmica do que é institucional e do que não é em seus efeitos de linguagem, de organização social, de produção de sujeitos.

Os autores sistematizam, então, esses aspectos da definição, aqui importantes de serem ratificados porque, ainda que por vieses diferentes, serão retomados mais à frente por outros autores: o Império apresenta **ausência de fronteiras territoriais**. Há um rompimento também das **barreiras temporais**, isso porque discursiviza-se como o regime justo, natural: “[...] do ponto de vista do império, é assim que as coisas serão hoje e sempre – e assim sempre deveria ter sido” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 14); é pois, um regime autorreferente; por fim, o Império “[...] administra e cria o mundo que habita [...] [constitui-se uma] forma paradigmática de biopoder.” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 15).

Para Hardt e Negri (2001), em linhas amplas, as estratégias para funcionar com esse caráter totalizante são o **direito**, com instrumentos legais de coerção, e **técnicas específicas de produção de normas**. Essas duas dimensões, atreladas, vão construir o *direito de intervenção*, a noção de *guerra justa*, na qual as “intervenções”, a produção de guerras ancora-se. Aqui, dois pequenos elementos situacionais são necessários: no prólogo do volume, é dito que o livro foi escrito entreguerras, e que a leitura deve considerar essas marcas; com efeito, os capítulos que tratam de intervenção o fazem tendo como foco as que envolvem forças policiais e os elementos que costumam anteceder-las, embasá-las. Não é, necessariamente, o caso de empreendimentos como os atinentes a este trabalho²³, entretanto, entendo que as considerações sobre como o elemento da moralidade opera como tática discursiva a serviço da biopolítica são úteis para pensar a HeforShe.

O **direito de intervenção** que constitui as relações intra e interestatais de nosso tempo precisaria, para constituir-se, e aí, a linguagem oferece-se como campo e ação:

Um lugar onde deveríamos localizar a produção biopolítica de **ordem é nos nexos imateriais da produção da linguagem, da comunicação e do simbólico que são desenvolvidos pelas indústrias de comunicação**. O desenvolvimento de redes que se comunicam tem uma relação orgânica com a emergência da nova ordem mundial – é, em outras palavras, efeito e causa, produto e produtor. A comunicação não apenas

²³ Ainda que o homo e feminacionalismo se apresentem, sim, como elementos táticos produtivos e polivalentes, muitas vezes no âmbito da dominação belicosa: no discurso de “construção de cidadania LGBT”, dinâmicas de desigualdade podem ser reforçadas (IRINEU, 2014); em disputas político-institucionais, a vinculação de identidades e sexualidades plurais é intencionalmente vinculada a pautas conservadoras (LGBTs..., 2017); em regiões em que há Estados Nacionais em expansão territorial, no Oriente Médio, a postura oficial *gayfriendly* como legitimação de Israel como espaço de liberdades individuais (EL..., 2017).

expressa, mas também organiza o movimento de globalização. Organiza o movimento multiplicando e estruturando interconexões por intermédio das redes. Expressa o movimento e controla o sentido de direção do imaginário que percorre essas conexões comunicativas; em outras palavras, o imaginário é guiado e canalizado dentro da máquina de comunicação. O que as teorias de poder da modernidade foram forçadas a considerar transcendente, quer dizer, exterior às relações produtivas e sociais, é aqui formado no interior imanente às relações produtivas e sociais. A mediação é absorvida dentro da máquina produtiva. A síntese política de espaço social é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as indústrias de comunicação assumiram posição tão central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. O poder, enquanto produz, organiza, enquanto organiza, fala e expressa como autoridade. **A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as** (HARDT; NEGRI, 2001, p. 51-52, grifos meus).²⁴

O caráter dessa difusão é, com efeito, **moral** e se dá, na relação com o outro, por uma lógica cristã de privação-pecado, em que primeiro esse outro é identificado pela falta de bem e depois como pecador; assim, a guerra justa aparece.

Ainda que marquem o caráter difuso do poder contemporâneo, Hardt e Negri tentam assinalar uma hierarquia do poder institucional, traçando o desenho de uma pirâmide que seria composta por Estados-nação, transnacionais e ONGs. Não assumo nem a hierarquia nem o modelo de poder dos autores, estritamente vinculado às instituições e a tecnologias disciplinares de coerção/regulação. Entretanto cabe que retome o papel das instituições para além do Estado conforme tematizadas no *Império*, isso por seu papel na geopolítica atual e na articulação de elementos heterogêneos de que até então tratei.

A terceira e mais ampla camada da pirâmide, finalmente, consiste em grupos que representam interesses populares no arranjo global de poder. [...] **que forças e processos transformam a multidão num Povo que possa, então, ser representado na constituição global?** Em muitos casos, os Estados-nação são apresentados nesse papel, especialmente o coletivo de Estados subordinados ou menores. Dentro da Assembleia Geral da ONU, por exemplo, coleções de Estados-nação subordinados, numericamente majoritários mas minoritários em termos de poder, funcionam como coação ou legitimação, pelo menos simbólicas, das grandes potências. **Nesse sentido, concebe-se que o mundo inteiro é representado na Assembleia Geral da ONU e em outros foros globais.** [...] também nessa terceira camada da pirâmide, o Povo global é representado mais clara e diretamente não por organismos governamentais, mas por uma variedade de organizações que são pelo menos relativamente independentes dos Estados-nação e do capital. [...] Nessa nova forma global podemos reconhecer ainda instâncias dos componentes tradicionais da sociedade civil, como a **mídia e as instituições religiosas** [...] As forças mais novas e talvez mais importantes da sociedade civil global chamam-se **organizações não governamentais (ONGs)** [...] Para nossa argumentação, e no contexto do Império, estamos mais interessados num subconjunto de ONGs que se esforçam para representar os últimos entre nós, aqueles

²⁴ Como o livro data de 2001, a dinâmica das enunciações, sua produção privilegiada em agências de comunicação “clássicas”, as de jornais impressos e redes televisivas, precisa ser revisitada, o que procurarei fazer ao explorar o regime de visibilidade de HeforShe no último capítulo.

que não podem representar a si próprios. Essas ONGs, às vezes caracterizadas genericamente como organizações humanitárias, estão de fato entre as mais fortes e eminentes na ordem global contemporânea (HARDT; NEGRI, p. 332-334, grifos meus).

Os autores desenham, portanto, uma dinâmica global em que a população é objetivada, é tomada não só pelos Estados-nação e suas políticas públicas, mas por instituições heterogêneas como a mídia, a igreja, e ONGs de modo geral. A relação de instituições com as multidões se daria, então, por um esforço de representação. Assumo que a ONU, em seu caráter autorreferente de organização supranacional, pode ser pensada no íterim dessa heterogeneidade. O que importa destacar é o deslocamento o olhar: para pensar o biopoder, não só as políticas estatais em seu esforço competitivo estão em questão, mas essas outras agências também se ocupam a vida nua e de sua gestão; é, afinal um conjunto descontínuo e heterogêneo, mas imerso, como destacam os autores, em um mercado mundial voltado para a produção e para a planificação das relações.

3.5 A IGUALDADE DE GÊNERO NA ONU E NA HEFORSHE

Resta, para este capítulo, que eu parta das considerações a que me filiei para traçar regularidades nos documentos da ONU que embasam a HeforShe e nos da campanha. Meu argumento visa a justificar por que entendo que a igualdade e gênero é uma questão biopolítica nesse corpus e a descrever como a vida nua compõe um elemento a ser gerido, organizado.

Tomo o seguinte trecho da *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável* como emblemático:

Los **17 Objetivos de Desarrollo Sostenible** y las 169 metas que anunciamos hoy demuestran la magnitud de esta ambiciosa nueva Agenda universal. Con ellos se pretende retomar los Objetivos de Desarrollo del Milenio y conseguir lo que estos no lograron. También se pretende hacer realidad los derechos humanos de todas las personas y **alcanzar la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de todas las mujeres y niñas. Los Objetivos y las metas son de carácter integrado e indivisible y conjugan las tres dimensiones del desarrollo sostenible: económica, social y ambiental.** Los Objetivos y las metas estimularán durante los próximos 15 años la acción en las siguientes esferas de importancia crítica para **la humanidad y el planeta.**

Las personas: estamos decididos a poner fin a la pobreza y el hambre en todas sus formas y dimensiones, **y a velar por que todos los seres humanos puedan realizar su potencial con dignidad e igualdad y en un medio ambiente saludable.**

El planeta: estamos decididos a proteger el planeta contra la degradación, incluso mediante el consumo y la producción sostenibles, la gestión sostenible de sus recursos naturales y medidas urgentes para hacer frente al cambio climático, de manera que pueda satisfacer las necesidades de las generaciones presentes y futuras.

La prosperidad: **estamos decididos a velar por que todos los seres humanos puedan disfrutar de una vida próspera y plena, y por que el progreso económico, social y tecnológico se produzca en armonía con la naturaleza.**

La paz: estamos decididos a propiciar sociedades pacíficas, justas e inclusivas que estén libres del temor y la violencia. **No puede haber desarrollo sostenible sin paz, ni paz sin desarrollo sostenible.**

Las alianzas: estamos decididos a movilizar los medios necesarios para implementar esta Agenda mediante una Alianza Mundial para el Desarrollo Sostenible revitalizada, **que se base en un espíritu de mayor solidaridad mundial y se centre particularmente en las necesidades de los más pobres y vulnerables, con la colaboración de todos los países, todas las partes interesadas y todas las personas.**

Los vínculos entre los Objetivos de Desarrollo Sostenible y su carácter integrado son de crucial importancia para cumplir el propósito de la nueva Agenda. Si conseguimos lo que ambicionamos en todos y cada uno de los aspectos de la Agenda, mejorarán notablemente las condiciones de vida de todas las personas y nuestro mundo se transformará en un lugar mejor (ONU, 2015, p. 2).

A análise dos documentos oficiais (APÊNDICE A), a exemplo do trecho que destaquei, permite afirmar que a igualdade de gênero, na ONU, se institui como (i) um domínio de saber-poder que se legitima por planos de ação, agendas, produção de estatísticas, de resultado etc.; (ii) uma ferramenta e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. Essa relação representa uma preocupação com a instauração de moldura, ou seja, a instituição de um mercado que se inclua no ciclo de produção e consumo proposto; (iii) um mecanismo de regulação dos corpos que se preocupa em potencializá-los com vistas em sua produtividade (iv) uma relação entre grupos que têm mais e outros que têm menos mediada pelo elemento moral da solidariedade.

Esse domínio, com tais preocupações e parâmetros de regulação, faz emergir a vida nua (AGAMBEN, 2002) como uma questão de gestão; como procurarei desenvolver nas próximas páginas, a preocupação com *a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher* constitui uma tática biopolítica.

3.5.1 Foco no planejamento e resultado

Reiteradamente, os documentos oficiais da ONU fazem referência à importância de gerar dados, planos de ação e resultados quantitativos pós-intervenção; esses números são postos como condição que justifica os esforços em prol do desenvolvimento sustentável (ONU, 2012b, p. 6) e do alcance dos objetivos propostos. O esforço por instituir igualdade de gênero inclui utilizá-la como critério; assim, codifica-se a realidade e institui-se um domínio de ação.

Na *Vontade de saber*, Foucault (1988) afirma que a extensa codificação dos prazeres perversos fez emergir as figuras do sodomita, da histérica, da criança que se masturba e o casal malthusiano. Foi a criação desses domínios que permitiu seu controle via vigilância e medicalização. Segundo outras urgências históricas – mas marcado por relações de retomada, repetição e disjunção –, o discurso de igualdade de gênero como parâmetro estratégico se faz presente, conforme enuncia o documento que implementa a perspectiva de gênero em todas as políticas da ONU:

Reafirmando además el compromiso contraído en la Cumbre Mundial 2005 de promover activamente la incorporación de la perspectiva de género en la elaboración, la aplicación, la vigilancia y la evaluación de las políticas y los programas en todas las esferas políticas, económicas y sociales, así como de fortalecer la capacidad del sistema de las Naciones Unidas en el ámbito del género,

Reafirmando que la incorporación de la perspectiva de género es una estrategia aceptada mundialmente para promover la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer y constituye una estrategia fundamental para la aplicación plena, efectiva y acelerada de la Declaración y Plataforma de Acción de Beijing5 y los documentos finales del vigésimo tercer período extraordinario de sesiones de la Asamblea General,

Recordando la sección de la resolución 64/289 de la Asamblea General, de 2 de julio de 2010, titulada “Fortalecimiento de los arreglos institucionales destinados a apoyar la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer” (ONU, 2012a, p. 1-2)

Difundir uso do parâmetro igualdade de gênero como uma forma de incidir sobre a organização social institui-se como uma relação de saber-poder na qual a ONU, afinal, figura como privilegiada. No *Plano Estratégico da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres 2014-2017*, a partir do qual emerge a HeforShe, o foco na eficácia operacional embasa/justifica as ações da ONU Mulheres e deve incidir diretamente no tecido social:

El marco integrado de resultados de ONU-Mujeres (puede consultarse en www.unwomen.org/en/executive-board/documents/second-regular-session-2013#spannexes) incorpora los resultados del desarrollo y de la eficacia y eficiencia operacional, de conformidad con el presupuesto integrado, que se resume en el anexo I. **Los recursos se vincularán con los resultados a nivel de efectos.**

La rendición de cuentas por la contribución a los efectos y resultados de este plan se comparte entre los asociados para el desarrollo pertinentes con arreglo a los principios de la **gestión basada en los resultados**. ONU-Mujeres será responsable de: **a) lograr los productos del desarrollo del marco de resultados; b) alcanzar todos los resultados de la eficacia y eficiencia operacional; c) custodiar los recursos que se le han encomendado; y d) supervisar y presentar informes y evaluaciones sobre los logros y desafíos.** [...]

Los resultados del desarrollo incluyen los efectos, resultados y productos que ONU-Mujeres apoyará y que reflejan su mandato universal, la diversidad de contextos nacionales diferentes y de las demandas de los Estados Miembros, así como la consiguiente diversidad de enfoques en apoyo de los resultados. **Los seis efectos del plan estratégico son las principales esferas a las que ONUMujeres hará una contribución concreta para los resultados del desarrollo y en los que a lo largo del tiempo ONU-Mujeres ha demostrado tener una ventaja comparativa.** Están relacionados entre sí y son interdependientes, y los resultados obtenidos en una esfera son indispensables para obtener resultados en otras.

Efecto 1: Las mujeres dirigen la adopción de decisiones en todos los niveles y participan en ella [...]

Efecto 2: Las mujeres, especialmente las más pobres y más excluidas, se ven económicamente empoderadas por el desarrollo y se benefician de este [...]

Efecto 3: Las mujeres y las niñas viven una vida libre de violencia [...]

Efecto 4: La paz y la seguridad, así como la acción humanitaria, se basan en el liderazgo y la participación de las mujeres [...]

Efecto 5: La gobernanza y la planificación nacionales reflejan plenamente la rendición de cuentas respecto de los compromisos y prioridades de igualdad entre los géneros [...]

Efecto 6: Existe un conjunto amplio y dinámico de normas, políticas y parámetros mundiales sobre la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer, que responde a las cuestiones, los desafíos y las oportunidades nuevos e incipientes y se aplica por conducto de medidas adoptadas por los gobiernos y otros interesados en todos los niveles [...] (ONU, 2013a, p. 12-23)

Além da indissociabilidade dos objetivos de igualdade de gênero e de desenvolvimento sustentável, que comentarei a seguir, os efeitos propostos pelo Plano entrelaçam saber-poder ao relacionar dados, resultados e políticas públicas, marcando o caráter regulatório e de instituição de domínio que os dados ocupam nos documentos normativos. Na HeforShe, os dados sobre desigualdade de gênero justificam, mais do que “alguma intervenção”, a intervenção nos moldes propostos pela campanha: a partir dos números apresentados, os documentos afirmam que é necessário que os homens se envolvam na questão da igualdade de gênero, muito embora os dados não tragam nenhuma referência a isso:

DADOS SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO:

Em todo o mundo, quase 1/3 de todas as mulheres que já sofreram algum tipo de violência por parceiro íntimo.

Mulheres e meninas representam 3/4 das vítimas de tráfico.

Globalmente, mulheres e meninas continuam a não ter acesso a serviços básicos de saúde e informações fundamentais. Em países de baixa e média renda, complicações decorrentes da gravidez e do parto são a principal causa de morte entre meninas com idades entre 15 e 19 anos.

Mulheres e meninas representam 2/3 da população analfabeta do mundo. Embora atualmente mais meninas frequentem a escola primária do que nunca, ainda há diferenças significativas entre a participação de meninas e meninos na educação em muitas regiões.

Globalmente, as mulheres dedicam 1 a 3 horas por dia a mais de trabalho doméstico do que os homens e dedicam 2 a 10 vezes a quantidade de tempo do dia cuidando da família em comparação com os homens, incluindo os cuidados com crianças, pessoas idosas e doentes.

Em média, as mulheres empregadas ganham 10 a 30% a menos do que os homens para desempenhar as mesmas tarefas.

Em todo o mundo, as mulheres têm menor probabilidade de ocupar cargos de liderança em empresas e negócios. Nos Estados Unidos, as mulheres representam apenas 4,6% dos 500 CEOs da Fortune e ocupam apenas 16,9% dos 500 lugares no conselho da Fortune.

As mulheres representam apenas 21,8% dos parlamentares nacionais em todo o mundo, apesar de não haver praticamente nenhuma restrição legal para que mulheres exerçam um cargo público

Como as Nações Unidas estão mudando dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para a Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015, há uma oportunidade sem precedentes para remodelar o diálogo sobre os direitos das mulheres e acelerar os progressos para alcançar a igualdade de gênero. Isto será conseguido através de uma reformulação da igualdade de gênero, fazendo que esta deixe de ser uma questão feminina para se tornar uma questão que exige a participação de homens e mulheres, beneficiando toda a sociedade - social, política e economicamente (HEFORSHE, [2014]l, p. 2).

Além desse movimento de legitimar a HeforShe enquanto iniciativa, as adesões feitas on-line são tomadas pela campanha como signo de mudança, de mobilização:

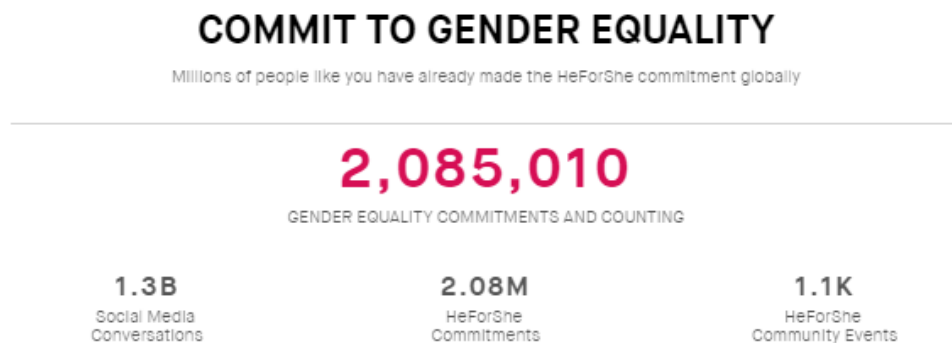


Figura 1: Adesão à HeforShe
Fonte: HEFORSHE, [2014]j

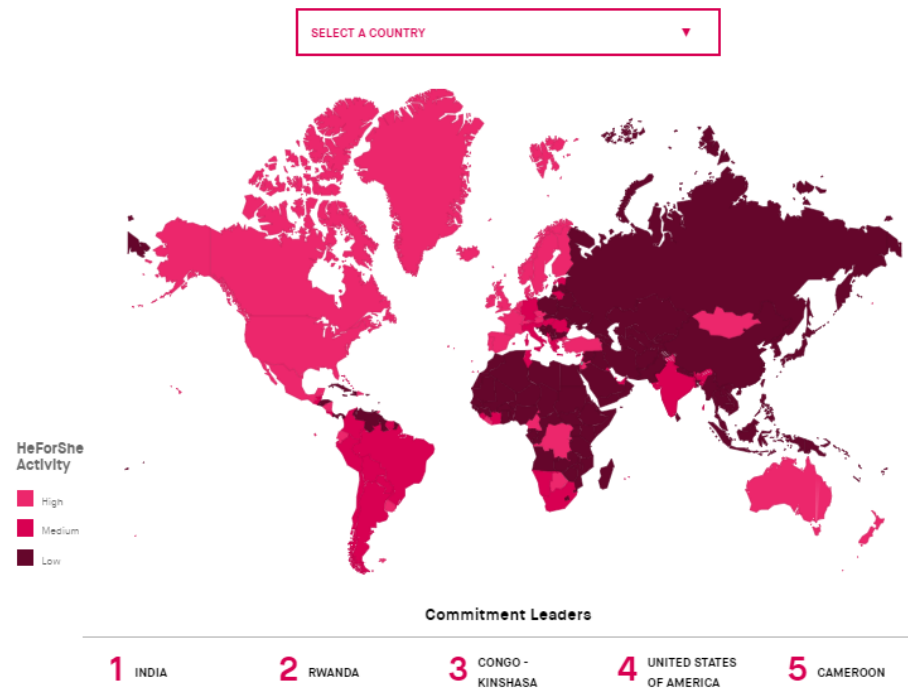


Figura 2: mapa georeferenciado de adesão
Fonte: HEFORSHE, [2014]

Note-se que, se os dados que justificam a campanha são de desigualdade, os que mensuram seus efeitos tratam da adesão, da mobilização que a campanha pôde provocar. Essa mudança de critérios para avaliar o mesmo parâmetro, igualdade de gênero, tem o efeito de legitimar a pauta, ou seja, de consolidar um domínio de saber como questão de preocupação pública e universal; assim, consolida-se a igualdade de gênero, sempre associada ao desenvolvimento sustentável, como uma pauta inquestionável e de preocupação pública.

Especificamente no que se refere ao mapa, além de submeter o mundo todo ao parâmetro da adesão, hierarquiza-o a partir dele: nessa forma de discursivização, quem não adere à preocupação com igualdade de gênero aparece em escuro, sob o signo do atraso e da injustiça social. Em um movimento contrário, regiões com alta adesão participam do “movimento global”: a um só tempo, acata-se a pauta e a moldura social que a HeforShe e a ONU propõem.

Sendo dados e resultados, na ONU e na HeforShe, método e objetivo que justifica a ação e planifica o mundo a partir dos mesmos parâmetros, é possível relacionar esse funcionamento às colocações de Hardt e Negri (2001). A partir deles, é possível afirmar que a planificação do mundo a partir de um critério universal, que afinal é uma construção de saber-poder, é uma forma de romper fronteiras e barreiras, instituindo o poder difuso que, conforme os autores, caracterizar nosso tempo.

Também a partir deles, e antes deles a partir de Foucault (2008a), o apelo da ONU a diferentes agentes, tais como empresas, universidades, governos e sociedade civil reforça o caráter heterogêneo das agências que compõem esse domínio; em todo caso, cabe destacar que é a população e sua organização que são tematizadas e alvo da regulação proposta sob o signo da igualdade de gênero. É sobre a vida das pessoas que se estabelece e incide o domínio e saber que os dados em questão legitimam.

3.5.2 A preocupação com a moldura

A análise dos documentos oficiais (APÊNDICE A) permite afirmar que a igualdade de gênero, na ONU, aparece como uma ferramenta e um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável.

A proposta de desenvolvimento sustentável, é, afinal, um movimento por um modo de vida, por uma organização social a ser difundida universalmente. Essa empreitada, conforme o trecho da citação, diz respeito aos eixos econômico, social e ambiental e pretende estabelecer igualdade para todas as pessoas, incluindo-as no progresso econômico, social e tecnológico que não prejudique ao meio ambiente. Esse funcionamento, afirma a entidade, é essencial à paz e, a partir da emblemática afirmação “[...] não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz nem paz sem desenvolvimento sustentável” (ONU, 2015, p. 2), pode-se entender que o modelo proposto é o único que serve ao bem do planeta e das pessoas.

Na resolução sobre desenvolvimento sustentável 66/288, de 2012, alguns trechos resumem bem essa relação:

Igualdad entre los géneros y empoderamiento de las mujeres.

Reafirmamos el papel fundamental de las mujeres y la necesidad de lograr su **participación y liderazgo plenos y en pie de igualdad en todos los ámbitos del desarrollo sostenible**, y decidimos acelerar el cumplimiento de nuestros respectivos compromisos en este sentido, que figuran en la Convención sobre la eliminación de todas las formas de discriminación contra la mujer, así como el Programa 21, la Declaración y la Plataforma de Acción de Beijing y la Declaración del Milenio.

Reconocemos que, a pesar de los avances logrados en materia de igualdad entre los géneros en algunos ámbitos, **el potencial de las mujeres para colaborar en el desarrollo sostenible, contribuir a este y beneficiarse de él como líderes, participantes y agentes de cambio no se ha hecho plenamente efectivo debido, entre otros motivos, a la persistencia de las desigualdades sociales, económicas y políticas**. Apoyamos que se asigne prioridad a las medidas para promover la igualdad

entre los géneros y el empoderamiento de las mujeres en todas las esferas de nuestras sociedades, incluida la eliminación de las barreras para su participación plena y en pie de igualdad en la adopción de decisiones y la gestión a todos los niveles, y ponemos de relieve el impacto de la fijación de objetivos concretos y la aplicación de medidas de carácter temporal, según proceda, para aumentar sustancialmente el número de mujeres en puestos de liderazgo, con el objetivo de lograr la paridad entre los géneros. **Resolvemos aprovechar el potencial de las mujeres como impulsoras del desarrollo sostenible por medios como la derogación de las leyes discriminatorias y la eliminación de las barreras formales, a fin de asegurar el acceso a la justicia y el apoyo jurídico en condiciones de igualdad, la reforma de las instituciones para garantizar la competencia y capacidad relativas a la incorporación de la perspectiva de género en la actividad general, y la formulación y adopción de enfoques innovadores y especiales para hacer frente a las prácticas no reguladas y dañinas que obstaculizan la igualdad entre los géneros.** En este sentido, nos comprometemos a crear un entorno propicio para mejorar la situación de las mujeres y las niñas en todas partes, especialmente en las zonas rurales y las comunidades locales, así como entre los pueblos indígenas y las minorías étnicas.

Nos comprometemos a promover activamente la recopilación, el análisis y el uso de indicadores que tengan en cuenta las cuestiones de género y datos desglosados por sexo en los marcos de políticas, diseño de programas y supervisión, de conformidad con las circunstancias y capacidad nacionales, a fin de cumplir la promesa de alcanzar el desarrollo sostenible para todos.

Estamos comprometidos con la igualdad de derechos y oportunidades de las mujeres en la adopción de decisiones políticas y económicas y la asignación de recursos, así como a eliminar los obstáculos que impiden a las mujeres participar plenamente en la economía. Resolvemos emprender reformas legislativas y administrativas que otorguen a la mujer iguales derechos que los hombres a los recursos económicos, incluidos los relativos al acceso a la propiedad y el control de la tierra y otros bienes, al crédito, a la herencia, a los recursos naturales y a la tecnología nueva apropiada.

Estamos comprometidos a promover la igualdad de acceso de las mujeres y las niñas a la educación, los servicios básicos, las oportunidades económicas y los servicios de salud, incluida la atención de la salud sexual y reproductiva de las mujeres, y a asegurar el acceso universal a métodos modernos, seguros, eficaces, asequibles y aceptables de planificación de la familia. En este sentido, reafirmamos nuestro compromiso de aplicar el Programa de Acción de la Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo y las medidas clave para seguir ejecutando ese Programa de Acción.

Reconocemos que la igualdad entre los géneros y la participación efectiva de las mujeres son importantes para la adopción de medidas eficaces en todos los aspectos del desarrollo sostenible. Apoyamos la labor del sistema de las Naciones Unidas, en particular la Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres (ONU-Mujeres), **en la promoción y el logro de la igualdad y el empoderamiento de las mujeres en todos los aspectos de la vida, incluso con respecto a los vínculos entre la igualdad de género y el empoderamiento de las mujeres y la promoción del desarrollo sostenible.**

Apoyamos la labor de ONU-Mujeres en la dirección, coordinación y promoción de la rendición de cuentas del sistema de las Naciones Unidas a este respecto (ONU, 2012b, p. 50-52, grifos meus).

A importância de inclusão equitativa das mulheres nas instâncias de planejamento e liderança é, pois, uma forma e utilizar a potência dessas agentes na difusão do desenvolvimento sustentável como forma de vida. É enunciado que, até então, mulheres compõem um grupo à margem; sua plena inclusão e o alcance da paridade representa, afinal, a difusão absoluta do modelo de vida proposto.

Na HeforShe, a ideia de que a igualdade de gênero interessa à implementação de um modelo de sociedade aparece no argumento de que os homens se beneficiam com essa situação, numa espécie de reformulação da ordem do *homo economicus* foucaultiano:

A campanha ElesPorElas (HeForShe) tem como objetivo fazer com que homens possam se identificar com as questões da igualdade de gênero, reconhecendo o papel fundamental que eles podem desempenhar para acabar com a desigualdade enfrentada por mulheres e meninas em todo o mundo, em suas próprias vidas e também em níveis mais estruturais em suas comunidades. Através de sensibilização, a campanha ElesPorElas desafia os homens a considerarem a igualdade de gênero como um direito humano e como **um imperativo econômico e social**, percebendo que se a igualdade de gênero for alcançada, poderá beneficiar tanto os homens como as mulheres (HEFORSHE, [2014]l, p. 5)

O apelo é o de que as atitudes individuais dos homens, portanto, garantem uma forma de capitalização das mulheres e, como consequência, a transformação social; garantiriam o desenvolvimento sustentável. Essa relação, a da igualdade de gênero com o desenvolvimento, é importante porque denota o papel que o critério igualdade de gênero tem na criação de moldura, isto é, na construção de uma sociedade regulada pelas trocas econômicas e por um desenvolvimento social baseado na produção e no consumo.

A partir da construção do nosso tempo como esse em que a governamentalidade configura uma preocupação para além do exercício da soberania e conservação do território, difundindo-se no cotidiano, em elementos heterogêneos de gestão, regulação e controle que servem à conservação dos mecanismos de gestão/governos (FOUCAULT, 2008a), é possível identificar o papel estratégico da igualdade de gênero na implementação do modelo de desenvolvimento sustentável.

Essa relação estratégica aparece, em especial, nos documentos que se dedicam aos países em desenvolvimento (ONU, 2011) e a situações de conflito (ONU, 2010a), nos quais a participação equitativa das mulheres garante a difusão do modelo de desenvolvimento proposto. No *Plano de Ação em favor dos países menos adiantados 2011-2020*, consta:

La solidaridad, la cooperación y la asociación con los países menos adelantados, los países más pobres, vulnerables y débiles del mundo y sus pueblos son, **además de imperativos morales, imperativos económicos y políticos**. Los países menos adelantados representan un enorme **potencial humano y de recursos naturales para el crecimiento económico, el bienestar, la prosperidad y la seguridad alimentaria y energética del mundo**. Una fructífera alianza renovada y fortalecida mundial que aborde de manera efectiva las necesidades especiales de los países menos adelantados

contribuirá a la causa de la paz, la prosperidad y el desarrollo sostenible para todos.
[...]

Orientadas por el objetivo global, las políticas nacionales de los países menos adelantados y las medidas internacionales de apoyo durante el decenio se centrarán en los siguientes objetivos específicos a fin de que la mitad de los países menos adelantados cumplan los criterios que les permitan salir de esa categoría para 2020:
[...]

Aumentar las capacidades humanas fomentando un desarrollo humano y social sostenido, equitativo e incluyente, la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer (ONU, 2011, p. 2-7)

No informe 65/354, em que o Secretário Geral do Conselho de Segurança trata da participação das mulheres na consolidação da paz, lê-se:

El séptimo y último compromiso del plan de acción trata de la recuperación económica. **La actividad económica de las mujeres no solo puede contribuir de manera significativa a la paz duradera; el hecho de que participen más en la fuerza de trabajo, a menudo les proporciona los recursos, el estatus y las relaciones necesarios para entrar en la esfera política, ya sea impugnando elecciones o participando en el activismo cívico.** [...]

Así, por motivos tanto de eficiencia como de equidad, el Secretario General expresa el compromiso de las Naciones Unidas de garantizar la implicación equitativa de la mujer como participante y beneficiaria del desarrollo local, la creación de empleo, la prestación de servicios de primera línea y los programas de desarme, desmovilización y reintegración en situaciones posteriores a conflictos. Para empezar a cumplir este compromiso, el Secretario General pedirá a los principales dirigentes de las Naciones Unidas en la Sede y sobre el terreno que adopten medidas en cuatro esferas. En primer lugar, cuando los **programas de desarrollo local e infraestructuras se basen en enfoques participativos, modelo que se debe alentar activamente, se debe exigir la participación directa de la mujer y de las organizaciones de la sociedad civil femeninas en el establecimiento de prioridades, la identificación de beneficiarios y el seguimiento de la aplicación.** [...] En segundo lugar, los programas de empleo creados tras los conflictos deben dirigirse específicamente a la mujer como grupo beneficiario. Se debe aplicar el principio basado en el rango de paridad para garantizar que ni los hombres ni las mujeres reciban más del 60% de días-persona de empleo. Además, los programas de empleo deben garantizar que las trabajadoras reciban directamente sus sueldos y estar dirigidos a eliminar los obstáculos a la participación equitativa, por ejemplo, mediante **el ajuste de cuotas de trabajo-producción y la provisión de arreglos de seguridad adecuados.** [...] La tercera medida para garantizar que la **recuperación económica incluya la perspectiva de género tiene que ver con la promoción de la mujer como agente de prestación de servicios de “primera línea”** —por ejemplo, en materia de atención de salud, extensión agrícola y gestión de los recursos naturales. Los estudios han demostrado que dar a la mujer cometidos de primera línea mejora la difusión a las usuarias, aumenta los ingresos autónomos de la mujer y produce el efecto de imitación de conducta, lo que alienta a otras mujeres a progresar en la vida pública. [...] En cuarto lugar, se necesitan medidas específicas para garantizar la participación igualitaria de la mujer en todas las etapas del proceso de desarme, desmovilización y reintegración —desde la negociación de acuerdos de paz y el establecimiento de instituciones nacionales hasta el diseño y la ejecución de programas (ONU, 2010^a, p. 20).

Nota-se que o esforço por promover a equitatividade homens-mulheres nos espaços de conflito aparece como indissociável da implementação de relações sociais e econômicas nos modelos do desenvolvimento sustentável; as mulheres devem acessar aos espaços institucionais

por sua utilidade em consolidá-los. É dessa forma que a preocupação com a igualdade e gênero emerge como uma ferramenta de criação de moldura nos documentos oficiais da ONU e na HeforShe.

3.5.3 Preocupação com a produção

A disposição equitativa dos corpos a partir do critério gênero nos espaços institucionais, critério para a implementação a sociedade-modelo que a ONU propõe, implica o foco ao acesso e na inclusão. A representação nos espaços institucionais e políticas que fomentem o financiamento a mulheres visa a incluí-las no ciclo produção-consumo, moldura que o desenvolvimento sustentável proposto institui. Todos os documentos analisados trazem a preocupação com a inclusão da mulher nos espaços institucionais entro e fora da ONU e seu acesso a políticas públicas de forma equitativa.

Esse apelo faz com que igualdade de gênero figure, em mais um aspecto, como um elemento comum entre relações mais imediatas, de indivíduos, e o desenvolvimento das nações, das populações. Para além da criação de moldura, como procurei demonstrar na seção anterior, esse elemento comum aparece como estratégico para a “liberação da potência”, que, por um lado, será individual e, por outro, social. Um dos princípios do *Plano Estratégico 2014-2017* é, com efeito, “[...] apoyar el desarrollo de capacidad como la estrategia básica para lograr un desarrollo efectivo y sostenible” (ONU, 2013, p. 10), proposição que aparece em diversos documentos, como o 65/354, que trata da participação das mulheres na consolidação da paz:

Garantizar la participación de la mujer en la consolidación de la paz **no es solo cuestión de garantizar el disfrute de los derechos de las mujeres y las niñas**. Las mujeres son agentes decisivos en el apuntalamiento de tres pilares para una paz duradera: la recuperación económica, la cohesión social y la legitimidad política. **Algunas de las economías del mundo que han crecido con mayor rapidez en el último medio siglo empezaron desde las cenizas de un conflicto. Su éxito se debió, en parte, al mayor protagonismo de la mujer en la producción, el comercio y la empresa¹, que conllevó el impulso de la educación de las niñas y la ampliación del acceso de las mujeres a la extensión y el crédito agrícolas.** En lo que respecta a la cohesión social, el Consejo de Seguridad ha reconocido la función clave que las mujeres pueden desempeñar en la reparación del tejido social. El fortalecimiento de la capacidad nacional y el logro de la implicación nacional son elementos cruciales de la consolidación efectiva de la paz. La ayuda externa tiene límites para lograr que los países avancen en su búsqueda de una paz sostenible. Habilitar a la mujer para que contribuya a la recuperación y reconstrucción es parte integral del fortalecimiento de la capacidad del país para sostener los esfuerzos de consolidación de la paz. Del

mismo modo, los esfuerzos destinados a facilitar un mayor papel de la mujer en los procesos de adopción de decisiones deben basarse en el reconocimiento del hecho de que no puede haber una “implicación” total en las estrategias de consolidación de la paz si la mitad del país no participa activamente en su elaboración y aplicación. (ONU, 2010a, p. 3-5).

A demanda por inclusão, pelo empoderamento da mulher, portanto, diz respeito a uma potencialização dos indivíduos com efeitos no corpo social. Conforme traz Foucault (1987), as técnicas disciplinares desempenharam historicamente o papel de normalizar os corpos para que esses produzissem o máximo possível. Aqui, o que aparece é **menos a disciplina e mais a regulação**. Esta, ainda que parta do aspecto relacional dos gêneros, quer dizer, não operando sobre um único indivíduo e sim sobre o par homem-mulher, atua na disposição dos corpos-indivíduos com vistas a maximizar a potência desses e do corpo-espécie.

É, aliás, esse efeito no corpo-espécie, na sociedade, que justifica o apelo aos homens para que aceitem a regulação proposta. Tal argumento aparece nos documentos para empresas, governos e universidades da HeforShe; na seção Histórico, esses documentos afirmam brevemente que o protagonismo das mulheres na luta por igualdade de gênero nos trouxe diversos avanços, mas, que, daqui para frente, a dinâmica precisa ser outra: “[...] Tornou-se claro que uma mudança estratégica precisa ocorrer, trazendo homens e rapazes lado a lado com as mulheres, para romper a barreira que as impede de atingir todo o seu potencial e contribuir com este potencial para a nossa comunidade global” (HEFORSHE, [2014]k, p. 7).

Lendo essas proposições a partir da noção de biopolítica foucaultiana²⁵, o que emerge é a igualdade de gênero como uma estratégia que relaciona o corpo dos indivíduos e o corpo social: de um lado, a liberação da potência das mulheres (indivíduos) via igualdade de oportunidades, acesso e representação; de outro, o desenvolvimento sustentável das sociedades (corpo social). Este é, afinal, um funcionamento análogo àquele em que, por exemplo, a taxa de natalidade vs mortandade era tomada como questão do corpo social e, em se tratando dos indivíduos, a codificação das condutas sexuais patologizava todo o sexo e o desejo que não se desse entre o casal heterossexual no interior da célula familiar. Em ambos os casos e novamente de forma ambígua, esse mesmo funcionamento diz respeito à ordem da produção subjetiva com vistas ao mercado e à intensificação do capital humano: liberdade, aqui, é também sinônimo de mais produção, mais atividade e de uma igualdade que acontece somente na condição regulada dos corpos e dos sujeitos.

²⁵ Também, a partir das tecnologias de governo historicamente instituídas que recupera Foucault (2008a), a preocupação com os indivíduos com vistas no rebanho compunha a relação pastoral.

E se, na emergência do dispositivo da sexualidade, dispositivos morais, disciplinares e médicos regulavam corpos e práticas dos indivíduos e as estatísticas mensuravam e controlavam o corpo social, nos discursos em questão, os dados também vão ocupar um lugar importante na implementação da igualdade de gênero como critério para mensurar o desenvolvimento social.

3.5.4 O papel da solidariedade

Para delinear minha análise sobre como a igualdade de gênero, nos termos pautados pela ONU e HeforShe e como uma questão biopolítica, cabe que eu a explore, além de sua construção como um parâmetro regulatório e ordenador da sociedade, a partir da noção de solidariedade. Isso porque o apelo à solidariedade é feito reiteradamente tanto nos documentos normativos da ONU quanto na HeforShe e, a partir dele, a vida nua emerge como questão.

A solidariedade aparece, nos documentos analisados, como mediadora/promotora das relações desiguais; compõem, na *Declaração o Milênio* e nas posteriores, um valor fundamental:

A solidariedade: os problemas mundiais devem ser enfrentados de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com justiça, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem a ajuda dos que beneficiam mais (ONU, 2000, p. 5).

Em um primeiro eixo, é possível delinear essa relação geopoliticamente:

Decidimos também ter em conta as necessidades especiais dos países menos avançados. Neste contexto, congratulamo-nos com a convocação da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados, que irá realizar-se em maio de 2001, e tudo faremos para que obtenha resultados positivos. Pedimos aos países industrializados:

- que adotem, de preferência antes da Conferência, uma política de acesso, livre de direitos aduaneiros e de cotas, no que se refere a todas as exportações dos países menos avançados;
- que apliquem sem mais demora o programa melhorado de redução da dívida dos países mais pobres muito endividados e que acordem em cancelar todas as dívidas públicas bilaterais contraídas por esses países, em troca de eles demonstrarem a sua firme determinação de reduzir a pobreza; e

que concedam uma ajuda ao desenvolvimento mais generosa, especialmente aos países que se estão genuinamente a esforçar por aplicar os seus recursos na redução da pobreza (ONU, 2000, p. 10).

O *Programa de ação em favor dos países menos adiantados 2011-2020* também reforça tal perspectiva. Ainda na *Declaração do milénio*, o “socorro” à África, posta como margem do mundo, recebe bastante ênfase.

O outro eixo, em que aqui me concentro, trata a solidariedade entre os homens, tidos como grupo com mais acesso institucional e à subsistência, e as mulheres. No documento 67/226, que reafirma o papel das entidades da ONU e reforça seus objetivos, consta: “[...] exhorta al sistema de las Naciones Unidas para el desarrollo a que considere el papel que pueden desempeñar los hombres y los niños en las políticas de incorporación de la perspectiva de género en la actividad general [...]” (ONU, 2013b, p. 15).

Com efeito, o *Plano de ação 2014-2017* (ONU, 2013a, p. 12) volta a materializar a relação humanitária, solidária, como eixo de ação institucional, perspectiva que se desdobra, finalmente, na HeforShe, definida pela entidade como “[...] movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Género” (ONU MULHERES, [2010]a).

O documento de apresentação da campanha traz trechos que resumem bem a centralidade da solidariedade que relaciona “eles” a “elas”:

O progresso [na direção da igualdade] estagnou e está distante da promessa de alcance completa da igualdade de género, direitos humanos das mulheres e o seu empoderamento. [...]

A dinâmica destes processos históricos fornece uma oportunidade única para envolver os homens como parceiros para a solução de algumas das maiores violações de direitos humanos deste tempo: a desigualdade de género. [...]

A reformulação do discurso da igualdade de género para o de uma plataforma abrangente que envolva homens e mulheres da mesma forma está muito atrasada. A campanha ElesPorElas (HeForShe) une os esforços das mulheres e dos homens na abordagem da igualdade de género, reunindo metade da humanidade (homens) em apoio a outra metade da humanidade (mulheres) para o benefício de todos e todas. [...] Considerando o papel fundamental de homens e meninos como defensores e agentes de mudança, a campanha ElesPorElas (HeForShe) fornece uma plataforma para que os homens se identifiquem com as questões da igualdade de género e com seus benefícios, que tem o poder de libertar não só as mulheres, mas também os homens de papéis sociais prescritos e de estereótipos de género. (HEFORSHE, [2014]l, p. 1-3)

Apesar de algumas descontinuidades, como afirmações de que homens e mulheres devem se envolver “da mesma forma” e do argumento de que os homens podem ser convencidos quando entenderem que a igualdade de género os beneficia, é possível traçar uma

consonância entre os documentos normativos da ONU que apresentei e a campanha HeforShe, em que a solidariedade aparece como o elemento que articula os mais abonados e os menos a partir do sofrimento a que o segundo grupo é submetido. O elemento moral da solidariedade como mediador das relações contemporâneas parece existir, conforme Fassin (2012, 2014), calcado na ideia de sofrimento, de privação e, a partir desse diagnóstico, mudanças se justificam, se fazem necessárias. Ao mesmo tempo, demandam uma cisão entre as vidas dos homens, plenas e legítimas, e aquelas que se deve proteger – a das mulheres.

Em se tratando das mulheres, o signo do sofrimento é a violência, a pobreza, o não acesso aos serviços públicos e ao protagonismo institucional. Esses elementos denotam a sacralidade a ser combatida via *inclusão*. Essa inclusão, conforme já argumentei, tem a igualdade de gênero como objetivo e parâmetro para que ocorra o desenvolvimento sustentável. E o desenvolvimento sustentável, como também já disse, diz respeito a uma sociedade que se organiza em torno de ciclos de produção e consumo; para que se concretize, é a gestão da potência produtiva das pessoas que se faz necessária, mas de uma perspectiva que exige um papel específico – diríamos, soberano – dos homens.

É o eixo via sacra-vida nua (AGAMBEN, 2002) que está sendo posto em jogo: as populações relegadas à pobreza e à violência, sem acesso institucional, precisam ser incluídas, posto que sofrem. O senso de “necessidade” é moral, se dá via relação humanitária. Sua inclusão, entretanto, que implicaria o acesso ao “estado de direito”, implica antes disso a tomada de sua via a partir da potência produtiva e da importância para o bando, para a sociedade. Aproximando-me, nesse sentido, menos de Fassin e mais de Agamben, entendo que a inclusão das populações marginalizadas na sociedade preconizada pela ONU não implica necessariamente em um acesso à *bíos*, à agência política, posto que esses corpos têm um lugar destinado em um modelo predeterminado: têm valor por sua potência no funcionamento desigual entre as formas de vida, tanto aquelas que dizem respeito a relações entre desenvolvimento e subdesenvolvimento quanto aquelas que, mais diretamente, operam sobre o gênero como lugar de produção de exceção.

É dessa leitura do gênero como espaço de disputa biopolítica que parte o próximo capítulo.

4 GÊNERO: EMERGÊNCIA E DISPUTA

Neste capítulo, opto por delimitar a emergência da categoria social gênero em um processo histórico que pode ser chamado de biologização do sexo (LAQUEUR, 2001) e, a partir das colocações de estudiosas da área sobre as relações entre gênero e disputa política, analiso como essa categoria é usada, na HeforShe, para produzir sujeitos jurídicos a serem representados e, assim, reforça um binarismo de gênero e uma indiscernibilidade entre sexo e gênero.

4.1 EMERGÊNCIA DO GÊNERO COMO CATEGORIA SOCIAL

Para tematizar a emergência de gênero como categoria social, é preciso entender como sexo institui-se enquanto categoria biológica, processos que se instituem historicamente e imbricados um no outro. Opto por me basear em Preciado (2018) quando, em *Testo Junkie*, traça uma breve genealogia do gênero a partir da biologização do sexo:

O sexo se tornou parte tão importante os planos de poder que o discurso sobre masculinidade e feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. Em 1868, as identidades hetero e homossexual foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação e taxonômica e psicopatologia. Da mesma forma, Krafft-Ebing cria uma enciclopédia das sexualidades normais e perversas em que identidades sexuais se tornam objetos de conhecimento, vigilância e repressão jurídica. No final do século XIX, leis de criminalização da sodomia espalham-se pela Europa. Codifica-se visualmente a “diferença sexual” como verdade anatômica. [...] Uma das diferenças políticas elementares do Ocidente (ser homem ou mulher) poderia ser resumida a uma equação banal: ter ou não um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento [...] a maquinaria estava pronta. O corpo, dócil ou raivoso, estava preparado. (PRECIADO, 2018, p. 76-77)

E, conforme afirma Preciado, em conversa com Laqueur (2001) em seu *Making Sex*, a biologização do sexo, que tem como efeito transcendentalizar a diferença sexual “[...] superando os contextos históricos e culturais” (PRECIADO, 2018, p. 82), é uma operação política.

Em outros termos, o efeito de verdade do sexo como biológico compõe as tecnologias de poder a partir dos séculos XVIII e XIX, movimento que Preciado denomina *sexopolítico*. A distância entre diferenciações sexuais que já existiam e esse movimento é que, a partir de então, é essa diferença, baseada em termos biológicos, que passa a organizar a ordem política no campo social. Laqueur descreve essa mudança da seguinte forma:

Durante grande parte do século XVII, ser homem ou mulher era manter uma posição social, assumir um papel cultural e não pertencer organicamente a um sexo ou a outro. O sexo era ainda uma categoria sociológica, não ontológica. [...] Quando o próprio corpo natural tornou-se o padrão de ouro no discurso social, o corpo da mulher tornou-se o campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. O corpo reprodutivo da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível, na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgãos reprodutivos, passou a ter um novo significado de grande importância. Os dois sexos, em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero. [...] O sexo, em outras palavras, substituiu o que nós poderíamos chamar de gênero como uma categoria basicamente fundamental. Na verdade, uma estrutura onde o natural e o social podiam ser claramente distinguidos entrou em ação. (LAQUEUR, 2001, p. 177-193)

A partir desses autores e tendo em vista a emergência de um dispositivo da sexualidade conforme apresenta Foucault, é possível vislumbrar a contingência histórica que nos faz relacionar o par sexo-gênero ao de natureza-cultura. Antes de sexo referir-se à biologia, conforme demonstra Laqueur ao propor que “[...] havia um sexo [biológico] único no mundo dos dois sexos” (LAQUEUR, 2001, p. 159), sexo dizia respeito a características e papéis sociais. O deslocamento sígnico, portanto, de sexo para gênero para pensar as relações sociais não aconteceu sem que, antes, no desenvolvimento de um dispositivo de sexualidade em que papel de uma ciência biologizante foi central, tenha-se biologizado o sexo. Essa biologização do sexo, à qual acompanha a criação e criminalização da homossexualidade, compõe um processo político do qual a ciência moderna é partícipe. Arriscando aqui uma analogia, o sexo antes do dispositivo da sexualidade vai ser muito semelhante ao que, hoje, entende-se por gênero²⁶.

É no interior do discurso médico que biologiza o sexo, portanto, que o gênero passa a existir como categoria social e psicológica:

Em 1955, o psicólogo infantil John Money, que tratava “hermafroditas” e “bebês intersexuais”, tornou-se a primeira pessoa a fazer uso da categoria gramatical de gênero como uma ferramenta clínica e de diagnóstico. Junto com Anke Ehhardt e Joan

²⁶ Entretanto, hoje e paradoxalmente, gênero não se dissocia mais a biologia, mesmo que procure subvertê-la. Butler (2016) seguidamente falará em corpo gendrado, esse que se torna inteligível a partir do gênero. Essa proposição, que se refere à inteligibilidade de sujeitos contemporâneos, faz referência a características sociais e biológicas - porque o sexo/gênero é atribuído antes mesmo que se nasça com base em características anatômicas. Preciado (2018, p. 111-112), por sua vez, tomará essa indivisibilidade a partir do regime farmacopornográfico que apresenta e que defende como contemporâneo: “[...] curiosamente, o critério para atribuição de gênero, assim como critérios para sua reatribuição, em casos de transexualidade, colocam em funcionamento dois modelos metafísicos do corpo quase irreconciliáveis. [...] estamos diante de uma ontologia ótica: o real é visível”, e essa visibilidade diz tanto respeito a atribuições biologizantes “de sexo”, quanto performances “de gênero”.

e John Hampson, ele iria desenvolvê-la como parte de um conjunto de hormônios potenciais ou técnicas cirúrgicas para modificar os corpos dos bebês nascidos com órgãos genitais ou cromossomos que a medicina - com seus critérios visuais e discursivos - não conseguia classificar como estritamente femininos e masculinos. Às rígidas classificações sexuais do século XIX, John Money opôs a maleabilidade do gênero, utilizando técnicas bioquímicas e sociais. Quando usou a palavra gênero para definir um papel social ou identidade psicológica, pensava essencialmente na possibilidade da utilização de tecnologias (de hormônios a técnicas sociais, como aquelas empregadas em instituições administrativas e pedagógicas) para modificar o corpo ou produzir intencionalmente subjetividade a fim de conformá-lo a uma ordem visual e biopolítica pré-existente, que foi prescritiva para o que se supunha ser um corpo humano feminino ou masculino (PRECIADO, 2018, p. 109-110).

O que emerge, portanto, é um campo de saber com implicações para a inteligibilidade dos sujeitos. Esse saber, é importante destacar, relaciona-se à *ratio* liberal que lhe é contemporânea. Cabe retomar Haraway ao referir-se ao cunho político dos trabalhos que tematizavam “gênero” no campo da psiquiatria:

[...] A versão da distinção natureza/cultura no paradigma da identidade de gênero era parte de uma vasta reformulação liberal das ciências da vida e das ciências sociais no desmentido do pós-guerra, feito pelas elites governamentais e profissionais do ocidente, das exibições de racismo biológico de antes da Segunda Guerra. Essas reformulações deixaram de interrogar a história sócio-política de categorias binárias tais como natureza/cultura, e também sexo/gênero, no discurso colonialista ocidental. Este discurso estrutura o mundo como objeto do conhecimento em termos da apropriação, pela cultura, dos recursos da natureza. Uma variada literatura recente, liberatória e oposicional, tem criticado esta dimensão epistemológica e linguística, etnocêntrica, de dominação daqueles que habitam categorias “naturais” ou vivem nas fronteiras mediadoras dos binarismos (mulheres, povos de cor, animais, o meio ambiente não humano). (HARAWAY, 2004, p. 207).

Traçar as relações da categoria gênero com a ordem econômica vigente é imprescindível, como procurei demonstrar, para delimitar a urgência histórica a partir da qual a categoria emerge; esse movimento também delineia o dispositivo que constitui gênero enquanto domínio de saber e técnica disciplinar de subjetivação dos corpos.

A emergência desse domínio e seu papel, entretanto, implicaram a difusão da categoria para além dos estudos médicos e em desdobramentos, disputas, transformações na categoria em questão. Uma proposição paradigmática sobre gênero é feita, por exemplo, por Judith Butler (2016) em *Problemas de gênero*. Lá, a autora propõe uma noção de gênero que, associada ao que articula em termos de poder e consequente ação política, institui-se paradigmaticamente no campo acadêmico e para além dele.

Explorando a proposição beauvoirana de que “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, e que esse *tornar-se* acontece por uma “compulsão cultural”, Butler afirma que, desde sempre, o que é tido como biológico é uma leitura social (BUTLER, 2016, p. 28-42). Daí, ao menos duas consequências: a primeira é que os padrões de gênero formam a noção de sexo (e não o contrário), e a afirmação de que somos *sujeitos gendrados* (e não sexuados):

Seria errado supor que a discussão sobre a identidade deva ser anterior à discussão sobre identidade de gênero pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero. [...] Em outras palavras, a “coerência” e a “continuidade” da “pessoa” não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas. Em sendo a “identidade” assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas. Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (BUTLER, 2016, p. 42-43).

O eixo sexo-gênero-desejo é explorado no terceiro capítulo de *Problemas de Gênero* a partir o que coloca Monique Wittig (2006), que pauta esse eixo como instituidor da heterossexualidade compulsória.

Outro ponto importantíssimo desse volume é a noção de gênero como performance. Assumindo que o que se toma por coerência interna da pessoa (o desejo associado ao sexo e ao gênero) é um eixo socialmente produzido, Butler recorre às discussões foucaultianas em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1993) para delimitar o efeito de interioridade como resultado de processos disciplinares, como efeito da lei. Com esse movimento, a superfície do corpo (como a visibilidade de Preciado) passa a ser central tanto para a incorporação dessa lei a partir dos processos disciplinares quanto para sua subversão:

Redescrever os processos intrapsíquicos em termos e política da superfície do corpo implica uma redescritção corolária do gênero como produção disciplinar das imagens da fantasia pelo jogo da presença e ausência da superfície do corpo, como construção do corpo e seu gênero por meio e uma série de exclusões e negações, ausências significantes. [...] Essa produção disciplinar do gênero leva a efeito uma falsa estabilização do gênero, no interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor. A construção da coerência [sexo-gênero-desejo] oculta as descontinuidades do gênero, que grassam nos contextos heterossexuais, bissexuais, gays e lésbicos, nos quais o gênero não decorre necessariamente do sexo, e o desejo, ou a sexualidade em geral, não parece decorrer do gênero - nos quais, a

rigor, nenhuma dessas dimensões e corporeidade significativa expressa ou reflete outra. Quando a desorganização e desagregação do campo dos corpos rompe a ficção reguladora da coerência heterossexual, parece que o modelo expressivo perde sua força descritiva. O ideal regulador é então enunciado como norma e ficção que se disfarça de lei do desenvolvimento a regular o campo sexual que se propõe descrever. (BUTLER, 2016, p. 234)

É na superfície do corpo, então, codificada e codificadora da lei que constrói gêneros inteligíveis, que as outras categorias, a de sexo e de desejo passam a emergir. A performatividade em questão diz respeito ao efeito e verdade dessas “características e gênero”:

Imaginemos que a sedimentação das normas de gênero produza o fenômeno peculiar de um sexo natural, uma mulher real, ou qualquer das ficções sociais vigentes e compulsórias, e que se trate de uma sedimentação que, ao longo do tempo, produziu um conjunto de estilos corporais que, de forma reificada, aparecem como a configuração natural dos corpos em sexos que existem numa relação binária uns com os outros. [...] Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma de gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequências; na verdade, a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária - um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador o sujeito (BUTLER, 2016, p. 241-242).

Portanto, na economia do dimorfismo sexual, ínterim em que a argumentação de Butler se desenvolve, a performance é efeito e técnica disciplinar de produção desse mesmo dimorfismo como verdade.

Tendo em vista as relações de saber-poder que fizeram emergir o domínio do gênero, cabe trazer novamente Preciado (2018) para esta seção para propor mais um deslocamento teórico nesse dispositivo a sexualidade gentrificada que procuro apresentar. O autor afirma que a produção do gênero, para além da repetição performática, se dá a partir de um regime farmacopornográfico, em que as relações sexo-gênero-desejo se produzem diferentemente daqueles propostos em Butler (2016).

Em *Testo Junkie*, Preciado (2018) também assume o eixo sexo-gênero-desejo que se forma a partir da noção de gênero e também o toma em sua relação com as demandas econômicas do capitalismo industrial: o dimorfismo sexual, que cinde os corpos e os organiza a partir dos critérios com útero/sem útero, óvulo/esperma organiza a (re)produção em termos heterossexuais (PRECIADO, 2018, p. 132). No entanto o autor também afirma que essa economia está em declínio justamente pelo desdobramento das tecnologias disciplinares, que,

se não rompem o dimorfismo, produzem-no diferentemente, em um regime farmacopornográfico.

O caminho é o seguinte: em um primeiro desdobramento da medicina pós-guerras, as cirurgias de “adequação sexual” com tratamento hormonal e a pílula rompem com a antiga forma de produção e troca calcada na transformação do trabalho sexual não remunerado²⁷. No pós-guerra, emergem, com a indústria farmacêutica, técnicas hormonais que se inserem nessa economia do dimorfismo sexual - anticoncepcional, viagra etc. -; e, por outra via, a produção pornográfica subverte “o comportamento sexual desviante”, aquele que não serve para a reproduzir, transformando a masturbação em lucro:

A era pós-sexual será então iniciada como um efeito secundário da indústria farmacopornô. Isto não quer dizer que não haverá, a partir de agora, relações sexuais entre homens cis e mulheres cis, mas sim que as condições da produção sexual (de corpos e prazeres) estão mudando drasticamente, [...] estando todos os corpos submetidos aos mesmos processos de produção tecnobiopolítica. Em outras palavras, todas as economias libidinais e biopolíticas estão agora sujeitas às mesmas tecnologias moleculares e digitais de produção do sexo, o gênero e da sexualidade. As premissas normativas do século XIX (continuidade entre sexualidade, reprodução e patologização de práticas não reprodutivas, incluindo a masturbação e a homossexualidade) foram radicalmente deslocadas com a invenção da Pílula e a transformação da pornografia em um ramo da indústria midiática popular que transformou a masturbação em fonte de produção de capital. [...] [Mas] Embora a indústria pornográfica de modo geral trabalhe como propaganda cultural para o regime de gênero dimórfico [...] redesenham incessantemente as fronteiras entre os gêneros e, como um todo, transformando o sistema econômico, heterossexual e político em um meio obsoleto de gestão da subjetividade (PRECIADO, 2018, p. 133-134).

O que essa breve genealogia sobre a emergência de gênero como categoria social (e não gramatical) vem a mostrar é que esse domínio, o do gênero, emerge no mesmo cadinho de relações de poder delimitadas por Foucault em seu dispositivo da sexualidade. Assumo que o termo *gênero*, inclusive, marca um desdobramento do dispositivo em questão, realocando a noção de sexo, inscrevendo-se na tensão natureza-cultura, sendo termo de disputa política e

²⁷ É preciso enfatizar a relação desenvolvida pelo autor aqui: a afirmação não é a de que o capitalismo se baseasse no trabalho sexual não remunerado (doméstico, de criação de filhos etc.), mas a de que **também** se baseava nele e, nesse ponto, a produção da heteronormatividade era nevrálgica. Entretanto, também para o autor, no regime farmacopornográfico, sim, a produção e consumo do sexo (não da heterossexualidade) é o **modelo** de circulação do capital contemporâneo.

basilar nas normas que constituem os sujeitos, esses que, conforme nos ensina Butler, são, hoje, gendrados.

4.2 DIFUSÃO E DISPUTA DA CATEGORIA

Para complementar a genealogia do termo, decidi fazer referência à sua emergência nas áreas de humanidades. Espero, assim, evidenciar a difusão e a disputa em que o termo *gênero* se inscreve.

Para fazer jus à historiografia do termo no âmbito acadêmico, cabe trazer Scott (1995), que, depois de uma breve recuperação de exemplos literários diversos em que, em analogia às desinências gramaticais, o termo foi usado para se referir a feminino e masculino, situa o movimento político que instituiu gênero como uma categoria relacional bastante potente nos estudos de História:

Não foi suficiente para os(as) historiadores(as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito à história das mulheres, a reação da maioria dos(as) historiadores(as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado (“as mulheres têm uma história separada da dos homens, portanto deixemos as feministas fazer a história das mulheres, que não nos concerne necessariamente” ou “a história das mulheres trata do sexo e da família e deveria ser feita separadamente da história política e econômica”). No que diz respeito à participação das mulheres na história e a reação foi um interesse mínimo no melhor dos casos (“minha compreensão da Revolução Francesa não mudou quando eu descobri que as mulheres participaram dela”). O desafio lançado por este tipo de reações é, em última análise, um desafio teórico. Ele exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. Como é que o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como é que o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas dependem do gênero como categoria de análise. (SCOTT, 1995, p. 5)

Delimita, então, usos teóricos que define como descritivos, situando-os por volta dos anos 80 do século XX nas academias americanas: estudos que faziam uso de gênero para compreender processos históricos e sociais incluindo homens e mulheres, para dar foco a papéis sociais desvinculando-os de biologizações de sexo e de determinações em termos de sexualidade. Entretanto, a autora destaca o escamoteamento do próprio termo mulher, politicamente mais engajado, e, paradoxalmente, da restrição dos estudos de gênero a instâncias da casa, da família. Fica de fora da “ótica do gênero” a política e o poder. Outra via de análise acadêmica à esta época seria a que tenta articular teorias diversas à perspectiva de gênero:

Os (as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (SCOTT, 1995, p. 8-9).

Em se tratando de mapear os usos acadêmicos, a classificação proposta por Scott precisaria ser ampliada e complexificada, em primeiro lugar porque, de 1995 para cá, há bem mais que se considerar em termos de produção acadêmica, e porque um novo mapeamento exigiria que se excedesse do eixo Europa-EUA.

Também a definição que, adiante no mesmo texto, Scott (1995) dá a gênero como (i) categoria que diz respeito a relações sociais associadas a diferenças sexuais (ii) ferramenta teórica de significar relações de poder; pode ser posta em xeque. Afinal, para além da relação de gênero com ciências biologizantes que compõem a história do termo, as proposições precisariam ser postas em suspenso por críticas como a de Butler (2016) sobre como é o regime de gênero que institui o sexo como “real” e cria normas ainda hoje. O que está em questão, entretanto, não é “a verdade do termo”, mas um breve levantamento sobre o que constitui/que movimentos participam da hiperprodução de enunciados sobre ele.

Sob esse olhar, o que desponta a partir de Scott (1995) é que “os estudos de gênero” dizem respeito a um movimento heterogêneo e em disputa ao menos no âmbito dos estudos acadêmicos, o que, só por esse caráter, já justificaria que vez ou outra a problemática gênero estivesse em voga. Mas, conforme Donna Haraway (2014) aponta em *“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra*, a questão vai para além disso. Há, em se tratando de lutas sociais, a demanda por relacionar gênero a outras categorias de inteligibilidade dos sujeitos e com implicações políticas:

Boa parte da teoria feminista mais provocativa dos últimos vinte anos insistira nas relações entre sexo e raça de maneira a problematizar as dores do parto do sistema de sexo/gênero num discurso mais focalizado no entrelaçamento de gênero e classe. Muito raramente a teoria feminista juntou analiticamente raça, sexo/gênero e classe – apesar das melhores intenções, das palavras de ordem dos autores e das observações nos prefácios de livros. Além disso, as feministas têm tanta razão em argumentar a favor de um sistema de raça/gênero quanto no argumento de um sistema de sexo/gênero, e os dois não são o mesmo tipo de movimento analítico. E o que

aconteceu com classe? Cresce a evidência da necessidade de uma teoria da “diferença” cuja geometria, paradigmas e lógica escapem aos binarismos, à dialética, aos modelos natureza/cultura de todo tipo. Do contrário, três serão sempre reduzidos a dois que logo se tornam um solitário um na vanguarda. E ninguém aprende a contar até quatro. Essas coisas têm importância política (HARAWAY, 2004, p. 206-207).

Aí, uma continuidade e um reforço das proposições de *A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1988): se o sexo produzido no dispositivo da sexualidade diz a verdade do sujeito, o gênero, afinal, passa a dizer a verdade também sobre estes e, ainda, sobre a **cultura**. As relações que Haraway evoca em sua problematização, raça-gênero, classe-gênero etc., são construtos teóricos com implicações políticas; no caso da HeforShe, as relações de gênero-ordem econômica serão centrais na categorização de regiões como mais ou menos iguais, mais ou menos justas.

4.2.1 O campo de saber

Assumindo gênero como um domínio que modifica o campo de saber em que se insere (FOUCAULT, 2015) e como um termo a partir do qual se travam disputas políticas, ainda cabe revisitar brevemente o artigo *O sujeito do feminismo: revisitando os debates*, de Cláudia de Lima Costa (2002). Nele, a autora explora como as teorias feministas de até então oferecem definições alternativas de sujeito e de identidade que, afirma, resolvem problemas de articulação entre teoria-luta política de outras correntes de pensamento.

Sua defesa é a de que a potência das teorias feministas está em assumir mulher como sujeito do feminismo, mas fazê-lo desconstruindo os termos sujeito e identidade em relação ao humanismo sem, no entanto, esvaziá-los de toda materialidade, como afirma que estruturalistas e pós-estruturalistas fizeram.

Tal caminho teórico possibilita essa articulação porque as feministas colocam como questão a **experiência**. O movimento metodológico, aí, seria o de, por um lado, construir positivamente com base nas experiências materiais e, por outro, submeter as experiências a reflexões teóricas/críticas.

Ao situar o debate feminista em torno da questão da identidade, Costa (2002) afirma que pós-estruturalistas, na teoria feminista e fora dela constroem a mulher como potência, mas justamente pela sua diferença em relação aos homens: ora uma diferença linguística/sígnica,

ora, via psicanálise, psiquicamente... esse movimento, defende, mantém a mulher na posição de outro em relação a uma ordem estabelecida pelo falo.

Um segundo grupo, que utiliza noções estruturalistas e pós-estruturalistas, mas não se restringe a elas, “[...] tem lutado pelo estabelecimento e validação da categoria mulher tanto como sujeito quanto como signo” (COSTA, 2002, p. 66), um movimento que, tomando as mulheres “reais”, desassociaria a identidade da mulher da do homem. Coloca, então, o problema que se apresenta: é possível fazê-lo se a linguagem que se usa segue sendo/só pode ser a dominante? As respostas que traz interessam a esta reflexão. Retoma Lauretis (1987), que vai propor uma relacionalidade sógnica diferente: não entre o homem e o outro-mulher, mas entre a representação de mulher e as pessoas reais, os sujeitos:

Aqui reside a dupla visão do feminismo: seu sujeito, longe de ser apenas uma metáfora ou uma questão de pura diferença, existe dentro e fora da ideologia de gênero: em um espaço que, usando terminologia cinematográfica, Lauretis define como *space off*. Isso não quer dizer que tal sujeito exista fora dos discursos e das representações, como no mundo “real”; ao contrário, tomando de empréstimo o exemplo do enquadramento cinematográfico, “esse espaço, embora não visível, pode ser inferido a partir daquilo que o enquadramento deixa visível”, existindo paralelamente a esse. (COSTA, 2002, p. 66)

Na impossibilidade de representação, há o espaço do transborde. É o que defende como mulher enquanto categoria ex-cêntrica, que leva em conta posições múltiplas e variadas dentro do campo social.

Costa (2002), nessa altura da argumentação, retoma também Spivak (1985) quando afirma que mulher é um espantalho conceitual, que deve ser um termo a ser desconstruído, mas que precisa existir para que não seja materialmente silenciada. Mulher é aí, portanto, condição do feminismo.

Na seção *O feminismo e a política de identidade*, a autora retoma algumas críticas ao uso de mulher que chama de antiessencialistas, as quais, grosso modo, deslegitimam/se opõem à mulher como categoria política válida por conta do reacionarismo semântico-identitário que inevitavelmente traz; se trata da linguagem necessariamente dominante que apareceu como problema há algumas linhas.

Como já dito, Costa (2002 p. 70-71), entretanto, não se coloca nessa posição:

O problema das críticas acima abordadas é que, embora pertinentes, são, de certa forma, mal direcionadas. Seu alvo é o nominalismo indefensável (e uma visão

monolítica e estática de identidade), ao qual poucas das assim chamadas feministas pós-estruturalistas gostariam de se inscrever. As questões são mais sutis do que a forma como foram representadas nos debates relativos ao essencialismo e à política da identidade. Deveria ser lembrado aqui que desafiar a coerência e a unidade da “mulher”, ou o poder explanatório dessa categoria – até mesmo afirmar que ela é, em princípio, uma categoria vazia ou uma ficção –, não nos faz cúmplices de um “feminismo ginocida” (mesmo Modleski, que cunhou tal termo, se dispõe a fazer várias concessões ao antiessencialismo). [...] Dado o contexto conjuntural que acompanha certas exigências políticas, essa categoria é (e deveria continuar sendo) utilizada para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes.

Ainda em defesa do uso de mulher como sujeito do feminismo, a pesquisadora afirma que o caráter ficcional, de efeito de linguagem de uma categoria identitária não a deslegitima para criar uma demanda política. Ao contrário, a composição de uma categoria tendo em vista sua instabilidade lhe conferiria um caráter mais plural e menos monolítico.

Na seção seguinte, *Subjetividades ex-cêntricas e a busca de uma política da diferença*, a autora traz sua proposta sobre como mulher enquanto categoria identitária pode ser potente tendo em vista as margens e os interstícios do discurso dominante. Para ela, não só o sujeito precisa ser deslocado em relação às ideias humanistas, mas outras categorias historicamente relacionadas à essencialização da mulher (lar, comunidade, linguagem comum) precisam ser solapadas.

Ela começa a seção discutindo o lugar da diferença, e coloca: “[...] a questão é como se pode conceituar a diferença – e, juntamente, as subjetividades/ identidades alternativas – de forma a evitar, por um lado, a armadilha do binarismo e, por outro, a sedução dos apelos pós-modernos à total fragmentação e dispersão” (COSTA, 2002, p. 79).

Cabe destacar, a partir do artigo em questão, a colocação de Fraser (1996), de que, depois de uma fase dos estudos feministas em que a diferença era pensada em termos de diferença entre sexos/gêneros e de outra em que foi pensada em diferenças entre as mulheres (brancas, negras, chicanas) um terceiro momento desses debates coloca em foco a interseccionalidade.

Interessa questionar sobre o papel da diferença, portanto, para delimitar em qual agenciamento político se está interessado em promover. O que permeia essas discussões, destaque-se, é a experiência como subjetivadora e a identidade, nos termos discutidos, como articuladora.

Nessa esteira, a noção de lugar entre em pauta e, afirma a autora (COSTA, 2002, p. 86), é central no debate:

[...] sustento que é no âmbito da teorização feminista que a problematização do lugar – e, juntamente com isso, questões de teoria crítica, prática estética e consciência política – se tornou axiomática. Ela foi usada não somente para medir o alcance das categorias analíticas do feminismo, mas – mais significativamente – para avaliar a capacidade política das mesmas, ou seja, estimar até que ponto tais categorias podem ou não intervir nas estruturas da desigualdade social. Nesse sentido, pode-se certamente estabelecer um paralelo entre a ênfase que a teoria feminista contemporânea dá ao lugar de enunciação do sujeito e a sua preferência pelo conjunturalismo, juntamente com suas análises complexas e localmente enfocadas, de forma a apreender a “relação efetiva, mas não determinante entre os sujeitos e suas histórias, uma relação que é complexa, mutável, embora não ‘livre’”.

É um movimento que Costa vai chamar de historicização e politização do espaço, que otimiza a compreensão da luta política e da subjetivação/relação dos sujeitos consigo. Na esteira de sua defesa pelas cartografias, ela faz, então, três proposições com relação à noção de lugar como categoria analítica e política.

A primeira colocação alerta que *lugar* não deve ser tomado em termos de essencialização, seja esta ligada à biologia ou à ontogênese; mas, sim, as cartografias podem privilegiar a experiência, em sua dimensão de construção histórica.

Depois, a autora se propõe a questionar a dimensão da *fronteira*, que são, afinal, políticas, teóricas e materiais:

[...] o lugar passa a ser o efeito das inter-relações entre o local e os outros lugares além dele. Conseqüentemente, a localização do sujeito é sempre o resultado de vários processos de estranhamento, pois ela/ele geralmente ocupa mais de um lugar simultaneamente em um cruzar constante de várias fronteiras e ordens (qualquer fronteira é também um lugar de regulamentações e imposições). Deveria ser acrescentado que esse movimento é político por definição. (COSTA, 2002, p. 88)

Há, também, o lugar o sujeito, esse lugar de quem fala da diferença e da desigualdade, que, representativo, deve ser provisório: a autora coloca o lugar como condição para que o sujeito o transborde.

4.2.2 Representação e relações de poder: mulheres e periferias do mundo

O campo e saber que os estudos de gênero constituem já foi problematizado, de dentro, por feministas asiáticas, africanas, latino-americanas. São, em suma, aquelas que se encontram fora do eixo EUA-Europa e que, marcadamente nos anos de 1980, se propuseram a expor como a representação, a construção da categoria mulher discursivamente, pode vir a reforçar desigualdades historicamente instituídas e promover silenciamentos. Destaco aqui as colocações de Mohanty (2003, 1984) para que seja possível defender a relação entre o saber que se institui e sua implicação nas relações de poder.

No artigo *Under western eyes*, de 1984, Mohanty critica o caráter da produção feminista das academias norte-americanas e europeias à época, que, a partir da análise do livro que operou, considerou etnocêntrica e com procedimentos análogos ao humanismo, a que os estudos feministas procuravam se contrapor. A autora procurou mostrar que muitos dos estudos que procuravam, para fins de aliança política, construir um “sofrimento comum” para as mulheres ao redor do mundo, a partir dos quais fosse possível traçar uma luta conjunta, produziam discursivamente um efeito homogeneizante em que a mulher era uma categoria independente de seu contexto social e que ocupava necessariamente a posição de oprimida em oposição aos homens, estes necessariamente opressores.

Nessa discussão de 1984, Mohanty argumenta que esse efeito discursivo criava também outro, o que relacionava mulheres “do primeiro e do terceiro mundo” produzindo as segundas como “outras” em relação às primeiras. Umas, seculares, em vias de independência, modelos, enfim, em relação às segundas, religiosas, submissas, atrasadas. O movimento análogo ao do humanismo se dava porque a autorrepresentação das mulheres do primeiro mundo (do “centro”) dependia da representação das mulheres do terceiro mundo (as “às margens”) como as outras; dinâmica de saber-poder que, na posição da autora e de suas contemporâneas, servia à colonialidade.

À época, Mohanty se posicionou em prol de metodologias de pesquisa que partissem das mulheres marginalizadas e de suas demandas e categorias locais como forma de possibilitar alianças que não fossem silenciadoras das mulheres do terceiro mundo. Colocava-se, portanto, em favor do foco na *localidade* para que se pudessem construir teorizações a partir da *experiência* das mulheres reais nas comunidades em que vivessem.

O artigo “*Under western eyes*” *revisited: feminist solidarity through anticapitalist struggles*, de 2003, é proposto por Chandra Mohanty para responder algumas críticas que tinham sido feitas a *Under western eyes* e, a partir delas e da nova discussão, traçar aproximações e distâncias teórico-metodológicas entre os dois momentos, delimitando

metodologias de pesquisa que alinhem-se aos desafios do feminismo anticapitalista nos dias de hoje. Ao revisitar essas colocações no artigo de 2003, mesmo frisando em diversos trechos que mantém suas posições sobre os tópicos de que tratou, Mohanty propõe deslocamentos significativos em suas propostas metodológicas²⁸. Na tensão entre a construção política local e global, aproxima-se do outro polo, mas de uma maneira bem específica.

Entendendo que uma globalização pautada por um corporativismo econômico prejudica principalmente corpos racializados no mundo todo, advoga que seja urgente enfrentar essa questão internacionalizando, sim, a lutas das mulheres.

O movimento proposto, entretanto, é o de partir das populações mais pobres/marginalizadas do mundo; posto que nessas localidades se mostra a face perniciososa da desigualdade, os efeitos mais devastadores dessa globalização corporativa, como ela chama, seria a partir do que esses grupos dizem, requerem e combatem que seria possível traçar um enfrentamento global: a partir do que os grupos marginalizados, as mulheres *em* suas diversas relações sociais enfrentam, Mohanty propõe que seja possível estabelecer laços e enfrentamentos amplos e difusos, como essa forma de poder.

A especificidade ou diferença seguem sendo centrais, mas, em 2003, Mohanty entende que deve ser a partir delas que se tracem *semelhanças*. Nessa perspectiva e nesse movimento, a *solidariedade* é justamente o que possibilita a articulação entre populações diferentes e marginalizadas – o que, é preciso marcar, é uma relação oposta ao humanitarismo descrito no capítulo anterior. O sentimento em questão centra-se no reconhecimento do sofrimento em comum, esse que é causado pela globalização corporativa e não se estabelece entre centro e margem, mas entre margem e margem, o que compõe a potência da luta.

[...] this discussion allows me to reemphasize the way that differences are never just “differences.” In knowing differences and particularities, we can better see the connections and commonalities because no border or boundary is ever complete or rigidly determining. The challenge is to see how differences allow us to explain the connections and border crossings better and more accurately, how specifying difference allows us to theorize universal concerns more fully. It is this intellectual

²⁸ Um dos deslocamentos diz respeito ao uso preferencial de Norte/sul e Um terço/dois terços do mundo para referir-se aos locais e povos em suas relações permeadas pela colonialidade. Mesmo essa distinção é desconstruída por Mohanty (1984) quando se coloca, enquanto não norte-americana que estudou, vive e trabalha nos EUA, “under and inside the western eyes”, exemplificando as complexas redes com que é necessário lidar ao pensar as relações de poder norte-sul.

move that allows for my concern for women of different communities and identities to build coalitions and solidarities across borders. (MOHANTY, 2003, p. 505)

Propondo alianças entre as margens, ou seja, uma aliança forjada na tensão entre a diferença/o local e o que se reconhece como comum, que é a forma de opressão, Mohanty (2003) traz a solidariedade a partir de uma perspectiva diversa da que procurei apresentar na seção anterior, aquela do paradigma humanitário (FASSIN, 2012).

Se, lá, era a moldura produzida por governos humanitários, portanto centralizada em termos de produção de saber, que possibilitava uma solidariedade ancorada na desigualdade entre os termos, aqui, o reconhecimento se dá entre os sujeitos reais, entre grupos específicos e demandas reais, e a “ajuda” envolvida na solidariedade é recíproca, horizontal.

Tendo desconstruído, em sua argumentação, as noções de “norte e sul” e mesmo de “local e global” a partir da heterogeneidade que compõe todos os espaços - borrando, portanto, fronteiras e traçando inevitavelmente porosidades entre “demandas locais” e “demandas globais” - situa o desafio dos espaços acadêmicos na produção e circulação de saberes, construindo um feminismo transnacional e anticapitalista:

A transnational feminist practice depends on building **feminist solidarities** across the divisions of place, identity, class, work, belief, and so on. In these very fragmented times it is both very difficult to build these alliances and also never more important to do so. Global capitalism both destroys the possibilities and also offers up new ones. Feminist activist teachers must struggle with themselves and each other to open the world with all its complexity to their students. Given the new multiethnic racial student bodies, teachers must also learn from their students. The differences and borders of each of our identities connect us to each other, more than they sever. So the enterprise here is to forge informed, self-reflexive solidarities among ourselves. (MOHANTY, 2003, p. 530, grifos meus)

Tendo recuperado, neste capítulo, a emergência a categoria gênero e de que forma ela figura como categoria a partir da qual (i) os sujeitos emergem e são lidos contemporaneamente (ii) se disputam e (des)legitimam discursos e seus enunciadores no interior de estratégias políticas contemporâneas, dedico-me a identificar como a HeforShe produz esses sujeitos gendrados e de que forma essa produção/regulação cria as relações preconizadas pelo desenvolvimento sustentável. Interessa-me pensar nos modos pelos quais, em sua polivalência tática, o discurso do HeforShe sustenta-se por enunciados humanitaristas, mas pode sugerir e amplificar a produção de solidariedade.

4.3 HOMENS E MULHERES – E SÓ

A delimitação dos sujeitos jurídicos, ou seja, esses de quem se fala e por quem se luta, são alvo de uma das primeiras provocações de Judith Butler em *Problemas de Gênero*, que retomo agora para propor que os homens e as mulheres tematizados na HeforShe são categorias produzidas e reguladas sob um discurso de representação. Butler (2016, p.17-20) coloca:

[...] a teoria feminista tem presumido que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres, que não só deflagra os interesses e objetivos feministas no interior do seu próprio discurso, mas constitui o sujeito em nome de quem a representação política é almejada. [entretanto] Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram a priori o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado e a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. [...] em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva.

No caso do corpus analisado, os sujeitos jurídicos produzidos como efeito dos documentos e das ações são homens e mulheres. Esses termos, ora abarcados na noção de gênero ora na de sexo, são tomados como categoria transsocial, ou seja, esses sujeitos são usados como chave de leitura para todas as populações do mundo. Tal classificação pode ser avaliada, por seu caráter homogeneizante, como um movimento de reforço à produção concentrada de conhecimento em regiões “ao norte” do mundo e pela desconsideração da experiência como elemento central na proposição de categorias de subjetivação e de luta política (MOHANTY, 1984; COSTA, 2002). A representação proposta, a partir das autoras que articulei neste capítulo, elide a pluralidade da produção de saber.

Outro aspecto da produção do par homem-mulher na campanha, atrelado a propor a igualdade de gênero a partir da conscientização dos homens e focando neles, é que a relação entre os termos se dá assimetricamente, gerando uma aporia: enunciando a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como objetivo, foca-se nos homens e, paradoxalmente, mulheres são subdiscursivizadas e subrepresentadas em detrimento deles; os homens, foco da campanha HeforShe em prol das mulheres, paradoxalmente assumem o protagonismo do tema. Observo a invenção dessa taxionomia genérica a seguir, inscrita num funcionamento loquaz do

dispositivo (FOUCAULT, 1988), que exige que se fale de sexo e de gênero, que se investigue os corpos em suas minúcias, que se regule todas as relações afetivo-sexuais-sociais.

4.3.1 Produção jurídica a partir do eixo sexo-gênero-desejo

Para defender a primeira das duas colocações, reproduzo agora algumas partes da cartilha *Kit de ferramentas da Barbearia HeforShe* (HEFORSHE, 2017), um material produzido para pessoas que queiram promover a campanha.

A cartilha se propõe a auxiliar interessados no tema, é direcionada a funcionários homens de empresas, tem 56 páginas e é dividida em sete seções, conforme imagem a seguir.

Ferramenta	Tipo	Objetivo	Público recomendado
Engajamento da liderança na igualdade de gênero	Sessão de liderança	Aumentar a compreensão da liderança	Evento fechado apenas para os cargos de gerência
Aprenda com a comunidade: oficina para líderes	Sessão de liderança	Inspirar os participantes por meio do diálogo com importantes líderes e pioneiros relacionados com a igualdade de gênero	Todos os níveis de gerência; possibilidade de incluir todos
O que é gênero?	Workshop	Compreender como os estereótipos de gênero prejudicam a sociedade	Todos
Aja como um homem, aja como uma mulher	Workshop	Explorar como as normas de gênero afetam a vida cotidiana de homens e mulheres	Todos
O que é violência?	Workshop	Identificar diferentes tipos de violência e explorar a violência de gênero	Todos
Seja a mudança – Comprometa-se	Ampliação do engajamento	Participantes se comprometem com ações concretas para alcançar a igualdade de gênero	Gerentes/modelos que apreciam o respeito entre os participantes
Cabine fotográfica	Ampliação do engajamento	Desenvolver uma dinâmica para oferecer aos participantes a chance de tirar sua foto com slogans e cartazes de compromisso ao movimento ElesPorElas HeForShe	Todos

Figura 3: Ferramentas Kit Barbearia
Fonte: HEFORSHE (2017, p. 16)

Antes dessas seções, há uma breve apresentação do material e uma introdução, da qual a imagem anterior foi retirada. A apresentação tem como título *Por que se chama Barbearia HeforShe* e traz a seguinte explicação:

A maioria dos homens já foi a uma barbearia. São espaços onde homens batem papo e **onde comportamentos e posições sobre as relações de gênero, incluindo o que significa ser um homem, são aprendidos, discutidos e reforçados.** Embora as relações entre homens e mulheres sejam muitas vezes discutidas entre homens em barbearias (ou vestiários), essas conversas muitas vezes refletem os papéis estereotipados de mulheres e homens e raramente abordam os sérios problemas enraizados nas questões da desigualdade de gênero. Os eventos da Barbearia ElesPorElas HeForShe possibilitam um ambiente para discussões entre homens e mulheres sobre seus próprios comportamentos, privilégios e as responsabilidades dos homens no que diz respeito ao empoderamento das mulheres. **Desta forma, a plataforma da Barbearia ElesPorElas HeForShe encoraja os homens a assumir um compromisso proativo na igualdade de gênero em nível individual, inspirar outros homens a se juntarem e levantar o discurso sobre a igualdade de gênero para além das barbearias e vestiários de todo o mundo.** Juntos e juntas podemos alcançar a igualdade de gênero. (HEFORSHE, 2017, p. 6, grifos meus)

Ainda em *Introdução*, há um verbete com algumas conceituações, que reproduzo:

COMPREENDENDO A TERMINOLOGIA

Com base no Glossário da ONU Mulheres sobre Igualdade de Gênero e no Programa HMD do Promundo

FEMINILIDADES – o termo se refere ao significado social do feminino, **que é construído e definido pelo contexto social, histórico e político**, em vez de ser conduzido pelo contexto biológico. Existem muitas definições sociais que foram construídas para a mulher e estas podem mudar ao longo do tempo e de um lugar para outro. O termo refere-se a noções e ideais compreendidos sobre como as mulheres devem ou se espera que elas devam se comportar em cada ambiente. **As feminilidades não incluem apenas mulheres. Os homens também desempenham e produzem o significado e as práticas do feminino.**

GÊNERO – os papéis, comportamentos, atividades e atributos **socialmente construídos que uma determinada sociedade considera apropriados para homens e mulheres.**

CEGUEIRA DE GÊNERO – este termo refere-se à incapacidade de reconhecer que os papéis e responsabilidades de homens/meninos e mulheres/meninas são atribuídos a eles em contextos sociais, culturais, econômicos e políticos específicos. Projetos, programas, políticas e atitudes que não levam em consideração as desigualdades de gênero e necessidades diversas. Eles mantêm o status quo e não ajudarão a transformar a estrutura desigual das relações de gênero.

IGUALDADE DE GÊNERO – igualdade dos direitos, responsabilidades e oportunidades para mulheres e homens e meninas e meninos. **A igualdade não significa que as mulheres e os homens sejam os mesmos, mas que os direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens não dependerão do fato de terem nascido homens ou mulheres.**

IDENTIDADE DE GÊNERO – refere-se à experiência **interna e individual** de gênero de uma pessoa, profundamente sentida, que **pode ou não corresponder à fisiologia da pessoa ou ao sexo designado no nascimento.**

NORMAS DE GÊNERO – concepções de como homens e mulheres devem ser e agir, dentro de um âmbito que **é definido por uma determinada sociedade**, cultura ou comunidade naquele momento. Internalizamos e aprendemos essas “regras” no início da vida. Esta socialização de gênero começa cedo e continua ao longo do ciclo da vida.

MASCULINIDADES – o termo se refere ao **significado social do masculino**, que é construído e definido pelo contexto social, histórico e político, em vez de ser

conduzido pelo contexto biológico. Existem muitas definições sociais que foram construídas para o homem e estas podem mudar ao longo do tempo e de um lugar para outro. O termo refere-se a noções e ideais compreendidos sobre como os homens devem ou se espera que eles devam se comportar em cada ambiente. As masculinidades são incluídas apenas homens. As mulheres também desempenham e produzem o significado e as práticas do masculino.
SEXO –características físicas e biológicas que distinguem o masculino do feminino.

Ainda no *Kit Barbearia HeforShe*, cabe ainda recuperar o um Workshop chamado *O que te faz um homem*, com três tópicos a serem desenvolvidos: tópico 1, *O que é gênero*; tópico 2, *O que te faz um homem*; tópico 3, *O que é violência*, que explorarei na seção seguinte.

A proposta de discussão do primeiro tópico tem como objetivo que, ao final da prática, os participantes entendam a diferença entre sexo e gênero e os estereótipos de gênero de sua sociedade, sendo este termo definido como “a maneira como homens e mulheres devem se comportar” (HEFORSHE, 2017, p. 32). A metodologia proposta é que o mediador/ministrante peça aos participantes que descrevam características que associam a homens e a mulheres, dispondo-as neste quadro:

HOMEM	MULHER

Figura 4: Quadro de características He vs. She
Fonte: HeforShe (2017, p. 33)

Cabe ao ministrante destacar as características que são físicas, biológicas, dizem respeito ao sexo e que as sociais dizem respeito ao gênero. Então, grupos de discussão devem ser formados com o objetivo de discutir quais características são comuns a homens e mulheres, quais não e por quê.

Há um guia para motivar a reflexão em que constam perguntas que podem ser classificadas como **descritivas**, como *Você acha que homens e mulheres são criados da mesma maneira?*, **avaliativas**, como *Você acha que essas diferenças nos papéis dos homens e das mulheres criam desigualdade e discriminação?* Em caso afirmativo, como e para quem?, e **propositivas**, estas funcionando como uma interpelação aos sujeitos se constituírem HeforShe: *Como você pode contribuir para alcançar a igualdade de gênero profissionalmente?*

No segundo tópico, o objetivo é “[...] compreensão **mais profunda** das formas em que as normas de gênero afetam a vida de homens e mulheres e como essas expectativas podem limitar os indivíduos a **alcançar todo o seu potencial**” (HEFORSHE, 2017, p. 37, grifos meus). A metodologia proposta é a de ouvir os participantes em suas experiências tendo como eixo situações em que ouviram que deveriam agir “como homens” e “como mulheres”. As orientações para mediação incluem perguntar como esses participantes se sentiram nessas situações e por que eles acham que as pessoas lhes fizeram/fazem esse tipo de apelo.

Como resultado, essa dinâmica deve sensibilizar os presentes para as noções de normas sociais e de que essas normas causam desconforto, constrangimento, e de que impedem as pessoas de desenvolverem seus interesses e potencialidades.

Um segundo momento inclui conversas em grupos menores a partir de questionamentos sobre de que forma as normas sociais afetam homens e mulheres (perguntas como: *De que forma viver e se sujeitar ao que está escrito na caixa²⁹ afeta o bem-estar dos homens? De que forma isso afeta o bem-estar das mulheres?*) como pessoas que não se adequam às normas são tratadas e quais medidas que os participantes podem tomar para “promover uma mentalidade mais aberta” às normas que determinam comportamentos como masculinos ou femininos.

²⁹ A “caixa” é a divisão a ser feita em um quadro com comportamentos socialmente tidos como “de homem” e “de mulher”.

Tomo esses trechos como emblemáticos das regularidades que se apresentam na cartilha Barbearia HeforShe e nos documentos que apresentam a campanha³⁰ e que constroem os sujeitos gendrados que estão em questão.

Uma primeira regularidade é a de que há características fisiológicas, biológicas – e, portanto, pré-sociais – que são associadas ao sexo e que produzem a cisão masculino e feminino. A leitura social dessas características constitui as feminilidades e masculinidades, as normas de gênero. Nesse movimento discursivo, marcado pela instituição dos verbetes e pelas práticas que evocam características representativas de homens e mulheres e as organizam em sexo-gênero; homem-mulher, instituem-se os sujeitos jurídicos que estão em questão para a HeforShe³¹.

A partir daí, uma segunda regularidade: esses operadores técnicos – sexo, gênero e suas subcategorias – são a base para discutir as categorias **diferença** e **desigualdade**. O papel do mediador é organizar o saber dos participantes de modo a determinar que algumas diferenças são pré-sociais – as biológicas – e outras, as de papéis sociais, são um problema para todos na medida que contêm a potência dos homens e mulheres.

A cartilha propõe essa organização reiteradamente. No primeiro tópico do Workshop *O que te faz um homem*, o termo “papel” é utilizado para descrever as atitudes socialmente esperadas de homens e mulheres, o que é formulado em perguntas como:

Como você descreveria **o papel dos homens nas relações íntimas?** E **o papel das mulheres?** Nossa percepção **dos papéis de gênero é afetada pelos membros da nossa família e nossos amigos?** Como? A mídia tem influência sobre os papéis de gênero? Se sim, de que forma? Como a mídia apresenta as mulheres? Como ela apresenta os homens? **Você acha que essas diferenças nos papéis dos homens e das mulheres criam desigualdade e discriminação?** Em caso afirmativo, como e para quem? (HEFORSHE, 2017, p. 34, grifos meus)

O uso de termos como “papel” e “afetar” sugerem que há, de antemão, uma categoria de homem e de mulher que “cumpre um papel” e que tem “percepções afetadas e influenciadas” pela família, mídia etc. Assim, ainda que dentro do eixo sexo-gênero, as reflexões da cartilha concentram-se no termo à esquerda, no âmbito social, em que a diferença seria, na verdade, desigualdade. É justamente aí que a HeforShe pretende incidir: seu caráter enquanto campanha

³⁰ A apresentação da HeforShe no site da ONU; o documento *Visão Geral*.

³¹ Eixo que, cabe destacar, Butler (2016) subverteria, pois a autora reiteradamente afirma que ler o gênero a partir do sexo é uma forma de tomar algumas normas como dadas. O efeito disso, em uma campanha que se propõe global, é universalizar categorias a partir de um domínio de saber local e colonial

é o de corrigir, organizar a sociedade de outra forma, mais funcional ao desenvolvimento sustentável³².

A construção desses sujeitos jurídicos, homens e mulheres, marcados pela diferença sexual, imexível, e pela social, modificável e pauta urgente de transformação, traz alguns efeitos que destaco aqui.

A primeira delas é o reforço da heterossexualidade como forma de relação ideal entre os gêneros. Cabe, para isso, destacar partes da Ferramenta n.º 5, o tópico 3, do Workshop *O que te faz um homem?*, cujo título é *O que é violência?*. Nesse tópico, há mais um verbete de apoio aos organizadores com o seguinte conteúdo:

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero continua sendo uma das violações dos direitos humanos mais predominantes em todo o mundo. A violência de gênero refere-se à violência que atinge indivíduos ou grupos de indivíduos com base em seu gênero que pode resultar em danos físicos, sexuais ou psicológicos. As formas de violência relacionadas à violência de gênero incluem, mas não estão limitadas a:

VIOLÊNCIA EMOCIONAL Violência manifestada por insultos, humilhações, ameaças, controle, falta de carinho etc. As consequências para homens e mulheres podem ser baixa autoestima, desconfiança e insegurança emocional.

VIOLÊNCIA FÍSICA Violência expressa por socos, chutes, empurrões e outros atos que podem provocar lesões, colocando em perigo a saúde de um homem ou de uma mulher.

ASSÉDIO SEXUAL Inclui propostas indecentes, observações sexuais verbais, palavras obscenas e pressão para ter relações sexuais sem consentimento da outra parte.

ABUSO SEXUAL Refere-se a qualquer tipo de contato físico (sexual) íntimo entre adultos e entre um adulto e uma criança (no caso de abuso sexual infantil).

ESTUPRO Imposição da prática sexual por ameaça ou violência física.

(HEFORSHE, 2017, p. 44)

No item *Processo*, em que é explicado como a atividade deve ser ministrada, a instrução é a seguinte:

³² Nesse movimento, o uso de uma barbearia HeforShe como espaço para ressignificar concepções sobre masculinidade é simbólica; a campanha assume que em barbearias e vestiários os homens falam sobre ser homens; logo, podem repensar, “corrigir” seus papéis:

A maioria dos homens já foi a uma barbearia. São espaços onde homens batem papo e onde comportamentos e posições sobre as relações de gênero, incluindo o que significa ser um homem, são aprendidos, discutidos e reforçados. Embora as relações entre homens e mulheres sejam muitas vezes discutidas entre homens em barbearias (ou vestiários), essas conversas muitas vezes refletem os papéis estereotipados de mulheres e homens e raramente abordam os sérios problemas enraizados nas questões da desigualdade de gênero (HEFORSHE, 2017, p. 7)

Explique aos participantes que o objetivo desta atividade é **discutir e analisar os diversos tipos de violência nos relacionamentos**.

Primeiro, peça aos participantes que se sentem em círculo e pensem por alguns minutos, em silêncio, sobre as diferentes formas de violência em relacionamentos íntimos (controle, coerção, grito), bem como violência física.

Em seguida, peça aos participantes que compartilhem seus pensamentos com o grupo durante 5-10 minutos aproximadamente. Escreva as respostas no flipchart. Os participantes provavelmente identificarão atos violentos que se enquadram em diferentes tipos de violência como descrito na caixa acima.

Discuta as respostas com o grupo. Os participantes têm uma compreensão semelhante da violência? Houve respostas únicas que valessem a pena explorar com mais detalhes? Examine as definições de diferentes tipos de violência, explicando cada uma rapidamente, ao mesmo tempo que avisa os participantes que não existe uma definição concreta ou simples de violência. Pergunte ao grupo se eles compreendem a diferença entre esses tipos de violência. Discuta por alguns minutos, se necessário, antes de dividir os participantes em grupos com base no gênero para que cada grupo lide com as perguntas abaixo (HEFORSHE, 2017, p. 43, grifos meus).

Ao restringir a discussão sobre violência ao âmbito familiar, embora em nenhum momento textualize-se que uma relação íntima se dê apenas entre homens e mulheres, o papel social que a dinâmica questiona é relacional entre essas duas categorias. Questiona-se se apenas homens agredem ou se mulheres também o fazem, mas não se tematizam diferentes configurações familiares, por exemplo. A seção sobre violência da cartilha, a exemplo do restante dos materiais da HeforShe, elide de suas discussões a pluralidade de afetos entre sujeitos. A estratégia discursiva em questão não é a de condenar ou negar a pluralidade, mas de silenciá-la, excluí-la dos termos a serem representados.

A primeira pergunta a ser discutida em pequenos grupos é, por exemplo, “Quais tipos de violência ocorrem nas relações íntimas entre homens e mulheres?” (HEFORSHE, 2017, p. 45). Acessória ou não, ao que parece, a heterossexualidade segue compondo a performance de gênero na campanha.

Cabe também destacar mais um desdobramento do sujeito sexuado em gendrado em HeforShe, a relação da família saudável com a comunidade saudável. Se, no dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988), a família era o lugar em que as relações saudáveis ou não determinariam a sanidade “sexual” de quem a compunha, a relação íntima saudável, essa em que a violência está sob controle/gestão, produz pessoas saudáveis e comunidades com papéis de gênero menos “afetados”; é possível fazer essas inferências pareando as perguntas dos três Workshops:

Você acha que homens e mulheres são criados da mesma maneira?

Nossa percepção dos papéis de gênero é afetada pelos membros da nossa família e nossos amigos? Como?

[...]

De que forma viver e se sujeitar ao que está escrito na caixa afeta o bem-estar dos homens? De que forma isso afeta o bem-estar das mulheres? De que forma viver e se sujeitar ao que está escrito na caixa limita e influencia a vida e os relacionamentos de um homem?

De que forma o que está escrito na caixa influencia e limita a vida de uma mulher? Existem exemplos de homens na sua comunidade que não atendem às expectativas de como os homens devem ser e agir? Que tipos de desafios esses homens enfrentam? Como eles são tratados?

[...]

Quais tipos de violência ocorrem nas relações íntimas entre homens e mulheres? O que causa essa violência?

Quais são os tipos de violência comuns dentro do âmbito familiar? O que causa essa violência?

Existem tipos de violência que se relacionam com o gênero de uma pessoa?

Qual é a forma mais comum de violência usada contra as mulheres?

Quais são, para você, as causas da violência doméstica ou da violência de gênero?

Quais são as consequências da violência entre as pessoas? Em nossos relacionamentos? **Na comunidade local?**

Você acha que existe uma ligação entre nossas concepções de masculinidade e a violência contra as mulheres?

O que podemos fazer individualmente para construir relações íntimas saudáveis? Como podemos fazer isso com nossos parceiros?

O que você pode fazer, **como indivíduo**, ao testemunhar a violência de gênero?

O que você pode fazer em colaboração com outros para eliminar a violência em sua comunidade? (HEFORSHE, 2017, p. 45)

As masculinidades e feminilidades dos sujeitos HeforShe, portanto, são alvo de gestão no âmbito doméstico e fora dele de forma a naturalizar e reforçar o eixo sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2016), ainda não engessem uma norma estritamente heterossexual.

Também o eixo em questão é reforçado na relação biológico-social, o que inibe, por exemplo, a proliferação de gêneros que não sejam masculino ou feminino. Este é, inclusive, outro aspecto pouco presente no material analisado, à exceção de um pequeno trecho e instrução no Tópico 1: “Mude os títulos das colunas: “Homem” se torna “Mulher” e vice-versa. Pergunte aos participantes se as respostas abaixo da coluna “Homem” ainda se aplicam à “Mulher” e vice-versa” (HEFORSHE, 2017, p. 33).

Essa instrução antecede a orientação para que o mediador separe os grupos para conversarem sobre as diferenças entre homens e mulheres; pressupõe-se, portanto, que haja diferenças entre as duas colunas e que o exercício de troca as tenha evidenciado. A questão é que, nessa lista, como disse, constam possivelmente características que são delimitadas pelo mediador como pré-sociais, biológicas; nesse movimento de “simular uma troca”, é todo um eixo sexo-gênero, assumido pela campanha, que sofre interdição; não é testado “trocar” sexo

com gênero, por exemplo, assumindo os paradigmas “cis-gênero” “transgênero”. A instituição dos sujeitos representados pela HeforShe, portanto, segue uma ordem binária no interior do eixo sexo-gênero, pautando pouquíssimo construções de homens e de mulheres fora dele ou mesmo a constituição de outros sujeitos gendrados.

4.4 HOMENS DE BEM

Na HeforShe, solidariedade é o termo que relaciona os dois sujeitos jurídicos em questão. Até aqui, agenciei duas redes diferentes em que o termo se insere.

A partir de Fassin (2012), explorei como solidariedade funciona na relação assimétrica entre quem precisa e quem oferece ajuda. Como destaca o autor, o termo “que sofre”, tomado em sua condição de vivente, ocupa essa posição de forma a esvaziar sua agência.

Humanitarianism, in de pen dently of the goodwill of the rescuers, constructs an unequal relationship between the one giving aid and the one being aided. The fact is attested in any number of places where the urgency of a disaster reduces the condition of victims to their bare physical existence and prompts ambiguous impulses of pity and solidarity. The recipients are not blind to the way they are being treated, particularly when they are from disadvantaged backgrounds, as the stigma of poverty intensifies the stigma of misfortune (FASSIN, 2012, p. 193)

Em Mohanty (2003), diferentemente, a relação de solidariedade é evocada para a construção, por e entre aqueles que sofrem, de enfrentamentos às causas da desigualdade.

[...] my focus now is on what I have chosen to call an anticapitalist transnational feminist practice—and on the possibilities, indeed on the necessities, of cross-national feminist solidarity and organizing against capitalism. While “Under Western Eyes” was located in the context of the critique of Western humanism and Eurocentrism and of white, Western feminism, a similar essay written now would need to be located in the context of the critique of global capitalism (on antiglobalization), the naturalization of the values of capital, and the unacknowledged power of cultural relativism in cross-cultural feminist scholarship and pedagogies. [...] An analysis that pays attention to the everyday experiences of tribal women and the micropolitics of their ultimately anticapitalist struggles illuminates the macropolitics of global restructuring. It suggests the thorough embeddedness of the local and particular with the global and universal, and it suggests the need to conceptualize questions of justice and equity in transborder terms. In other words, this mode of reading envisions a feminism without borders, in that it foregrounds the need for an analysis and vision of solidarity across the enforced privatized intellectual property borders of the WTO [...] What does the above analysis suggest? That we—feminist scholars and teachers—must respond to the phenomenon of globalization as an urgent site for the recolonization of peoples, especially in the Two-Thirds World. Globalization colonizes women’s as well as men’s lives around the world, and we need an anti-imperialist, anticapitalist, and contextualized feminist project to expose and make visible the various, overlapping forms of subjugation of women’s lives. Activists and scholars must also identify and reenvision forms of collective resistance that women,

especially, in their different communities enact in their everyday lives. It is their particular exploitation at this time, their potential epistemic privilege, as well as their particular forms of solidarity that can be the basis for reimagining a liberatory politics for the start of this century. I suggest that a “comparative feminist studies” or “feminist solidarity” model is the most useful and productive pedagogical strategy for feminist cross-cultural work. It is this particular model that provides a way to theorize a complex relational understanding of experience, location, and history such that feminist cross-cultural work moves through the specific context to construct a real notion of the universal and of democratization rather than colonization. It is through this model that we can put into practice the idea of “common differences” as the basis for deeper solidarity across differences and unequal power relations (MOHANTY, 2003, p. 509-518).

Embora o sofrimento justifique, em ambos os casos, a ação, a distância entre as duas formas de solidariedade está, portanto, nos termos da relação (abastado vs. sofredor ou oprimido com oprimido); na identificação da causa do sofrimento (mazela humana ou capitalismo) e na proposta de ação (caridade ou emancipação).

O movimento de solidariedade proposto pela HeforShe aproxima-se, com efeito, da relação humanitária e assimétrica que pontua as relações de dominação contemporâneas, não as e resistência. Se, por um lado, há o apelo pela paridade institucional, a agência dessa mudança é atribuída aos líderes “de hoje”, os homens, o que se verifica nos apelos para que sejam agentes de mudança, agentes de transformação etc.

Como efeito, é a figura masculina que é preconizada nos Kits de ação (HEFORSHE, [2014]h, 2017) e louvada em sua adesão; para além do direcionamento dos materiais de instrução, a construção imagética da campanha é voltada para os homens e sua agência, não para as mulheres:





Figura 5: Homens HeforShe
Fonte: HeforShe, 2018

Por este caminho, a HeforShe inscreve seus sujeitos juridicamente representáveis na aporia humanitária que compõe as relações e a gestão da vida contemporânea, em que há uma assimetria constitutiva entre os que acessam os espaços institucionais e os que não e, entretanto, a identificação dos primeiros pelos segundo como iguais os sensibiliza moralmente.

5 TECNOLOGIAS

Nos capítulos anteriores, defendi que a igualdade de gênero como tematizada na HeforShe (i) compõem a agenda de desenvolvimento sustentável, na qual a gestão dos corpos visa a sua inclusão no ciclo de produção e consumo de maneira mais eficiente possível (ii) produz sujeitos jurídicos/representáveis no interior de um eixo sexo-gênero-desejo, cuja relação é mediada por uma forma de solidariedade com implicações políticas na produção e saber e nas relações de poder do domínio. Agora, proponho-me a explorar duas estratégias que perpassam toda a campanha, servindo à instituição do domínio da igualdade de gênero e à sua difusão como pauta universal: a autoria e o regime de visibilidade das redes sociais. Passo a apresentá-los e descrevê-los.

5.1 AUTORIA

Os enunciados, na HeforShe, são organizados em relação a um saber sobre igualdade de gênero e a “alguém que sabe”, o autor. Assumo, entretanto, que é preciso cindir a categoria autor em duas para analisar o corpus, porque há mais de um funcionamento autor-saber em jogo.

Uma delas pode ser chamada de autor-autoridade, cuja figura aqui é a da ONU Mulheres, autora da campanha HeforShe, que se coloca como instituidora e gestora da pauta igualdade de gênero, associando-a e associando-se à noção de justiça e de progresso. Para essa posição, as proposições da *Ordem do Discurso*, da *Arqueologia do Saber* e da conferência *O que é um autor* em Foucault, em que o autor é esse que centraliza e organiza o saber, produzindo um efeito de obra e/ou de “dizer primeiro” fazem sentido³³.

Em contramedida, o apelo ao esforço global e a estratégia de adesão em HeforShe exigem que a autoria seja pensada também em um outro regime, no qual a dispersão tenha mais ênfase do que a centralização. Para essa outra dinâmica, o deslocamento proposto por Buturi

³³ Em um funcionamento coerente a essa noção de autoria, Maingueneau (2008) vai falar em Discurso Constituinte, esse que quer se colocar em um status privilegiado com o saber, fundando nessa relação uma autoridade. Autor e enunciado, portanto, aparecem nessa categoria intimamente imbricados em uma operação de poder centralizadora e diferenciadora.

Junior (2016), em que a autoria relaciona-se com a ética, será assumido e utilizado como categoria para analisar aqueles que “se tornam HeforShe”.

5.1.1 O autor-autoridade

Para pensar essa relação com o saber, é necessário ter em vista que a campanha HeforShe tem como autor um braço da Organização das Nações Unidas, a ONU Mulheres, não se associando, portanto, a um autor-indivíduo, mas de um efeito de autoria institucional, que se produz segundo táticas e estratégias específicas.

A partir disso, retomo que, na *Ordem do Discurso*, Foucault (2014, p. 20) traz o comentário como um dos procedimentos internos de regulação discursivos, cuja função é a de controlar o acontecimento e o acaso do enunciado:

Suponho, mas sem ter muita certeza, que não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza. Em suma, pode-se supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que “se dizem” no decorrer dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão por dizer. (FOUCAULT, 2014, p. 21)

Nessa dinâmica, a função-autor (FOUCAULT, 2011) ou, nos termos da *Ordem do Discurso*, a noção de autor associa-se à de comentário para estabelecer a distinção entre os primeiros grupos de enunciados, em cuja riqueza e origem se acredita, e as enunciações que os repetem ou reformulam, que acessam essa pretensa riqueza.

Isso porque o **autor** é um par do sujeito fundante, que dispõe das unidades da língua para que se formem textos com uma relação completa com o sentido; isso é possível porque esse autor acessa/acessou a verdade das coisas (experiência originária) e, claro, o trabalho de linguagem que constitui a obra (também criticada como conceito metafísico na *Arqueologia*) possibilita o acesso a essa verdade (mediação universal) (FOUCAULT, 2014, p. 45).

Esse efeito de saber que institui uma autoridade é, afinal, uma estratégia de poder que, no caso de instituições como a ONU, pode ser pensada como partícipe do movimento que se consolida a partir de uma rede de discursos constituintes, nos moldes de um discurso constituinte (MAINGUENEAU, 2008). Este se pretende fundante, se esforça para ocupar o

lugar dos textos primeiros como propostos em Foucault (2012). Maingueneau os apresenta como o discurso religioso, filosófico, literário e, com relação a como tais discursos procuram se instituir superiores com relação a outros, coloca:

A pretensão desses discursos, assim chamados por nós de “constituintes”, é de não reconhecer outra autoridade além da sua própria, de não admitir quaisquer outros discursos acima deles. Isso não significa que as diversas outras zonas de produção verbal (a conversação, a imprensa, os documentos administrativos etc.) não exerçam ação sobre eles; bem ao contrário, existe uma interação constante entre discursos constituinte e não constituintes, assim como entre discursos constituintes. Mas faz parte da natureza dos discursos constituintes negar essa interação ou pretender submetê-la a seus princípios. Eles operam a mesma função na produção simbólica de uma sociedade, uma função que poderíamos chamar de *archeion*. Esse termo grego, étimo do latino *archivum*, apresenta uma polissemia interessante para nossa perspectiva: ligado a arché, “fonte”, “princípio”, e a partir daí “comando”, “poder”, o *archeion* é a sede da autoridade, um palácio, por exemplo, um corpo de magistrados, mas também os arquivos públicos. O *archeion* associa assim intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão da memória (MAINGUENEAU, 2008, p. 37-38).

A noção de constituição é jurídico-política abarca o duplo aspecto de uma legitimação via institucionalização (uma posição social) e de uma organização enunciativa estabilizada (textual), disposição dos constituintes linguísticos (MAINGUENEAU, 2008, p. 39); assim, os relatórios, os planos de ação, serão os gêneros privilegiados de instituição dessa autoria específica e a forma de colocar certo número de proposições na posição de texto-fonte.

5.1.1.1 A ligação com o absoluto

Os discursos que procuram se instituir como autoridade têm uma posição específica com relação ao saber - uma conexão privilegiada com o absoluto. Maingueneau (2008, p. 39) coloca:

[...] para não se autorizarem apenas por si mesmos, devem aparecer como ligados a uma Fonte legitimadora. Eles são ao mesmo tempo auto e heteroconstituintes, duas faces que se supõem reciprocamente: só um discurso que se constitui tematizando sua própria constituição pode desempenhar um papel constituinte para outros discursos. O paradoxo constitutivo do funcionamento de tais discursos é que esse absoluto que os autoriza é supostamente exterior ao discurso para lhe conferir sua autoridade, mas deve ser construído por esse mesmo discurso para poder fundá-lo. Se tomamos o

exemplo do discurso humanista devoto [...] veremos que ele instaura a figura de um Deus “manso” para legitimar sua doutrina contrarreformista, mas essa “mansidão” é na verdade elaborada pelos próprios textos que a reivindicam.

No caso das proposições da ONU Mulheres, o modelo é o da cartilha: nada está em discussão, e isso porque, como já discuti, a igualdade de gênero é colocada como o único caminho para o progresso da humanidade, para o desenvolvimento sustentável. A instância que legitima esse objetivo, com efeito, é a própria ONU:

2. La Asamblea General, en su resolución 64/289 sobre la coherencia en todo el sistema, estableció la Entidad de las Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres (ONU-Mujeres) y le encomendó el mandato de asistir a los países y al sistema de las Naciones Unidas a avanzar con más eficacia y eficiencia en la consecución del objetivo de la igualdad entre los géneros, el empoderamiento de la mujer y la defensa de los derechos de la mujer. La resolución insta a ONU-Mujeres a dirigir, coordinar y promover la rendición de cuentas del sistema de las Naciones Unidas respecto de su labor relativa a la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer, por conducto de mecanismos como la Junta de los Jefes Ejecutivos del Sistema de las Naciones Unidas para la Coordinación (JJE), su Comité de Alto Nivel sobre Programas y su Comité de Alto Nivel sobre Gestión, el Grupo de las Naciones Unidas para el Desarrollo y la Red interinstitucional sobre la mujer y la igualdad entre los géneros.

3. En reconocimiento del hecho de que ningún país ha logrado la igualdad de género, el mandato normativo universal de ONU-Mujeres apoya la elaboración y el fortalecimiento de normas y estándares a nivel internacional, regional y nacional, junto con su aplicación por medio de actividades operacionales y de coordinación, al tiempo que sirve de base para la elaboración de dichas normas y estándares conforme a su experiencia sobre el terreno. La Plataforma de Acción de Beijing, la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer, la Declaración del Milenio de las Naciones Unidas y los instrumentos y resoluciones de las Naciones Unidas que sean aplicables a la igualdad entre los géneros y el empoderamiento de la mujer constituyen el marco de la labor de ONUMujeres (ONU, 2013a, p. 2-3) .

A legitimidade da pauta e a forma e pautar igualdade de gênero, portanto, se assentaria na autoridade da ONU Mulheres, que, no entanto, é autorreferente. Nessa estratégia, uma organização transnacional acaba conferindo a si a autoridade de instituir um domínio e de, nos termos da *Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2014, p. 2), um princípio de rarefação do discurso.

No mesmo documento, item B, *Situación y tendencias del logro de la igualdad entre los géneros, los derechos de la mujer y el empoderamiento de la mujer*, há uma série de dados e referências, e as fontes são predominantemente relatórios com autoria da ONU, do Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde, Organização Mundial do Trabalho.

Pode-se afirmar que a rede de enunciados às quais a ONU Mulheres, autora da campanha HeforShe, procura se inserir faz uso privilegiado dos relatórios e planos de ação,

textualizando informações que assume como mundial – mas que são de sua lavra e materializam suas políticas. O efeito é o de colocar-se como detentora de um saber objetivo, inquestionável, tanto pelo caráter do dado quanto pela abrangência mundial. Por meio dessa estratégia, a organização procura inscrever suas enunciações no status de texto-primeiro, de enunciados.

5.1.1.2 A comunidade discursiva

É preciso analisar ainda a relação dessa autoridade autoinstituída com outros órgãos e instituições. Ainda na esteira do que argumenta Maingueneau (2008, p. 142) e em consonância com a dinâmica de saber-poder aqui assumida, “[...] os textos dos relatórios das organizações internacionais são também o lugar em que se autolegitima a comunidade discursiva que produz esses textos”.

No caso da HeforShe, a estratégia de autolegitimação é a de centralizar a pauta, mas assumir que esse movimento não faz com que se perca de vista a diversidade das mulheres ao redor do mundo, num funcionamento discursivo que, ao que parece, sugere a adesão ao modelo descrito por Hardt e Negri (2001), no qual o direito de intervenção materializa-se por enunciados universalizantes.

Na aba *Sobre a ONU Mulheres*, do site institucional (ONU MULHERES, [2010]a), há um aparente paradoxo entre uma entidade que “[...] foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres.”, reforçando o caráter anônimo dessa criação, e o esforço por explicitar a heterogeneidade que compõe a instituição:

[...] Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais [...] Por meio de parcerias com a sociedade civil, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, universidades, empresas e o sistema das Nações Unidas, a ONU Mulheres defende os compromissos internacionais assumidos pelos Estados-Membros da ONU com os direitos humanos das mulheres.

Constrói-se assim que a humanidade está representada pela organização. Mais do que isso, a humanidade é o *alvo* a organização, posto que a igualdade de gênero é o caminho para o progresso, para o alcance da potência máxima da sociedade. A comunidade discursiva

paradoxalmente instituída nessa rede de enunciados, portanto, é o mundo todo, e o elemento que articula essa comunidade é ela mesma.³⁴

A ONU Mulheres, colocando-se na posição privilegiada de saber, objetifica a comunidade em questão criando dados que a mapeiem. No documento *Visão Geral* (HEFORSHE, [2014]l, p. 2), cuja reprodução consta no primeiro capítulo deste trabalho, os dados sobre a situação das mulheres no mundo colocam a instituição na posição de quem sabe, de quem pode tomar a comunidade como objeto.

Depois de apresentado o objetivo e o problema, os planos de ação, direcionados a empresas, governos e universidades enquanto parceiros, trazem pilares estratégicos³⁵, tópicos em que as ações devem se focar para promover a igualdade de gênero. Cada um desses pilares traz as seções *O Desafio*, em que são assumidos dados que justifiquem a temática, e *Como os homens e a campanha eles podem se envolver e apoiar o progresso, em que os caminhos de ação são apontados*. A título de exemplo, reproduzo o tópico *Acabar com a violência contra as mulheres* (HEFORSHE, [2014]d, p. 17-18, grifos meus):

O DESAFIO A violência contra mulheres e meninas é uma epidemia global que afeta pelo menos uma em cada três mulheres e meninas durante sua vida. Seu impacto varia entre múltiplas consequência: físicas, sexuais e mentais, imediatas ou em longo prazo, incluindo a morte. De acordo com dados disponíveis, o parceiro íntimo e a violência sexual por homens que não sejam parceiros das vítimas são as formas mais comuns de violência contra a mulher, mas esta também se manifesta de muitas outras formas, incluindo agressões sexuais, perseguição e assédio, feminicídio ou feminicídio (assassinatos de mulheres relacionados ao gênero), tráfico de mulheres e mutilação genital feminina. **Afeta negativamente o bem-estar físico, mental e geral das mulheres e as impede de participar plenamente da sociedade. A violência não tem apenas consequências negativas para as mulheres, mas também às suas famílias, comunidades e ao país em geral.** Tem enormes custos, desde um maior gasto com saúde e despesas legais, até perdas de produtividade, impactando os orçamentos nacionais e o desenvolvimento geral. Décadas de mobilização da sociedade civil e de movimentos feministas e de mulheres puseram o fim da violência baseada no gênero como prioridade nas agendas nacionais e internacionais. Um número sem precedentes de países tem leis contra a violência doméstica, agressões sexuais e outras formas de violência, mas ainda há muitas falhas nessas leis em áreas como o estupro no casamento. Igualmente preocupante é que a implementação de leis e políticas para combater a violência contra as mulheres tem sido lenta e desigual em muitas partes do mundo, o que limita o acesso de mulheres e meninas à segurança, justiça e apoio. Não está sendo feito o suficiente para prevenir

³⁴ Defendo que essa objetivação da humanidade via discurso de representação pode ser entendida como um esforço humanitário (FASSIN, 2012), uma forma de gestão dos corpos contemporânea que legitima a existência de populações em situação de fragilidade social via argumentos morais, não jurídicos. Como bem pontua Candiottio (2019), muitas vezes o aparato jurídico encobre essa moralidade calcada na “piedade”, no “sofrimento”, configurando uma estratégia (bio)política de *gestão* desses grupos socialmente tomados como frágeis.

³⁵ Os pilares são os seguintes: empoderamento econômico das mulheres, acabar com a violência contra as mulheres, governança e liderança, paz e segurança (HEFORSHE, [2014]l, p. 14).

a violência, e quando isso ocorre, muitas vezes a violência passa sem ser denunciada e permanece impune.

COMO OS HOMENS E A CAMPANHA ELESPORELAS PODEM SE ENVOLVER PARA APOIAR O PROGRESSO **Acabar com a violência contra as mulheres requer uma abordagem abrangente que envolva ativamente todos os segmentos da sociedade. Dessa forma, todos os homens têm um papel a desempenhar.** O movimento ElesPorElas (HeForShe) fornece uma plataforma na qual, primeiramente e acima de tudo, homens e meninos podem prevenir a violência contra mulheres e meninas **estando conscientes sobre suas próprias atitudes, valores e comportamentos em relação às mulheres, mudando quando necessário, e garantindo que eles não se envolvam pessoalmente em nenhuma discriminação ou violência.** Nos casos em que a violência já foi perpetrada, **os homens podem tomar a iniciativa de buscar apoio para mudar o seu comportamento de forma a não cometer violência novamente.** Se cada homem assumisse a responsabilidade por si mesmo, isso por si só seria suficiente para acabar com a violência contra as mulheres. Em segundo lugar, **homens e meninos podem ser proativos e "intervir" quando testemunharem discriminação ou violência por outros homens.** A intervenção pode assumir muitas formas. Por exemplo, homens e meninos podem expressar desagrado quando os colegas estiverem fazendo comentários sexistas, degradantes ou depreciativos. Eles podem apoiar os amigos a fazerem escolhas respeitadas em situações precárias ou de risco (por exemplo, impedindo-os de fazer abusos sexuais a uma mulher que esteja drogada). Se forem testemunhas de uma situação de violência, eles também podem intervir diretamente após avaliar o contexto e determinar que nenhum mal poderá vir a prejudicar a mulher ou a si mesmos, ou contatar as autoridades competentes, como a polícia, para intervir.

O que emerge em trechos como esse é que, além de instituir uma comunidade discursiva que se articula por sua “metatematização”, há um código de condutas instituído, pronto.

Portanto, por uma via há os gêneros discursivos como relatórios e planos de ação, que marcam a posição de autoria-autoridade em que a ONU Mulheres procura se colocar, diferenciando-se de atores locais e superando-os porque os englobaria e apresentando um saber absoluto sobre a realidade de todos esses atores, de seus sucessos e de seus fracassos. Justificando dessa forma sua autoridade, a organização procura alçar seu dizer à posição de discurso constituinte.

Por outra via, há um esforço por autolegitimar seu dizer a partir da noção de “humanidade”, o que é feito em dois movimentos assimétricos: enquanto representante da humanidade, a ONU engloba a tudo e a todos, tem autoridade para falar de tudo e de todos; paradoxalmente, a tudo e todos, caso queiram incluir-se na categoria humanizados, resta seguir a cartilha.

Ao dizer que partilha, via representatividade, a autoria dos enunciados, e que todas essas vozes têm uma posição, um dizer, o movimento é o de criar um saber-poder, o de legitimar

uma experiência originária e de fundação de um texto-referência. A figura da organização funcionaria quase como que para registro dessa verdade, e se institui assim como autor-enunciador universal. Trata-se de um efeito de poder que pode ser posto em xeque, mas expõe o **caráter centralizador** e a retórica ambígua que, ao pôr em foco a diversidade, tira-lhe efetivamente o espaço de dizer.

5.1.2 O autor ético

Instituída a assimetria, é preciso pensar nos outros termos que compõem a campanha, esses que “se tornam” HeforShe. Cindir a categoria autor, no entanto, não implica afirmar que os funcionamentos são, na HeforShe, independentes. Defendo que a autoria-autoridade e o discurso constituinte dos direitos humanos impõem-se como parte do processo de subjetivação às instituições e para os sujeitos que alcança.

Aqui, pauto-me em Butturi Junior (2016), quando aproxima a autoria contemporânea da noção de um sujeito que se constrói enquanto obra, esteticamente. Butturi constrói essa argumentação calcando-se nas colocações da fase ética foucaultiana, em que as práticas de si como resistência são centrais. Proponho articular essas noções às de transparência e de pornografia como aparecem em Han (2018) e Preciado (2018), porque a produção de si que está em questão na HeforShe se dá majoritariamente nas redes sociais. Defendo que, nesse *topos*, tanto o eixo da produção de si quanto o da exposição de si impõem uma questão: **é possível pensar na produção de si enquanto prática de liberdade em um regime que exige essa produção?** Início por retomar as práticas de si nos estudos foucaultianos, justamente a partir da problematização entre ética, cuidado de si e os prazeres, naquilo que apontam, também, sobre nossos corpos e desejos e sua genealogia.

5.1.2.1 A historicidade das tecnologias de si

Em 2012, Butturi Junior formulou sua tese procurando investigar como os discursos sobre passividade se construíam no Brasil. Assume, então, que não só esses discursos, mas as categorias que lhe dão forma precisam ser investigadas em sua emergência, que, se encontra eco nas práticas Antigas, hoje existem e funcionam diferentemente:

Como objeto discursivo, as práticas sexuais, portanto, devem ser descritas, segundo uma economia que diferencia cada um de seus usos e suas respectivas ontologias:

pensar a sexualidade, então, significa seguir a regularidade que permite sua aparição e traça suas relações conceituais, táticas e subjetivas. [...] Destarte, ainda que na Antiguidade ou no período medieval houvesse uma preocupação com as práticas sexuais, essas estavam referenciadas por tecnologias, conceitos e estratégias que não as que emergirão no século XVIII, culminando com o aparecimento de uma "[...] espécie coerente, homogênea, com suas características físicas e sociais" (ARIES, 1985, p. 81). Trata-se, nesse caso, de descrever diferentes modelos ou discursividades que descrevem ou problematizam, de acordo com jogos de linguagem circunscritos e sobredeterminados, as práticas de prazer com sujeitos do mesmo sexo. [...] Metodologicamente, tais posicionamentos de refração das categorias ontológicas e de assunção das discussões sobre a própria sexualidade na modalidade de discurso devem, portanto, partir de gramáticas bastante específicas, que garantem a normatização das práticas e as categorizam. Usar o corpo e ter experiências de prazer e de desejo não são, então, realidades não discursivas. Se, foucauldianamente, então, usar os prazeres no dispositivo resulta em uma pertença e um entendimento da prática social, esse pressuposto pode ser aproximado de Wittgenstein, para quem falar uma palavra é já falar uma linguagem. Trata-se de circunscrição a regras que extrapolam o limite das linguagens formais e pertencem a ordem do poder e de suas variáveis. (BUTTURI JUNIOR, 2012, p. 54-55)

Na mesma direção, para investigar a produção da subjetividade contemporânea, entendo que seja necessário recuperar a produção da subjetividade enquanto categoria, o que faço a partir da genealogia foucaultiana.

As chamadas artes de viver, no período grego, estabeleciam relações do *fazer* com o *ser*: as atitudes/atividades eram técnicas de aquisição de qualidades moralmente valorizadas (tranquilidade, beatitude). Tais artes envolviam (i) relação com os outros, relação pedagógica (*máthesis*); (ii) relação com a verdade, meditação e reflexão (*meléte*); exercício/prova de si (*áskesis*)(FOUCAULT, 2016, p. 30). As artes de viver estavam calcadas no problema do cuidado de si (*epimeleia heaoutou*), que garantia ao corpo e à produção de si mesmo um lugar central nas reflexões sobre a verdade e o conhecimento.

Nesse ínterim, é na relação dos senhores com os rapazes, esses que futuramente seriam também senhores e que exigiam uma ética diferente da presente em outras práticas sexuais, que se desenvolverá uma tecnologia que vincula o sujeito à verdade, elementos que vão compor também a experiência da carne e a da modernidade:

É a propósito dessa forma de relação sexual entre homem e rapaz, e não a propósito do casamento, que vamos encontrar três elementos que precisamos destacar. Em primeiro lugar, a ideia de que, nos *aphrodisia* e na maneira de conduzir-se a propósito desses *aphrodisia*, é necessário que haja uma verdadeira tecnologia do si, isto é, um acesso do indivíduo ao status de sujeito. Em segundo lugar, a obrigação de dizer a verdade. Tecnologia de si e obrigação de dizer a verdade aparecem, portanto.

Aparecem, é claro, nessa relação homem-rapaz, [mas] o problema da tecnologia do si não diz respeito ao sujeito da atividade sexual; diz respeito ao outro. É uma tecnologia do si com relação ao outro, é determinada maneira de fazer o outro ter acesso ao status de sujeito.[...] É evidente que, quando os *aphrodisia* estiverem ligados a uma arte de conduzir-se na qual a tecnologia do si disser respeito a si mesmo e na qual a obrigação da verdade não for mais aquela que consiste em transmitir a verdade a outrem, e sim descobri-la em si, estaremos num regime inteiramente diferente do regime dos *phrodísia*. (FOUCAULT, 2016, p. 86-87).

A dobra sobre si, com efeito, se dá a partir de uma série de desdobramentos sobre os quais a filosofia estoica e pós-estoica tiveram bastante influência e uma certa noção de desejo começa a se assemelhar com a cristã.

Com relação à confissão na era cristã, Butler (2016) destaca que aparece diferentemente no primeiro volume da *História da sexualidade* (FOUCAULT, 1988) e na conferência *About the beginning of the hermeneutics of the self* (FOUCAULT, 1993), quando a perspectiva metodológica e Foucault já é a que se costuma chamar de fase ética. Em vez de ser tomada como uma tecnologia que exige a verdade do desejo do sujeito, o método confessional será tratado, na conferência, como um dispositivo/tecnologia de produção de si, de verdade sobre si. O ato verbal institui a verdade que o sujeito anuncia de si (FOUCAULT, 1993, p. 200, tradução livre): “[...] nesse sentido, a manifestação não “expressa” um si-mesmo, mas toma seu lugar, e tal substituição é realizada pela inversão do si-mesmo particular em aparência externa.”.

O trabalho sobre si, no caso da carne, tem como questão central a concupiscência e como relação privilegiada o casamento. Está em questão, aí, o “sujeito agostiniano”, esse que deve se casar e ter “domínio de si sobre si”. Nesse caso, a noção de libido está associada à força involuntária e serve de metáfora para o pecado. Cabe destacar que é uma noção de “involuntário” muito diferente dos *aphrodisia* grego, em que esse fator dizia respeito à naturalidade do ato, e a soberania sobre si exigia comedimento/administração das ações, não do desejo. A relação, pois, não é mais do fazer com o ser, mas do ser consigo, com seu desejo.

Em relação à confissão, a questão da carne configura uma tecnologia de si para si, e a sexualidade é o articulador da relação sujeito-verdade na medida em que o sujeito se produz em relação a si pelo desejo. Um estudo sobre a experiência da sexualidade e as práticas de si dos sujeitos na relação com o dispositivo da sexualidade teria de levar em conta as tecnologias que o saber biomédico associados aos elementos cristãos.

A centralidade do desejo na psicanálise, a referência a um biologismo que falaria da verdade do sujeito são elementos que parecem compor o jogo complexo ainda hoje pode mostrar, talvez, alguma continuidade nessas tecnologias de si que, entretanto, parecem estar em

questão e que serão tomadas como questão, neste capítulo, a partir das categorias de produção de si e de visibilidade pornográfica. Primeiro, exploro a categoria *autor* como prática de si.

5.1.2.2 Autoria e prática de si na contemporaneidade

Em *A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita*, Butturi Junior (2016) desvincula a autoria das discussões foucaultianas feitas até agora sobre tema, propondo pensá-la sobretudo a partir dos escritos sobre produção ética dos anos 1980 e das colocações de Butler (2015) em *Relatar a si mesmo*. Vincula autoria, portanto, à “produção de si” que apresentei na seção precedente.

Ao deslocar a função-autor contemporânea dessa forma, mantém a relação dessa categoria ficcional com a organização do saber. Entretanto se, na outra categorização, a autoria institui-se em uma relação aos “enunciados primeiros” de uma sociedade, agora, institui-se na relação ética e estética que leva um sujeito a construir-se. Em outros termos: o efeito de unidade-autoria deixa de ser uma ficção que compõe a obra, a disciplina, e passa a compor a ficção de uma escrita-prática de si.

A autoria é, portanto, pensada como dispositivo com o qual os sujeitos contemporâneos precisam se haver/se relacionar. O eixo central desse argumento centra-se numa forma de ética: assumindo o modelo microfísico de poder, a partir do qual há menos um aparelho incidindo sobre os sujeitos e mais “vetores de força em uma rede de relações microfísicas e intercambiáveis” cujo veículo é sobretudo o corpo, Butturi Junior (2016, p. 509-510) destaca que, na noção foucaultiana de dispositivo e na leitura deleuziana do termo, a *produção* é central na tríade poder-saber-sujeito, “[...] isso corresponde a dizer que o pertencimento ao dispositivo é a condição da ação e a possibilidade de deslocamento deste solo sobre o qual nos produzimos e que é a possibilidade de qualquer produção de si – mais ou menos livre.”.

É possível afirmar, então, que o sujeito aparece como “terceiro elemento, mediano” (BUTTURI JUNIOR, 2016, p. 511) entre o dispositivo e o corpo e, dada a multiplicidade dos processos de subjetivação, também já não caberia uma subjetividade singular. Justamente nessa instância em que o sujeito emerge na relação dos corpos com os dispositivos é que a nova função-autor proposta é possível, se dando como uma agonística dispositivos-corpos em que os

“elementos medianos” têm espaço para promover reinscrições críticas aos processos que os interpelam.

É importante destacar, em termos de aparato teórico, o deslocamento do dispositivo de autoria como *função reguladora* para *função produtora*:

O dispositivo da autoria aqui defendido não recorre às ficções de um poder repressivo e que censura os sujeitos, segundo a ordem de proibições ou de injunções do dizer (ainda que o nome do autor possa funcionar na forma da censura, da marca a ser silenciada, como algumas vezes sugere Chartier). Pelo contrário, o entendimento desse dispositivo assume a produtividade do poder, microfísico e corpóreo. Justamente por isso é que a autoria, ao exigir a desmaterialização da obra em nome do sujeito exterior, origem do sentido e força de sua coerência, pode ser lida como parte de um poder difuso, de tecnologias ubíquas, que coloca em jogo campos distintos e exige o investimento dos indivíduos e de seus corpos em sujeitos – autores, responsáveis dóceis pelo dito, mas que podem inaugurar “[...] inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças.” (FOUCAULT, 2013b, p.30). Foco de instabilidade, então, esse dispositivo autoral guarda no bojo tanto as possibilidades de um deslocamento plástico constante – Deleuze (1990) o afirma, exigindo as transformações dos dispositivos em novos dispositivos – quanto as resistências (já aqui apresentadas) nas discussões de Foucault e recuperadas no conceito de profanação, descrito na seção precedente, defendido por Agamben (2014). Assim, como resistência, deslocamento e profanação, é possível imaginar um remanejamento tático da concepção de autoria. (BUTTURI JUNIOR, 2016, p. 518)

O deslocamento proposto colocaria, então, não a questão da resistência, mas a das práticas de liberdade que a escritura de si tornaria possível:

Agonisticamente, o aparecimento da instância subjetiva é também bipartido. Haveria uma necessária ligação entre sujeito e moral cujo imperativo seria o de se distinguir entre dois “modelos” de intersecção entre código e formas de subjetivação. De um lado, supõe-se a existência de morais sistemáticas, capazes de subsumir todas as formas de comportamento, em que a subjetivação opera com pouca liberdade - dir-se-ia, com menos resistência. De outro lado, no domínio da ética, Foucault salvaguarda a dinamicidade do trabalho sobre si, dando como exemplo o paradigma grego (FOUCAULT, 2009c). [...] Estratégias de luta “renitentes”, “insubmissão” e fronteira entre liberdades e poder são chamadas à baila nessa “agonística”, que define as possibilidades do sujeito contra as identificações e tendo por base formas de subjetivação éticas – ou dessubjetivadas. (BUTTURI JUNIOR, 2016, p. 523-524)

Para pensar a escritura de si, Butturi Junior traz para a conversa as colocações de Judith Butler (2015) em *Relatar a si mesmo*; nelas, a construção de si é, a um só tempo, frágil e inevitável porque, se por um lado, o sujeito se funda em uma relação de interpelação que não solicitou e cujos termos não lhe pertencem, a obrigação de uma resposta a essas interpelações – ou processos de subjetivação – abrem-no um campo ético. Uma vez que esse processo

relaciona o indivíduo com um enquadre que é social, essa forma de construção de si traz consequências para além da categoria do “si mesmo”:

A autora evoca uma consequência fulcral: ao colocar-se criticamente em relação aos regimes de verdade, acabo por questionar o solo onde posso ser, ou seja, os limites de minha condição ontológica são colocados em suspenso (BUTLER, 2015). Mais profundamente, é a não-conformação da vida à norma, no modelo das estéticas da existência, que permite que a autoprodução de formas de subjetividade – aqui, finalmente, positivas – que desfaz a própria capacidade do dispositivo de assujeitar, de exigir e codificar prazeres, práticas e sujeitos. Para Butler (2013), quando Foucault se pergunta sobre “como não ser governado?”, acaba por engendrar uma atitude crítica em que a virtude toma o lugar da resistência. [...] Da contingência dos códigos e dos dispositivos, de uma lado, e das próprias identidades subjetivas, de outro, é que aparece a instância da liberdade e que se inaugura uma “ontologia precária” (BUTLER, 2013, p.172). Para os dois casos, constitutivos de uma crise, são a “profanação” (AGAMBEN, 2014) e o desassujeitamento (BUTLER, 2013, 2015) as formas de desobediência ativa de que dispõe este novo “des-sujeito”. (BUTTURI JUNIOR, 2016, p. 525)

Na relação com um processo de subjetivação, a partir dessa perspectiva, o sujeito se constrói. A heterogeneidade e multiplicidade dos processos garante uma constituição também múltipla, heterogênea e com caráter e dispersão, marcadamente diferente do movimento centralizador que a autoria-autoridade procura instituir.

Uma vez que configura uma ética que reiteradamente constitui o sujeito que se confronta com o outro, cabe explorar também o que defende, em *Relatar a si mesmo*, Judith Butler (2016). A discussão que propõe centra a produção ética de si na dinâmica da interpelação. Esta, afirma, é sempre uma violência na medida em que convoca alguém a responder eticamente a um chamado que não solicitou, mas esse funcionamento obriga esse alguém a responder eticamente, fundando-se então o sujeito.

Explico: as noções de *norma* e de *interpelação* são as articuladoras do sujeito consigo e com o mundo/os outros. De início, é assumido que o sujeito não pode falar de si mesmo de forma “transparente”, ele é opaco a si mesmo, e isso porque o ato que o funda é justamente a interpelação, que é social ou, no mínimo, vinda de um outro. Entretanto, e essa é tese central de Butler nesse volume, isso não nos exime da obrigação de responder ao(s) chamado(s) de forma crítica:

Estamos acostumados a pensar que só podemos nos responsabilizar por aquilo que fizemos, por aquilo cuja origem pode ser atribuída a nossas intenções, nossos feitos. Lévinas rejeita explicitamente essa visão, afirmando que associar a responsabilidade

à liberdade é um erro. Torno-me responsável *em virtude do que é feito para mim*, mas não me torno responsável pelo que é feito para mim se por “responsabilidade” entendemos o fato de eu me culpar pelos ultrajes cometidos a mim. Ao contrário, eu não sou primeiramente responsável em virtude de minhas ações, mas sim em virtude da relação com o Outro que é estabelecida no nível da minha susceptibilidade primária e irreversível, minha passividade anterior a qualquer possibilidade de ação ou escolha. (BUTLER, 2015, p. 117).

Nesse ponto da argumentação, a autora já discutiu e marcou sua posição com relação a alguns aspectos: a opacidade do sujeito é tomada no primeiro capítulo como condição para quem relata a si mesmo, isso porque (i) a formação do sujeito é primariamente uma violência que vem de fora, via interpelação (ii) como consequência, uma narração completa seria impossível: o sujeito não pode dar conta do ato que o fundou; (iii) essa desposseção de si se dá via linguagem, posto que a norma e o quadro de inteligibilidade não pertencem a que narra e na dependência que temos, portanto, dos outros. Para seguir a discussão que propus, me interessa retomar brevemente aspectos dessas colocações.

Na dimensão externa da interpelação aparece em dois eixos de discussão centrais, que são o da *norma* e o do *reconhecimento* do/relação com o outro. A resposta ética a ser dada se constitui necessariamente a partir desses elementos. Grosso modo, portanto, nos relacionamos uns com os outros a partir de quadros de inteligibilidade que são também normativos. A autora destaca que isso não implica em uma “totalidade estruturalista, tampouco como invariabilidade transcendental ou quase” (BUTLER, 2015, p. 37). As falhas no reconhecimento marcam justamente o lugar da ruptura e da abertura crítica.

Nesse ponto de suas colocações, a filósofa delimita uma distância em relação às colocações de Foucault no ensaio *O que é a crítica*: para ele, a ruptura que o sujeito pode operar se dá na relação do si-mesmo com a norma e o risco que se corre ao questioná-la. A proposta de Butler é que o desejo de reconhecer e ser reconhecido impõe, além da pergunta “quem eu posso ser dado o regime de verdade que determina qual é a minha ontologia?”, os questionamentos “quem és tu?” “como devo tratar o outro?”, tópicos que envolvem uma postura ética, um trabalho sobre si que não perde o horizonte da alteridade.

Se entendo que estou te conferindo reconhecimento, por exemplo, tomo com seriedade o fato de que esse reconhecimento vem de mim. Mas no momento em que percebo que os termos pelos quais confiro reconhecimento não são só meus, que não fui eu quem os criou ou os arquitetou sozinha, sou, por assim dizer, despossuída pela linguagem que ofereço. Em certo sentido, submeto-me a uma norma de reconhecimento quando te ofereço reconhecimento, ou seja, o “eu” não oferece o reconhecimento por conta própria. [...] Embora eu pense que estive tendo uma relação com o “tu”, descubro que estou presa em uma luta com as normas. (BUTLER, 2015, p. 39).

O que torna interessante refletir a partir de Butler (2016) aqui é que a impossibilidade de narrar a si mesmo (BUTLER, 2015, p. 49) e a resposta ética que isso exige (p. 109) propõem um sujeito que se constitui *ciente* de sua opacidade e dependência dos outros.

Propondo a se propagar por meio do convite, assumo que na HeforShe a noção de *convite* funciona como um dispositivo geral de subjetivação, mas, mais do que isso, constitui uma tecnologia de si na medida em que o sujeito assume uma postura ética a partir dela. E, se este que se constitui *assume* que parte do que experiencia como “si mesmo” é uma norma compartilhada, é uma exigência de início externa, que a relação de sujeito-verdade é inevitavelmente constituída pelo social, sua *autopoiesis* passa a incluir uma construção política de si.

E se, por um lado, há uma relação indivíduo-sociedade autopoética na medida que é uma produção de si que se realiza como resposta ética aos processos de subjetivação, por outro, é necessário analisar a especificidade de um processo de subjetivação emergente nas últimas décadas: há um regime de visibilidade chamado de (fármaco)pornográfico que funciona como dispositivo que objetiva/subjetiva elementos específicos dos sujeitos. Isso porque, se a autoria-autoridade se institui como discurso constituinte, o sujeito que emerge na relação com esse discurso o faz em um *topos* bastante específico, ao qual me dedico agora.

5.2 REGIME DE VISIBILIDADE

Em *Testo Junkie* (2018) Paul Beatriz Preciado vai defender que há uma forma de gestão da vida que emerge especificamente no pós-guerra ocidental. Nele, o sexo e a sexualidade são produzidos e geridos em relação com o capitalismo contemporâneo (chamado de tecnocapitalismo), com a mídia global e com as biotecnologias (PRECIADO, 2018, p. 27). O regime pós-industrial, global e midiático é denominado pelo autor como farmacopornográfico, e o articulador dos dois eixos (*farmacon e pornô*) é o fluxo:

Somos confrontados com um novo tipo de capitalismo: quente, psicotrópico e punk. Essas transformações recentes impõem um conjunto de dispositivos micropotéticos de controle da subjetividade por meio de protocolos técnicos biomoleculares e multimídia. Nossa economia mundial depende da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteroides sintéticos e órgãos, fluidos e células (tecnossangue, tecnoesperma, tecno-óvulo etc.) tecnicamente modificados; depende da difusão global de um fluxo de imagens pornográficas; depende da

elaboração e distribuição de novas variedades de psicotrópicos sintéticos legais e ilegais (bromazepam, Special K, Viagra, speed, cristal, Prozac, ecstasy, poppers, heroína); depende do fluxo e sinais e circuitos digitais de informação; depende de que todo o planeta se renda a uma forma de arquitetura urbana em que megacidades miseráveis convivem com altas concentrações de capital sexual. [...] o termo [farmacopornográfico] se refere aos processos de governo biomolecular (farmaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos (PRECIADO, 2018, p. 36).

Tematizar esse funcionamento, no qual a gestão da vida e a produção de si são específicas, contribui para a reflexão que desenvolvo aqui porque marca a distância histórica e tecnológica que separa as técnicas de si greco-romanas, as cristãs e as contemporâneas. O que está em questão são as relações tecnologias-corpos, a partir das quais o sujeito se constrói em cada sociedade.

Assim, o autor ético, esse sujeito emblemático da contemporaneidade, existe e pode existir na relação com essas tecnologias farmacopornográficas. Um dos efeitos mais interessantes parece ser a “desinvenção da interioridade” como espaço de verdade: o sujeito já não se produz discursivamente narrando “sua verdade interior”, pelo contrário, existe só pelo que publiciza:

Neste período de gestão técnica do corpo, a indústria farmacopornográfica sintetiza e define um modo específico de produção e consumo, uma temporalização masturbatória da vida, uma estética virtual e alucinógena do objeto vivo, uma arquitetura que transforma o espaço interior em exterioridade e a cidade em interioridade e junkspace por meio de dispositivos de autovigilância imediata e difusão ultrarrápida da informação, um modo contínuo de desejar e resistir, de consumir e destruir, de evoluir e se extinguir. (PRECIADO, 2018, p. 43-44)

Nesse tensionamento do poder com os corpos, Preciado apresenta um conceito filosófico necessário à análise que propõe, a *potentia gaudendi*. Esse fluxo-força orgástica é um elemento relacional (portanto não privado) que “acontece”:

A força orgástica é ao mesmo tempo a mais abstrata e a mais material das forças de trabalho. É inextricavelmente carnal e digital, viscosa e ainda representável em valores numéricos, uma maravilha fantasmagórica ou molecular que pode ser transformada em capital. (PRECIADO, 2018, p. 46).

O que os corpos vão fixar, possuir, é a *potentia gaudendi*, é a potência de criar essa força; esse é um dos caminhos pelos quais os corpos – e os sujeitos ocupam ativamente o lugar de tecnologia no capitalismo contemporâneo: é esse corpo e esse trabalho que compõem o fluxo químico-digital.

Ao compor a genealogia do gênero em suas relações históricas e tecnológicas, Preciado reforça essa noção, afirmando que o corpo farmacopornográfico não é passivo, mas tecno-orgânico, definindo-o como sistema tecnovivo, segmentado e de territorializações múltiplas (PRECIADO, 2018, p. 124). Essa definição importa aqui porque tem como um dos eixos o regime de visibilidade que interessa a este capítulo: a faceta performática do corpo sexualizado passa pelo que é digital:

No regime farmacopornográfico, o gênero se constrói nessas redes de materialização biopolítica; ele se reproduz e se consolida socialmente ao transformar-se em espetáculo, em imagem em movimento, em dados digitais, em moléculas farmacológicas, em cibercódigos. Os gêneros masculino e feminino farmacopornográficos existem diante de um público, como uma construção somatodiscursiva de caráter coletivo, frente à comunidade científica ou a uma rede. O tecnogênero é biocódigo puro, científico e da comunidade em rede. (PRECIADO, 2018, p. 128)

A *potentia gaudendi* e o gênero se encontram justamente na pornografia. Esta, enquanto símbolo de funcionamento semiótico contemporâneo, diz respeito ao que, do sexo, se torna público, informação, adquirindo valor de troca. Preciado (2018, p. 282) coloca que “[...] a palavra pornográfico refere-se a uma caracterização político-econômica da representação”.

Em *Testo Junkie*, a dimensão pornográfica diz respeito principalmente à indústria pornográfica mesmo, mas que se torna emblema das tecnologias em sua relação com a produção:

Durante o século passado, o poder se deslocou do controle da terra para o controle da manufatura e, então, para o controle da informação e da vida. Hoje, o poder se estende ao sexo, ao gênero e à raça como codificações precisas da informação e da subjetividade. [...] No entanto, o desejo, o sexo e o gênero não se parecem com a terra. Também não se parecem com produtos manufaturados. O desejo, o sexo e o gênero estão, na realidade, mais próximos da informação como sistema semiótico tecnocarnado (Haraway), são códigos vivos. Assim como a informação, desafiam a propriedade, porque a minha posse de um fragmento (de informação, de desejo, de sexo, de gênero) não o tira de você, não afasta esse fragmento de você. [...] Na verdade, é o oposto: compartilhar parece multiplicar o desejo, o sexo, o gênero. O problema é que, até agora, o desejo, o prazer, o sexo e o gênero foram pensados como substâncias fixas na natureza; depois, como propriedade de Deus; em seguida, como propriedade do Estado; mais tarde, como propriedade privada; e hoje, por fim, como propriedade das grandes multinacionais farmacopornográficas. (PRECIADO, 2018, p. 293)

A produção de tudo como informação é o que constitui e do que depende, portanto, o valor do que é produzido, que, para Preciado, serão centralmente o gênero e a sexualidade; diferentemente, em Han, os elementos perdem sua especificidade ao serem integrados ao funcionamento transparente/pornográfico.

De todo modo, na defesa de que o *dado/a informação* é o elemento geral a partir do qual o regime pornográfico se institui e instiui uma forma de coerção típica de nosso tempo é que está a intersecção de Preciado e Han.

Para Han (2017), a coerção por transparência compõe nossas sociedades. Mas o que significa isso? O autor constrói um parâmetro em que positivo diz respeito ao que é iluminado, visível, e funciona a partir e fluxos também visíveis, monitoráveis, passíveis de olhar e de controle. Negativo, por sua vez, é o que fica na sombra/interior, escapando ao olhar e rompendo com mecanismos disciplinares como a otimização temporal da relação comando-resposta; na negatividade/sombra haveria o espaço para a reflexão e para a representação.

Utilizando esse parâmetro, afirma que, na contemporaneidade digital, há dispositivos de coerção que promovem uma positividade absoluta que reduz os elementos do mundo à informação e, assim, inclui-lhes em uma dinâmica única, singular e rasa:

As coisas se tornam transparentes quando eliminam de si toda e qualquer negatividade, quando se tornam rasas e planas, quando se encaixam sem qualquer resistência ao curso raso do capital, da comunicação e da informação. As ações se tornam transparentes quando se transformam em operacionais, quando se subordinam a um processo passível de cálculo, governo e controle. O tempo se torna transparente quando é aplainado na sequência de um presente disponível. [...] As imagens tornam-se transparentes quando, despojadas de qualquer dramaturgia, coreografia e cenografia, de toda profundidade hermenêutica, de todo sentido, tornam-se pornográficas, que é o contato imediato entre imagem e olho. [...] O dinheiro, que iguala tudo com tudo, desfaz qualquer incomensurabilidade, qualquer singularidade das coisas. Portanto, a sociedade da transparência é um abismo infernal (hölle) o igual. (HAN, 2017, p. 9-10).

Esse “inferno do igual” tem uma utilidade/efeito específico, o de planificar as relações, despolitizar os espaços³⁶ e aumentar a velocidade da rede:

A comunicação alcança sua velocidade máxima ali onde o igual responde ao igual, onde ocorre uma reação em cadeia do igual [...] A transparência estabiliza e acelera o sistema, eliminando o outro ou o estranho. Essa coação sistêmica transforma a

³⁶ Nesta e em outras obras, Han aproxima a representação da política porque seria necessário haver espaço de articulação para além do visível, do exposto, para que algo fosse construído: “[...] a política é um agir estratégico. Já por causa disso lhe é própria uma esfera oculta.” (HAN, 2017, p. 21). Nessa medida, uma sociedade transparente impossibilita a reflexão, o cálculo, a negociação, submetendo as relações a uma luminosidade barulhenta que as reduz a enxame.

sociedade da transparência em sociedade uniformizada (*gleichgeschaltet*). Nisso reside seu traço totalitário, em uma nova palavra para dizer uniformização: transparência. [...] A coerção por transparência estabiliza o sistema existente de maneira bastante efetiva. [...] Por isso, a sociedade da transparência caminha de mãos dadas com a pós-política. Totalmente transparente só pode ser o espaço despolitizado. A política sem referência desanda em referendo. O veredicto da sociedade positiva é este: me agrada. É significativo que o Facebook se negue coerentemente a introduzir um *emotion* de *dislike button*. A sociedade positiva evita todo e qualquer tipo de negatividade, pois esta paralisa a comunicação. Seu valor é medido apenas pela quantidade e velocidade da troca de informações, sendo que a massa de comunicação também eleva seu valor econômico e veredictos negativos a prejudicam. (HAN, 2017, p. 11-24)

Na sociedade da transparência de Han, a possibilidade cultural também se vê tolhida. Essa proposição marca uma oposição existência vs. exposição, e a sociedade da transparência é essa que desloca o valor da existência para o valor da visibilidade: “[...] tudo o que repousa em si mesmo, que se demora em si mesmo passou a não ter mais valor, só adquirindo algum valor se for visto” (HAN, 2017, p. 28).

A exposição é o mote que Han utiliza para explorar as diferenças da fotografia digital e analógica, e sua defesa é a de que aquela não abre espaço para o culto, para o semblante humano³⁷, apenas para a face:

A face é o rosto exposto sem qualquer áurea e visão. É a forma de mercadoria do semblante humano. A face como superfície é mais transparente do que aquele rosto ou semblante que representa para Emmanuel Lévinas o lugar excepcional no qual irrompe a transcendência do outro. A transparência é uma contrafigura da transcendência, e a face habita a imanência do igual. [...] A fotografia digital caminha de mãos dadas com uma forma de vida totalmente distinta [da forma de vida imposta pela fotografia analógica], que se afasta cada vez mais da negatividade. É a fotografia transparente sem nascimento e sem morte, sem destino e sem evento. O destino não é transparente, e à fotografia transparente falta o adensamento semântico e temporal. Assim, ela não fala (HAN, 2017, p. 29-31)

Essa forma de exposição superiluminada é o que vai caracterizar o aspecto pornográfico da sociedade da transparência de Han. Aqui, Han e Preciado se encontram³⁸.

³⁷ Aqui, a colocação conversa com Lévinas e, conseqüentemente, com Butler (2015), que pensa a ética como uma relação com o rosto sem face que interpela/violenta. Os autores não se leem em seus textos, mas, pondo-os para conversar, é possível afirmar que há um tensionamento: a relação ética, que precisa se dar em relação ao rosto o Outro, acontece quando o rosto é substituído pela face?

³⁸ Os dois autores se afastarão, no entanto, no quesito materialidade. Enquanto Han defende que o funcionamento transparente é imaterial e as técnicas de coerção são psicológicas, Preciado vai falar em corpos tecno-vivos e em *potentia gaudendi*, elementos materiais. Ao discutir a constituição do dispositivo em que a HeforShe emerge, aprofundarei essa reflexão nos dois autores.

Entretanto, enquanto em Preciado a figura central é o corpo tecno-vivo, alvo e agente de poder, Han associará à sociedade da transparência – que por sua vez, está associada ao capitalismo contemporâneo – à figura do empreendedor. Nesse caminho argumentativo, todo espaço de criação aparece como desde o início cooptado/coagido pela necessidade e transparência:

A distinção entre proletariado e burguesia já não se sustenta. Literalmente, o proletariado é aquele que tem como única propriedade a própria prole. A sua autoprodução se restringe à reprodução biológica. Hoje, no entanto, é disseminada a ilusão de que qualquer um, enquanto projeto que se esboça livremente, é capaz de uma autoprodução ilimitada. [...] O regime neoliberal transforma a exploração imposta por outros em uma autoexploração que atinge todas as classes. Essa autoexploração sem classes é completamente estranha a Marx e torna a revolução social impossível, já que esta é baseada na distinção entre exploradores e explorados. E, por causa do isolamento do sujeito de desempenho explorador de si mesmo, não se forma um nós político capaz de um agir comum. (HAN, 2018, p. 15)

Se o empreendedor é esse que se produz ética e esteticamente como efeito de coerção neoliberal, a investigação foucaultiana das práticas de si como práticas de liberdade encontra um ponto de tensão:

Foucault desenvolve uma ética de si historicamente fundada e, em grande medida, desvinculada das técnicas de poder e de dominação. Por isso, admite-se com frequência que ele empreende uma ética de si que se opõe à técnica de poder e de dominação. [...] A técnica de poder o regime neoliberal forma o ponto cego na análise do poder de Foucault. Ele não reconhece que o regime neoliberal de dominação se apropria complementarmente das tecnologias do eu, nem que a otimização permanente e si como técnicas e si neoliberal não seja nada mais do que uma forma eficiente de dominação e exploração. O sujeito neoliberal de desempenho como empresário de si mesmo explora-se voluntária e apaixonadamente. Fazer de si uma obra de arte é uma aparência bela e enganosa que o regime neoliberal mantém para explorá-lo por inteiro. [...] Aqui coincidem a otimização de si e a submissão, a liberdade e a exploração (HAN, 2018, p. 43-44).

Han (2018) responderia, portanto, negativamente à minha questão para esta seção, sobre se é possível dar uma resposta ética diferente ao dispositivo de igualdade de gênero de que a HeforShe participa. Preciado (2018), com o corpo tecno-vivo, encontraria potência no uso da *potentia gaudendi* para subverter o dispositivo que tenta cooptá-la. Evoquei descontinuamente posições semiconvergentes e, agora, há que se lidar com pontos de tensão como esse. A produção de si como obra de arte emerge como pornografia na contemporaneidade digital. Pois bem, essa produção, nesses termos, impossibilita um efeito ético/crítico por parte de quem se subjetiva? Defendo que, embora o efeito de enxame apareça nos dados de adesão, nas fotos de diversos sujeitos HeforShe que, se pareados, perdem qualquer

traço de agência sobre a pauta, ser ou não ser HeforShe implica uma produção ética de si e representa um espaço de **dispersão**.

5.2.1 Produzir-se HeforShe

No site da ONU Mulheres, seção HeforShe, há a aba *Como Participar*. As seguintes alternativas são oferecidas:

- Adesão on-line, que consiste no preenchimento de cadastro;
- Incentivo para que se promovam eventos de apoio à campanha;
- Dois cartazes prontos para serem impressos e usados em fotos de apoio/adesão à HeforShe;
- Um documento em PDF de 66 páginas denominado *Kit de ferramentas barbearia HeforShe*, uma cartilha com conceitos associados a gênero e programas de intervenção/instituição de debates que tematizem a igualdade de gênero³⁹.

O texto da seção também delimita os participantes o movimento:

Lideranças governamentais e políticos, organizações masculinas e outras organizações da sociedade civil, universidades e escolas, homens e meninos em geral [...] Esses parceiros podem ser indivíduos ou grupos, mobilizados em fazer o Brasil um dos campeões de apoio ao movimento ElesPorElas (HeForShe) por meio da adesão de homens e meninos no website www.heforshe.org/pt e ações transformadoras transformadoras nas cidades, nas empresas, nas universidades, nos governos, nas organizações e grupos em geral (ONU MULHERES, [2010]a).

Há um parágrafo delimitando o porquê de a participação ser importante; aí, a defesa é por um avanço humano para todos por meio da igualdade de gênero.

Há então links para acessar fotos de quem já aderiu à campanha, organizados em *Apresentadores e apresentadoras de TV, Prefeitos e Autoridades Municipais; Torcedores da Copa do Mundo de Futebol 2014; Empresas (Itaipu Binacional); Comitê Brasil ElesPorElas (HeForShe)*.

³⁹ no capítulo seguinte, analisarei esse documento e as definições que traz.

As imagens de cada seção estão agrupadas ou por tags no Facebook ou em notícias sobre as ações do canal televisivo GNT, que registraram seus apresentadores segurando papéis em que se lê #ElesPorElas, em apoio à campanha.

Os links seguintes são de vídeos, cujas categorias são:

- *Prefeitos e Autoridades Municipais*, que encaminha para uma *playlist* com dezenove vídeos Youtube em que prefeitos e presidentes de associações de municípios se declaram HeforShe e falam sobre igualdade de gênero em seu município e sua gestão;
- *Clipe Global*, que encaminha para uma peça publicitária produzida pela ONU Mulheres em que atores homens anônimos simulam conversas assumindo sua responsabilidade na instituição da igualdade de gênero;
- *Spots GNT*, que encaminha para uma peça publicitária produzida pelo canal GNT. Nela, um compilado de cenas em que meninos brincam de bonecas e usam saias e meninas andam de skate e praticam luta é acompanhado e questionamentos sobre estereótipos de gênero na voz de atores famosos.

5.2.2 O efeito de enxame

Tendo em vista que o que me interessa nesta seção é delimitar o regime de visibilidade da HeforShe tentando articular autores que propõem uma forma de autoria/e relato de si mesmo que passa pela produção ética-estética de si (BUTTURI JUNIOR, 2016, BUTLER, 2015) e autores que tematizam uma forma particular de visibilidade que comporia nosso tempo (PRECIADO, 2018; HAN, 2018), chamo atenção para dois elementos que compõem em especial as imagens da campanha e que, em um primeiro momento, se apresenta paradoxal: por um lado, há uma hiperprodução de imagens de pessoas diversas, o que contribui para formar uma impressão de que há muitas pessoas aderindo, subjetivando-se a partir da noção de igualdade de gênero, “tornando-se” HeforShe. Entretanto, a imensa maioria as imagens não identificam quem segura o cartaz. Esse sujeito que se constrói a partir de uma causa, mostrando a cara, institui-se sem nome.



Figura 6: Prefeitos e autoridades

Fonte: ONU Mulheres, 2015.



Figura 7: Torcedores da copa do mundo 2014

Fonte: ONU Mulheres, 2015

No link que leva a uma notícia com sessão de fotos do canal GNT, ao passar o mouse sobre a foto o nome dos apresentadores, célebres, aparecem, mas, na notícia, a referência a eles se dá da seguinte forma: “Os apresentadores do GNT já aderiram à campanha, assim como os

jogadores do Grêmio e do Internacional, que deixaram a rivalidade de lado pela causa e posaram para fotos com a hashtag oficial para o Brasil.” (FAMOSOS..., 2015).

Para esse grupo de imagens, a dimensão pornográfica – nos termos de Han (2018) – parece muito relevante, porque esses que são fotografados marcam textualmente uma posição, e essa textualização é a de uma posição política, moral: ser pró-igualdade de gênero. A construção desses homens imagetivamente é a soma de seu “exterior” masculino com seu “interior” pró-igualdade, ambos visualmente identificáveis. Parece haver, na hiperiluminação da fotografia digital, a desinvenção da interioridade, um modo de ser sujeito esvaziado e, como se viu, surdo ao diálogo.

Mas, embora aderir à HeForShe possa ser pensado como uma resposta ética à interpelação *Are you HeForShe?*, mote da campanha, o anonimato e o não-vínculo a perfis de redes sociais dessas pessoas torna essa constituição bastante frágil, irrisória.

Quem se permite ser fotografado passa a existir – não há, afinal, registro de quem não é HeForShe no material da campanha – mas, uma vez que a imagem não leva à rede social do sujeito e à sua identificação pública, elidindo a possibilidade de um vínculo, de um debate, é possível falar em uma resposta ética que institui um sujeito? Um autor? A imagem não ajuda, nesse caso, a instituir autoria, mas reduz quem adere a campanha a dado, a informação, inserindo-o não em uma rede de enunciados, mas em um fluxo amorfo.

O vídeo *Clip global o Movimento ElesPorElas* reforça esse funcionamento: cerca de dez homens conversam sobre igualdade de gênero mostrando-se favoráveis à instituição dessa igualdade e responsabilizando-se por essa mudança. São eles também homens sem nome, sem nacionalidade e que não falam de ações concretas, de mudanças em suas vidas ou das pessoas que os rodeiam: aderem à campanha como ventríloquos, não se colocam em posição de quem responde eticamente à interpelação, mas de quem adere ao desafio colocando-se no fluxo.

O efeito parece, aqui, ainda pode ser tomado em termos de enxame. Em *Enxame*, Han (2016) atém-se à rede de internet e suas zonas de interação e, com relação a quem as ocupa, declara: “as novas massas são o enxame digital” (HAN, 2016, p. 22). Desenvolve:

Este [o enxame] manifesta propriedades que o distinguem radicalmente das formações clássicas dos muitos – das formações de massa. O enxame digital não é uma massa porque é intrinsecamente desprovido de alma ou de espírito. A alma congrega e unifica. O enxame individual compõe-se de indivíduos isolados. A massa estrutura-se de um modo completamente diferente. Manifesta propriedades que não podem ser deduzidas a partir do indivíduo. Nela, os indivíduos particulares fundem-se numa nova unidade na qual deixam de ter perfil próprio. Uma concentração casual de homens não forma uma massa. Os indivíduos que se reúnem num enxame digital não desenvolvem qualquer nós. Não há, no enxame, qualquer concordância que consolide

a multidão numa massa que seja um sujeito de ação. O enxame digital, ao contrário da massa, não tem coerência própria. Não se exprime através de uma voz. É por isso que o percebemos como ruído. (HAN, 2016, p. 22)

Em termos de subjetividade, caracteriza o *homo digitalis* como aquele que é sempre alguém, mesmo que seja um alguém anônimo; tem, afinal, perfil e exige atenção. Esse sujeito, no entanto, não consegue compor um “nós” político porque – aí, as considerações de 2016 convergem com as de 2018 – é destituído de interioridade, negatividade.

Esses “alguéns opacos”, portanto, caracterizam sujeitos que se produzem de uma determinada forma/respondem ao dispositivo, subjetivando-se, mas cuja função, parece, é apenas legitimar a autoria da ONU e, no limite, as relações de poder que colocam o homem – como uma categoria vazia de ética (nos termos definidos anteriormente) e quase metafísica – no centro dos dizeres sobre as mulheres, a quem é preciso defender e a quem não é necessário ouvir. Constituem-se, no máximo, como ruído de enxame (HAN, 2016).

5.2.3 Enfim, autores?

Diferentemente – e segundo a polivalência tática dos discursos que antes aventei –, os vídeos que trazem depoimentos de prefeitos e lideranças microrregionais, feitos na *XVIII Marcha Nacional dos Municípios*, em 2015 (ONU MULHERES, [2010]c), abrem espaço para pensar uma adesão à HeforShe em termos de uma resposta ética à interpelação *AreYouHeForShe?* em que quem responde se produz como alguém pró igualdade de gênero.

De início, cabe destacar que o grupo de vídeos foi feito em um cenário todo ornado com logos da HeforShe e todos que foram gravados estavam segurando a placa “Eu também governo para as mulheres”; essa composição e a atitude de segurar a placa por parte de quem fala coincidem, portanto, com o grupo descrito anteriormente: quem se confessa HeforShe o faz visualmente. Entretanto, nas falas, reforços e dissidências às colocações sobre igualdade de gênero que são repetidas à exaustão pela campanha emergem. Selecionei alguns exemplos para tecer minhas considerações.

O Prefeito José Carvalho, de Francisco Santos (PI), depõe:

Sempre **defendi e defendo os interesses das mulheres. Tenho certeza que o trabalho feito pelas mulheres sempre fazem com mais dignidade, com mais perfeição.** Por isso, sou a favor do movimento ElesPorElas. Mais de 50% das secretarias são montadas pelas mulheres, a maioria dos funcionários são femininos, então eu entendo que os direitos das mulheres têm que ser preservados [e] têm que ser conquistados cada vez mais. **Esse é o meu posicionamento em relação ao movimento ElesPorElas.**

Prefeito Sebastião Santos, Nova Ipixuna (PA):

Ipixuna é uma cidade em que as mulheres sempre são bem atendidas, principalmente a minha [ri] a gente **trata muito bem**, não tem muito problema de **violência sexual**, mas a gente também tem cobrado muito das autoridades [...] acho que até por isso o município tem se saído bem, mas ainda acontece, [...] mas a gente tem defendido bastante essa parte aí. E lá tem várias **mulheres empresárias**, que cuidam do seu próprio negócio, tem mulheres na vida pública, vereadora...

Márcio Guimarães:

Nascemos de uma mulher, e fomos formados por uma mulher, a nossa professora. [...] Mesmo assim, **a mulher precisa e mais qualidade de vida, justiça e seus direitos mais regulamentados.** Por isso, **a mulher precisa cada vez mais se tornar exemplo para o grande homem que nós somos; graças a elas somos alguma coisa, pelo amor que ela[s] dedica[m] para a gente.**

Ney Cardoso:

Pra mim a igualdade de gênero no Brasil e no mundo só vai ser alcançada através da educação, quando meninas e meninos forem tratados como iguais desde o berço pela sua mãe pelo seu pai e por toda sociedade; na escola, na rua e principalmente pelos governantes.

Duas autoridades destacaram que as ações pró inserção das mulheres na vida pública enfrenta resistência da sociedade, o então prefeito Carlos Ruas de Pavão, MG e o então prefeito Luciano Duque, Serra Talhada (PE), que afirmam:

Olha, **pra nós é um grande desafio**, a cidade é a terra de Lampião, uma terra muito machista, e nós tivemos a felicidade de implantar a política para as mulheres com a secretaria das mulheres, políticas afirmativas que vêm mudando a realidade e toda Serra Talhada e a região. [...] **essa campanha ela é muito importante na medida que ela não é excludente, não tira o homem dessa campanha, ela inclui. Por isso que eu vejo que com a participação, com a discussão do homem fortalecendo o movimento das mulheres o entendimento será positivo e eu acho que vai fazer avançar cada vez mais.**

Destaquei nos excertos os argumentos que os gestores usaram para justificar sua adesão à HeforShe. Chama atenção: essas colocações nem sempre se alinham ao que defende a campanha e que agenciem outros elementos para além dela.

O prefeito José Carvalho faz uma avaliação sobre “mulheres” que, elogiosa, produz um efeito inesperado: mulheres não trabalhariam igualmente aos homens, mas inclusive melhor do que eles! Márcio Guimarães, por sua vez, associa a necessidade garantir a dignidade e o acesso aos direitos das mulheres à relação que teriam com homens: criando-os, educando-os, de maneira que os homens se tornam “grandes” se as mulheres também o forem.

Sebastião dos Santos relaciona os baixos índices de violência ao “bom tratamento” que os homens dispõem às mulheres de sua região e ao rigor das autoridades com relação ao tema. Ney Cardoso, por sua vez, centra na educação a frente de mudança das relações de gênero. Essas colocações trazem avaliações e alternativas que a própria HeforShe não apresenta: a argumentação da HeforShe é calcada no *exemplo* e na *mobilização* de pessoa para pessoa, não em vias institucionais como políticas públicas; a educação, inclusive, não consta nem como pilar estratégico da campanha.

Luciano Duque se alinha bastante à campanha no que diz respeito a vencer a desigualdade, que é causada pela história do local, e na defesa de incluir homens na discussão sobre desigualdade de gênero como positivo; coloca-se na posição de quem avalia positivamente a campanha e suas medidas, fazendo mais do que “se mobilizar”. Ao colocar-se nessa posição crítica, excede o que é proposto, que é apenas a adesão e a mobilização. Por certo, ele não aponta para uma solução, mas exorta a produção de um além, um “avançar mais” que não se circunscreve à campanha.

Posições como essas, que fazem referência a características supostamente ontológicas das mulheres e à constituição histórica da desigualdade, afastam-se – ainda que de maneira parcial e por vezes ambígua – do enfoque dado, a princípio, pela HeforShe, que tenta desvincular a diferença sexual de uma diferença de aptidões e coloca a desigualdade como um “erro de juízo”, evitando construir quaisquer relações históricas ou apontar responsáveis pela desigualdade. Emergem, portanto, respostas éticas que, ao mesmo tempo que se subjetivam sob o signo HeforShe, excedem-no, deslocam-no.

Então, se, por um lado, há o apelo da HeforShe ao “inferno do igual” (HAN, 2018), no qual a igualdade importa para fazer funcionar o sistema sem desníveis, interrupções, diferenças,

é abraçado como objetivo para gestores como Márcio Guimarães e José Carvalho paradoxalmente porque as mulheres seriam diferentes. Ao se contruírem a partir do apelo por “igualdade de gênero” nos termos feitos pela campanha, a resposta excedeu a interpelação, gerando enunciados e efeitos de sentido para além do que exige o dispositivo que subjetiva.

As respostas ao esforço de subjetivação que a campanha e os enunciados da HeforShe criam, no caso dos vídeos que transcrevi, um movimento de dispersão enunciativa maior do que o das imagens. Isso porque, face à bandeira esvaziada de uma igualdade que preconiza pelo apagamento da diferença, fazem emergir descontinuidades, contradições, ambiguidades na historicizações do saber.

Esses movimentos discursivos compõem, como disse, um suposto efeito de produção ética desses sujeitos; ocorrem ainda em um regime pornográfico, porque exigem a publicização de suas posições, mas deslocam a posição centralizadora de saber-poder a ONU quando filiam-se a ela. Entendo que caiba, aqui, afirmar que há um espaço para uma produção ética/estética de si.

5.2.4 “Eu não estou nem aí”

Entendendo o autor ético como esse que se relaciona com os dispositivos criticamente e tomando essa resposta ética enquanto obra-construção-de-si, cabe recuperar uma interlocução que ocorreu em 2014, na ocasião de lançamento da campanha HeforShe.

Emma Watson, atriz britânica na época com 24 anos, na posição de Embaixadora da Boa Vontade da ONU, proferiu o discurso de abertura da HeforShe, em 20 de setembro de 2014. Nele, Emma Watson começa definindo feminismo como a defesa de que homens e mulheres devem ter iguais direitos e oportunidades, e assumindo que isso configura uma teoria política, econômica e social da igualdade dos sexos.

Narra, então, episódios de desigualdade que compuseram sua infância e sobre o processo de sexualização que sofreu desde muito nova em sua carreira de atriz; seu incômodo com tudo isso, define, a fez assumir-se feminista. Tematiza-se ainda enquanto privilegiada por ter sido incentivada a ter coragem, a se posicionar em todos os espaços e, marcando que isso não constitui a vida de muitas meninas, provoca: “Como poderíamos esperar uma mudança se metade das pessoas não é chamada para conversar?” (ONU, 2014, s/p.).

Daí em diante, Watson se dirige aos homens, assumindo que (i) igualdade e gênero também é um problema deles (ii) a masculinidade, produzida pelas relações desiguais de gênero, os prejudica.

Faz um apelo: “é hora de vermos os gêneros como um conjunto em vez de como um jogo de polos opostos. Ambos podemos ser mais livres e é disso que trata a campanha: liberdade”.

Constrói, então, sua legitimidade enquanto enunciadora a partir de outra provocação:

Vocês devem pensar: Quem é essa menina Harry Potter e o que faz aqui na ONU? Essa é uma ótima pergunta, eu também venho me perguntando isso. Mas o que acontece é que esse problema realmente me interessa e quero ajudar a melhorar as coisas. Tendo visto o que vi e tendo a oportunidade de fazer algo para mudá-lo, é minha responsabilidade dizer algo.

Em seguida, cita alguns dados sobre desigualdade de gênero com fins de reiterar a importância da pauta e reforça seu convite aos homens: “Para promover a mudança precisamos estar unidos e a boa notícia é que agora temos uma Organização unida. Te convido a se perguntar ‘se não, eu, quem? Se não hoje, quando?’ Muito obrigada.”

Emma Watson, em seu discurso, fala enquanto jovem, enquanto atriz e enquanto “personagem de Harry Potter”. Suas experiências remetem à infância, à escola, ao ambiente profissional e a sexualização que assume ter sofrido nele. Finalmente, faz referência a seu papel mais conhecido, o de Hermione, confundindo-se com ele textualmente quando simula seus espectadores definindo-a como garota Harry Potter.

Todas essas facetas são articuladas para justificar sua posição institucional, a de Embaixadora da boa-vontade; assim, quando faz coro à proposta da HeforShe, Emma Watson legitima o saber produzido pela instituição e se legitima junto. Cabe destacar que essa posição, de quem assume o compromisso da igualdade, é construída tendo como ponto central um certo “voluntarismo”: porque a desigualdade a incomoda ela **decidiu** que era feminista; quando advoga em favor da paridade salarial, Watson **crê** que esta deva existir; quando justifica seu apoio à HeforShe, afirma que a desigualdade é um problema que **lhe interessa** e que por isso **quer** ajudar na mudança. Em uma campanha que, nas palavras da atriz, fala de “liberdade”, ela usou a sua para dizer “sim” à interpelação, nos termos de Butler (2015).

Entre as várias manifestações com relação ao pronunciamento de Watson, cabe resgatar uma que teve grande repercussão e circulou no mesmo espaço virtual que o discurso de Emma, a resposta da ativista americana Mia McKenzie, autora do canal *Black Girl Dangerous*, publicada em 24 de setembro e traduzido para português em 29 do mesmo mês, de título *Why I'm Not Really Here For Emma Watson's Feminism Speech At the U.N.*

McKenzie conversa com o discurso de abertura da campanha em um movimento de produção de si muito similar, o de responder à interpelação *Are you HeforShe* de forma pornográfica; entretanto, sua resposta é outra.

A estadunidense começa seu artigo fazendo referência ao pronunciamento de Emma Watson e às reações a ele:

Algumas da interweb feministas mainstream (branca) ficaram mega empolgadas e consideraram aquilo maravilhoso em todos os sentidos e muito, muito, muito avançado ou sei lá o quê. [...] A questão é que a mensagem que Watson passou é problemática em vários aspectos (MCKENZIE, 2014, n/p).

O primeiro problema em questão é a afirmação de que os homens não são convidados/acolhidos nos debates por igualdade de gênero e que, por isso, não se envolvem com o tema. McKenzie nega que não haja apelo, mas que não há, por parte dos homens, interesse em engajar-se em mudanças em relações de poder porque isso exigiria que agissem diferentemente quando têm vantagem.

Depois, a autora contesta a estratégia argumentativa de tematizar a masculinidade dos homens para justificar a importância da igualdade de gênero porque, afirma, isso recentraliza os homens e seu bem-estar quando, em se tratando das mulheres, a questão muitas vezes é sobre sobreviver. Tal estratégia, defende, cria uma falsa simetria.

O que McKenzie faz é constituir-se em diferença à Watson e ao saber que esta organiza, negando a posição de dizer da atriz. A ativista textualiza as identidades LGBTQ, a classe e a negritude como questões atreladas à desigualdade de gênero e coloca-as não na conta de um social abstrato e sem rosto, mas de desigualdades de poder socialmente instituídas e, embora atribua a responsabilidade dessa igualdade aos que usufruem dela, não admite que o apelo seja uma solução válida.

Há, então, uma cisão em relação aos outros exemplos de efeito de produção ética que trouxe até aqui: ao afastar-se ponto a ponto do discurso de Emma Watson e dar explicações diferentes para a dinâmica a partir da qual a desigualdade se produz, McKenzie também

responde eticamente à interpelação da campanha, mas, sua resposta é “não”. Ao agenciar o saber sobre desigualdade, traz outros elementos e desloca a questão.

O que se mantém, entretanto, é o regime e visibilidade. Um *não* silencioso, nos termos da produção contemporânea das redes sociais, que não se mostra, deixa e existir. Assim, mesmo negando a representação da HeforShe, é necessário que McKenzie se mostre; suas colocações em inglês tiveram 8,4 mil compartilhamentos, além de serem traduzidas pelo menos para português também, agenciando, assim, a mesma *potentia gaudendi* (PRECIADO, 2018) que orienta a produção pornográfica do que compõe o virtual.

À questão que propus no começo da seção, portanto, de se há espaço para a construção de si como prática de liberdade em um regime que exige a construção de si, é possível responder que sim, que a dispersão marca o espaço do sujeito – e do discurso, que passa a ser repetido, retomado e a servir a outras urgências, como o que acontece com MaKenzie a partir de Watson. É necessário destacar, entretanto, que essa construção pareceu possível, e aí as considerações de Han (2018) voltam a ser relevantes, desde que pensadas segundo a ordem de uma resistência sempre constitutiva, em uma forma de mídia que abre espaço para algo além da fotografia digital, que se mostrou, neste corpus, superiluminada a ponto de esgotar as possibilidades de qualquer produção estética de si.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas páginas, procurei traçar uma leitura sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres na ONU e HeforShe que fizesse emergir o domínio de saber no qual a pauta se insere o qual institui, as relações de poder e os sujeitos que estão em questão.

Orientando minha análise pela arqueogenealogia foucaultiana, afirmo que a HeforShe é um enunciado cuja rede discursiva compõe um **dispositivo de igualdade de gênero**. Isso porque assumi *dispositivo* como um conceito operativo (AGAMBEN, 2009) com o qual é possível pensar de que forma elementos heterogêneos funcionam a partir de uma natureza de relação e respondem a uma urgência histórica (FOUCAULT, 2015).

Assim, procurei delinear a emergência da igualdade de gênero e empoderamento da mulher a partir de dois movimentos: por um lado, a biologização do sexo e o funcionamento de gênero como categoria de inteligibilidade dos sujeitos (LAQUEUR, 2001, BUTLER, 2016, PRECIADO, 2018); por outro, uma forma de gestão da vida cujo foco é a inclusão no ciclo de produção e consumo, tomando os sujeitos como algo muito próximo de um capital humano potencialmente útil ao desenvolvimento sustentável (FOUCAULT, 2008a, 2008b, 1988; AGAMBEN, 2002).

Imbricados a esses dois eixos, tratei de elementos heterogêneos que compõem o funcionamento do dispositivo de igualdade de gênero. Os sujeitos jurídicos gendrados tematizados pela campanha relacionam-se a partir da categoria moral da solidariedade (FASSIN, 2012), relação essa que estabelece uma assimetria constitutiva entre homens e mulheres e, tendo em vista que a agência de transformação segue sendo deles, a HeforShe, sob o signo do empoderamento feminino, produz uma dinâmica de saber-poder paradoxalmente centrada em homens.

A organização do saber pela categoria do autor, se tomada a partir da ONU, faz emergir um movimento de **centralização**, em que a organização, por um discurso autorreferente, coloca-se como autoridade no tema da igualdade de gênero, autorizando-se a discursivizar e representar a comunidade que institui (FOUCAULT, 2014; MANGUENEAU, 2008). O apelo à adesão à campanha HeforShe, entretanto, coloca em jogo também outra relação de autoria: os sujeitos precisam responder ao questionamento *Are you HeforShe?* e, nesse ínterim, alinhar-se ou não à campanha é uma forma de produzir a si mesmo; a relação com esse chamado compõe uma narrativa de si (BUTLER, 2015, BUTTURI JUNIOR, 2016). Essa segunda forma de analisar a autoria marca a **difusão**, mas também a **dispersão** do saber sobre igualdade de

gênero, posto que a reprodução dos enunciados por aqueles que aderem à campanha e daqueles que a rejeitam deslocam o campo de enunciação (FOUCAULT, 2015) dessas proposições e tensionam, deslocam, fragmentam as relações de saber-poder da agência reguladora com o saber sobre igualdade de gênero e sobre a comunidade discursiva.

Em se tratando dos sujeitos que emergem na HeforShe, também há mais de um caminho de análise. Nos documentos oficiais a ONU e da campanha, as mulheres são objetivadas como capital humano (FOUCAULT, 2008b) útil e necessário ao desenvolvimento sustentável; em relação a quem adere ou não à HeforShe, o processo de subjetivação se dá principalmente nas redes sociais, tendo um forte apelo imagético, pornográfico (HAN, 2018), em que os corpos, gendrados, são tecno-vivos (PRECIADO, 2018). A topologia das redes sociais, promovendo uma coerção pela imagem, não deixa de ser espaço de disputa: como procurei demonstrar a partir daquelas e daqueles que dizem sim ou não à pergunta *are you HeforShe*, se as redes sociais exigem uma superiluminação daqueles que falam (HAN, 2018), o fala destes tem potencial de subversão.

Esses foram meus argumentos para afirmar que a pauta por igualdade de gênero e empoderamento da mulher, na HeforShe, insere-se em um dispositivo em que se enuncia uma urgência humanitária e, a partir disso, toma-se como objeto a gestão da vida, estando em jogo a produção de corpos gendrados e um regime de visibilidade pornográfico.

Cabe comentar que um de meus objetivos no começo desta pesquisa era o enfoque nos efeitos de colonialidade, ou seja, na forma em que as relações de saber-poder poderiam ser pensadas a partir de relações norte-sul historicamente constituídas no período colonial e para além dele (QUIJANO, 2000, 2000; CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). A multiplicidade e heterogeneidade das relações pós-coloniais de saber-poder-subjetividade, entretanto, fez com que eu entendesse que tal análise exigiria um outro corpus, outra metodologia e outros objetivos de pesquisa, que tomassem como ponto de partida não os enunciados de uma agenda global de desenvolvimento, mas as relações microfísicas no que poderia, talvez superficialmente, ser chamado de sul global (QUIJANO, 2002). Deixei, com efeito, de lado esse caminho, muito embora siga considerando uma perspectiva de suma importância.

De todo modo, a análise que ora concluo do que assumi como dispositivo de igualdade gênero é um caminho de leitura das relações contemporâneas e da gestão da vida que tem gênero como parâmetro, reflexões com as quais espero contribuir.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. In: _____. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 27-51.
- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I.** Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, J. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** São Paulo: Editora Autêntica, 2015.
- BUTTURI JUNIOR, A. A autoria, o dispositivo e a ética: os limites da (des)subjetivação na escrita. **Alfa, rev. Linguística**, v.60, n.3, 2016. pp.507-530. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1612-3>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- BUTTURI JUNIOR, A. **A passividade e o fantasma: o discurso homossexual no Brasil.** 2012. 280 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- BUTTURI JUNIOR, A. **Metafísica e discurso: Pechêux, Foucault e a pós-modernidade.** 2008. 188 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BUTTURI JUNIOR, A.; SEVEGNANI, M.; CAIXETA, M. As lendas secas, os dispositivos e as resistências. In: **Estudos indisciplinados de língua, literatura e tradução.** Curitiba: Editora CRV, 2017. p. 239-252.
- CANDIOTTO, C. Uma biopolítica das fronteiras: a problemática das migrações. In: BUTTURI, A.; CANDIOTTO, C.; SOUZA de, P.; CAPONI, S. (Orgs.) **Foucault e as práticas de liberdade I: o vivo e os seus limites.** Campinas: Pontes, 2019. [no prelo].
- CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: _____. (Coord.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. p. 9-24.
- CINCO dados sobre a participação das mulheres na política brasileira. **Portal POLITIZE!**, 17 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/participacao-das-mulheres-na-politicabrasileira/>>. Acesso em: 7 maio 2018.
- COSTA, C. L. O sujeito do feminismo: revisitando debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002. p.59-90
- DELEUZE, G. **Conversações.** São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

EL “homonacionalismo”, bandera de la ocupación israelí. **Vento Sur**, 21 abr. 2017. Disponível em: <<http://vientosur.info/spip.php?article12498>>. Acesso em: 18 maio 2018.

FASSIN, D. Compaixão e repressão: a economia moral das políticas de imigração na França. **Ponto Urbe**, n. 15, 2014. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/2467>. Acesso em: 01 jan. 2019.

FASSIN, D. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Los Angeles: California Press, 2012.

FOUCAULT, M. **Subjetividade e verdade**. São Paulo: Martin Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: _____. **Ditos e escritos III**: Estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martin Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FOUCAULT, M. About the beginning of the hermeneutics of the self: Two Lectures at Dartmouth. **Political Theory**, v. 21, n. 2, 1993. pp. 198-227.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, N. Equality, difference, and radical democracy: the united states feminist debates revisited. In: TREND, D. (ed.) **Radical democracy**: identity, citizenship, and the state. New York, Routledge, 1996.

HAN, B. C. **Psicopolítica**: neoliberalismo e novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

HAN, B. C. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

HAN, B. C. **No enxame**: Reflexões sobre o Digital. Lisboa: Relógio D'água editores, 2016.

HARAWAY, D. "**Gênero**" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu. n. 22, 2014, pp. 201-246.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEFORSHE. **Kit de ferramentas Barbearia HeforShe**. 2017. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/08/FINAL-TOOLBOX_Barbershop_PT.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Discurso Banki Moon**. [2014]a. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/9/20-september-heforshe-sg-speech>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Discurso Emma Watson**. [2014]b. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/9/emma-watson-gender-equality-is-your-issue-too>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Discurso Mlambo Ngcuka**. [2014]c. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2014/9/20-september-heforshe-ed-speech>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Empresas**. [2014]d. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_empresas.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Facebook**. [2014]e. Disponível em: https://www.facebook.com/ElesPorElasHeforShe/?ref=br_rs. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Governos**. [2014]f. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_governos.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Instagram**. [2014]g. Disponível em: <https://www.instagram.com/heforshe/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Kit de ação**. [2014]h. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_kit_acao.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Site**. [2014]j. Disponível em: <https://www.heforshe.org/pt-br>. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Universidades**. [2014]k. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_universidades.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

HEFORSHE. **Visão geral**. [2014]l. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_visao_geral.pdf. Acesso em: 30 mar. 2017.

IRINEU, B. A. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. **Revista em Pauta**, v. 12, n. 34, p. 155-178, 2014. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/281-1432671513.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001.

LGBTs, Imigração e Homonacionalismo Como a luta LGBT+ não pode ser integrada pelo discurso neoliberal. **Revista Subjetiva**, 3 mar. 2017. <<https://medium.com/revistasubjetiva/lgbts-imigra%C3%A7%C3%A3o-e-homonacionalismo-12ea333528fe>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MCKENZIE, E. Why I'm Not Really Here For Emma Watson's Feminism Speech At the U.N. **Black Girl Dangerous**, 2014. Disponível em: <http://www.blackgirldangerous.com/2014/09/emma-watson-un-speech/>. Acesso em: 3 mar. 2017.

MAINGUENEAU, D. **Frases sem texto**. São Paulo: Editora Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

MOHANTY, C. T. "Under western eyes" revisited: feminist solidarity through anticapitalist struggles. **Chicago Journals**, v. 28, n. 2, 2003, pp. 499-535. Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/postgraduate/masters/modules/postcol_theory/mohanty_under_western_eyes_revisted.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

MOHANTY, C. T. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, v. 12, n. 3, 1984, pp. 333-358. Disponível em: http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_5/under-western-eyes.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/70/L.1** – Transformar o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Adotado em 18 e setembro de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Junta executiva da entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o empoderamento da Mulher). **UNW/2013/6** – Plano Estratégico da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres 2014-2017. Adotada em 23 de julho de 2013a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/67/226** - Revisão quadrienal da política relativa às atividades operacionais do sistema das Nações Unidas. Adotada em 22 de janeiro de 2013b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **FCCC/CP/2012/8/Add.3** - Promovendo a igualdade de gênero; implementação da participação das mulheres nas negociações da UNFCCC com paridade de gênero conforme estabelecido no Protocolo de Kyoto. Adotada em 7 de dezembro de 2012a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/66/288** – O futuro que queremos. Adotada em 11 de setembro de 2012b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Conselho Econômico e Social) **E/RES/2012/24** – Incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas do sistema das Nações Unidas. Adotada em 6 de setembro de 2012c.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/CONF.219/3/Rev.1** – Programa de ação em favor dos países menos adiantados para o decênio 2011-2020. Adotada em 23 de maio de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Conselho de Segurança). **A/65/354-S/2010/466** - Participação da mulher na consolidação da paz. Adotada em 7 de setembro de 2010a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/64/289** – Coerência em todo o sistema Adotada em 21 de julho de 2010b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>. Acesso em: 3 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **A/RES/52/231** – Seguimento da quarta conferência da mulher e aplicação cabal da declaração e plataforma de ação de Pequim. Adotada em 17 de junho de 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher). **IV Conferência Mundial sobre a Mulher e Plataforma de Ação**. Beijing, 1995. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 3 maio 2017.

ONU MULHERES. **Site**. [2010]a. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ONU MULHERES. **Facebook**. [2010]b. Disponível em: <https://www.facebook.com/onumulheresbrasil/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

ONU MULHERES. **Youtube**. [2010]c. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCGR1V_7oZrWw7C3c6451AtQ. Acesso em: 30 mar. 2017.

PRECIADO, P. B. **Testo Junkie**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, globalización y democracia. **Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Autónoma de Nuevo León**, ano 4, n. 7-8, abr-set 2002.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research** v. 6 n. 2, 2000.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPIVAK, G. C. Interview with Angela McRobbie. **Block**, n. 10, 1985. pp.5-9.

TELES, M. A. de. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

VIRNO, P. Multidão e princípio de individuação. **Revista Lugar Comum**, n. 19, 2009.
YOUTUBE desmonetiza vídeos de causa LGBT. **Portal Ondda**, 1 set. 2016. Disponível em: <<https://www.ondda.com/noticias/2016/09/youtube-desmonetiza-videos-de-causa-lgbt>>. Acesso em: 16 maio 2018.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gap Report**, 2016. Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2016/>. Acesso em: 01 jan. 2018.

WITTIG, M. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Egales, 2006.
Disponível em: <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva-wittig.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

APÊNDICE A – DOCUMENTOS ANALISADOS

Documento	Ano de publicação
Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher	1995
A/RES/52/231 – Seguimento da quarta Conferência mundial sobre a mulher e aplicação da Declaração e Plataforma de ação de Pequim	1998
Declaração do Milênio	2000
A/RES/64/289 – Coerência de todo o sistema	2010
A/65/354–S/2010/466 – Participação da mulher na consolidação da paz	2010
A/CONF.219/3/Rev.1 – Programa de ação em favor dos países menos adiantados 2011-2020	2011
A/RES/66/288 – O futuro que queremos (igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável)	2012
FCCC/CP/2012/8/Add.3 – Promovendo a igualdade de gênero; implementação da participação das mulheres nas negociações da UNFCCC com paridade de gênero conforme estabelecido no Protocolo de Kyoto.	2012
E/RES/2012/24 – Incorporação da perspectiva de gênero em todas as políticas e programas do sistema das Nações Unidas	2012
A/RES/67/226 – Revisão quadrienal da política relativa às atividades operacionais do sistema das Nações Unidas (papel da ONU)	2013
UNW/2013/6 – Plano Estratégico da entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres 2014-2017.	2013
Visão Geral HeforShe	[2014]
Impactando empresas HeforShe	[2014]
Impactando governos HeforShe	[2014]
Impactando universidades HeforShe	[2014]
Kit de ação HeforShe	[2014]
Discurso Mlambo Ngcuka HeforShe	[2014]
Discurso Banki Moon HeforShe	[2014]
Discurso Emma Watson HeforShe	[2014]
A/70/L.1 – Transformar o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável	2015
Kit de ferramentas Barbearia HeforShe	2017